Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

RELATÓRIO FINAL

PROJETO BRASÍLIA 2060

TEMÁTICA: ECONOMIA CRIATIVA

ABORDAGEM: SETOR DO DESIGN NO DF

DESCOBERTA EMPREENDEDORA – ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

Instituto Alvorada Brasil

Brasília, novembro de 2018

COORDENAÇÃO DA PESQUISA SETOR DE DESIGN NO DF
Fernanda Bocorny Messias (Hexagrama Criativo)

EQUIPE DE PESQUISA - SETOR DE DESIGN

Ensino de design, propriedade intelectual, incubadoras, aceleradoras, laboratórios de inovação e de governo
Ester Sabino Santos

Setor mobiliário, joias e Mapa Design Brasília
Raquel Chaves

COLABORADORES

Panorama do Design Gráfico no DF
Bruno Porto

Uma iniciativa para a capacitação de mão de obra em design de móveis no DF
Fred Hudson

Design e políticas públicas
Isabella von Mühlen Brandalise

REVISÃO TÉCNICA
Instituto Alvorada Brasil - IAB

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

AGRADECIMENTOS
Ligia Bizarria Gomide
Raquel Wanderley D'Albuquerque
Todos os participantes dos grupos focal e de trabalho do setor de design

Lista de Figuras

Figura 1 - Fluxograma do Processo de Design segundo Brown (2010) 20
Figura 2 – Referência de critérios de avaliação e patamares para a classificação de empresas conforme a Escada de Gestão do Design 21
Figura 3 - Placas de sinalização urbana de orientação do Distrito Federal 23
Figura 4 - Distribuição das Instituições que oferecem cursos de graduação e profissionalizantes no DF 29
Figura 5- Pedidos de marca por município de origem do depositante residente, 2017 51
Figura 6 - Distribuição geográfica dos MEI culturais no DF (2018)..... 62
Figura 7 - Distribuição geográfica dos MEI cultura relacionados no DF (2018) 63
Figura 8 - Distribuição geográfica dos MEI não cultura no DF (2018) 63
Figura 9 - Visão geral do mapeamento de designers do DF 78
Figura 10 - Detalhe da visão geral das localizações geográficas dos designers no DF 79
Figura 11- Detalhe da visão geral do mapeamento de designers gráficos no DF 80
Figura 12 - Detalhe da visão geral do mapeamento de designers de produto, de espaços e de serviços no DF 80
Figura 13 - Detalhe da visão geral do mapeamento de designers multidisciplinares e agentes de fomento do design no DF 81
Figura 14 - Tipografia Dingbats Brasília, disponibilizada para o público a partir da exposição no CCBB (2014/2015) pelo Estúdio de design Grande Circular – DF 89
Figura 15 - Fonte tipográfica Brasílica, Rafael Dietzch – DF (2012). 90
Figura 16 - Distribuição geográfica das empresas de design por segmento no Brasil (MDIC, 2014) 101
Figura 17 - Concentração dos estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014) 103
Figura 18 - Concentração dos empregados do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014) 104
Figura 19 - Taxa de crescimento da população entre 1991 e 2010 105
Figura 20 - Esquema de governança do Sibratec 131

Figura 21 - Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos (2017)..... 132
Figura 22 - fluxo de recursos e fase do programa Finep Startup..... 133

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quantidade de cursos de graduação de design por categoria no DF 26
Gráfico 2 - Média do tipo de escola cursada o ensino médio 34
Gráfico 3- Tipo de escola que cursou o ensino médio dos estudantes de graduação das instituições públicas e particulares 35
Gráfico 4 – Percentual étnico autodeclarado dos estudantes de design no DF (ENADE 2015) 36
Gráfico 5 - Quantitativo de alunos por instituição de ensino em design no DF por critério racial (ENADE, 2015) 37
Gráfico 6 - Total e origem dos recursos investidos no PNI entre 2002 e 2012 . 40
Gráfico 7- Integração do design como vantagem competitiva 48
Gráfico 8 - Distribuição de gênero dos profissionais de design no DF e em todo o mercado de trabalho nacional 59
Gráfico 9 - Distribuição dos profissionais de design no DF por grau de instrução 59
Gráfico 10 - Quantidade de MEI ativos no DF (2017) em atividades dos domínios culturais e relacionados, por tipo de tributação – ISS e ICMS 61
Gráfico 11 - Número de MEI inscritos por domínios culturais, relacionados e de herança cultural intangível, por tributação, Distrito Federal, 2008-2016 62
Gráfico 12 - Média da remuneração do segmento de design gráfico no DF e sua relação com a média nacional do segmento, de todo o mercado de trabalho nacional e de todo mercado estadual 65
Gráfico 13 - Média da remuneração do segmento de desenhista técnico (artes gráficas) no DF e sua relação com a média de todo o mercado de trabalho nacional 66
Gráfico 14 - Relação de gênero entre as diversas atividades de design gráfico no DF 67
Gráfico 15 - Demonstrativo de faixas etárias para os profissionais que atuam nos segmentos de design gráfico do DF 68
Gráfico 16 - Distribuição dos profissionais de design gráfico no Distrito Federal por grau de instrução 69

Gráfico 17 – Demonstrativo de gênero nas atividades profissionais tipicamente do segmento de design de móveis no DF 71
Gráfico 18 - Grau de Instrução no DF para o design de mobiliário 72
Gráfico 19 – Quantidade de profissionais por gênero no setor local 74
Gráfico 20 - Formação educativa do setor de joias no DF 75
Gráfico 21 - Cadastros recebidos no Mapa Design Brasília (2018) 76
Gráfico 22 - Distribuição de designers por segmento no Mapa Design Brasília (2018) 78
Gráfico 23- Distribuição de designers por gênero – Mapa Brasília Design (2018) 81
Gráfico 24 - Padrão de produção e consumo de mobiliário 97
Gráfico 25 - Fluxograma da indústria de móveis 97
Gráfico 26 - Distribuição regional e por porte de empresas dos investimentos do BNDES Procult entre 2007 e 2016 126
Gráfico 27 Histórico de apoio às empresas BNDES Renda Variável 2007-2018 127
Gráfico 28 - Demonstrativo de ativos e setores de investimento do BNDES Renda Variável 2007-2018 129

Lista de Quadros

Quadro 1 - Cursos de graduação em design no DF (2018) 25
Quadro 2 - Cursos de Pós-Graduação em design e respectivas especialidades disponíveis no DF (2018) 28
Quadro 3- Desempenho das instituições de ensino superior em design do DF no ENADE (2015) 32
Quadro 4- Perfil socioeconômico e racial de alunos (ENADE 2015) - auto declaração 33
Quadro 5 - Linhas de Pesquisa no Distrito Federal (2010) 39
Quadro 6 - Aceleradoras e Ambientes colaborativos no DF 46
Quadro 7 - Contribuição do design para as organizações 48
Quadro 8 - 2009 Unesco Framework for Cultural Statistics 60
Quadro 9 - Agrupamentos de segmentos do design segundo Mapa Design Brasília (2018) 77
Quadro 10 - Recortes do mapeamento e distribuição de segmentos do design por localidade 79
Quadro 11 - Classificação das tipologias de móveis de acordo com as categorias de mercado. 99
Quadro 12 - Amostra de linhas de financiamento nacionais para o design e inovação 119
Quadro 13 - Linhas de financiamento disponíveis no Centro-oeste para inovação e design 124
Quadro 14 - Divisão dos Programas/Linhas de Crédito do Proger por Setor de Atividade 136
Quadro 15 - Entidades participantes e representadas no Grupo Focal de Design 138
Quadro 16 – Matriz SWOT – Aspectos e abordagens 142
Quadro 15 – Matriz SWOT consolidada com o resultado da votação 174

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Principais resultados do índice de criatividade dos estados da Federação 23
Tabela 2- Pedidos de modelo de utilidade (MU) por estado de origem do depositante residente (2017) 50
Tabela 3- Pedidos de depósito de desenho industrial por estado de origem do depositante residente no Brasil (2017) 50
Tabela 4- Depósitos, registros de marcas, concessões de registros de desenho industrial e concessões de patentes no DF (2012-2017) 51
Tabela 5-Pedidos de programa de computador por estado de origem do depositante 53
Tabela 6- Ranking dos depositantes de programa de computador (2017) 53
Tabela 7 - Quantitativo e remuneração das atividades de design gráfico no DF 64
Tabela 8 - Síntese demonstrativo de gênero e faixas etárias em profissões de design gráfico 66
Tabela 9 - Quantitativo e remuneração da atividade de design mobiliário no DF 70
Tabela 10- Síntese demonstrativo de gênero e faixas etárias do segmento de design de móveis no DF 71
Tabela 11 - Quantidade de profissionais do setor e remuneração 73
Tabela 12 - Quantidade de profissionais por gênero e idades 74

Sumário

1. INTRODUÇÃO E SUMÁRIO DE INFORMAÇÕES 12
2. CONTEXTO TERRITORIAL E DO SETOR DE DESIGN NO DF 20
2.1 Ensino de design no Distrito Federal 24
2.1.1 Cursos de graduação em design no Distrito Federal 24
2.1.2 Cursos profissionalizantes em design no Distrito Federal .. 27
2.1.3 Pós-graduação em design no Distrito Federal 28
2.1.4 Situação geográfica das instituições que oferecem cursos de design no DF 29
2.1.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – resultados para os cursos superiores em design no Distrito Federal .. 30
2.2 Design e inovação no Distrito Federal 37
2.2.1 Produção de Conhecimento em design no Distrito Federal 38
2.2.2 Parques Tecnológicos no Distrito Federal 40
2.2.3 Incubadoras no Distrito Federal 42
2.2.4 Aceleradoras no Distrito Federal 45
2.2.5 Propriedade Intelectual (PI) – situação do Distrito Federal 47
2.2.6 Laboratórios de Inovação no Distrito Federal 53
2.2.7 Laboratórios de inovação no Governo – uma experiência no DF para políticas públicas brasileiras 54
3. DIAGNÓSTICO DEMOGRÁFICO DO DESIGN NO DF 57
3.1 Dados demográficos do design gráfico no Distrito Federal 63
3.2 Dados demográficos do design de produto no Distrito Federal 69
3.2.1 Mobiliário 69
3.2.2 Joalheria 73
3.3 Mapa design Brasília (2018) 75
4. DIAGNÓSTICOS SETORIAIS DO DESIGN NO DF 82
4.1 A invisibilidade do design gráfico 82
4.1.1 Os campos do Design Gráfico em Brasília 84
4.1.2 O Design Gráfico na cidade 87
4.1.3 Brasília Cidade Criativa da UNESCO em Design 91
4.1.4 Desafios do Design Gráfico 92
4.2 Panorama do design de mobiliário no Distrito Federal 93

4.2.1 Contextualização 94
4.2.2 Sistema Produtivo 96
4.2.3 Panorama geral da indústria moveleira no Distrito Federal 101
4.2.4 Sindicatos no DF 105
4.2.5 Fomento e promoção 106
4.2.6 Desafios da Indústria Moveleira 107
4.3 Panorama do design de joias no Distrito Federal 108
4.3.1 Panorama geral do setor joalheiro no Brasil 109
4.3.2 Panorama no Distrito Federal 111
5. DIAGNÓSTICO ECONÔMICO PARA O DESIGN NO DF 114
5.1 Investimentos e linhas de financiamento do design no Brasil 115
5.2 Financiamento e fomento 116
5.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 125
5.3.1 Apoio à Inovação 126
5.3.2 Outras formas de apoio do BNDES 127
5.4 Financiadora de estudos e projetos (FINEP) 129
5.4.1 Finep Financiamento Reembolsável 130
5.4.2 Finep Financiamento Não Reembolsável 130
5.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) 133
5.6 MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTB) 134
5.7 Financiamento exclusivamente para o DF 137
6. REUNIÃO DO GRUPO FOCAL – RESULTADOS 138
7. ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE 145
7.1 Ideia Inovadora I - Distrito Design (44 Votos) 145
7.2 Ideia Inovadora II - Hub Design (27 Votos) 150
7.3 Ideia Inovadora III - Capital Design (25 Votos) 152
7.4 Ideia Inovadora IV - Instituto de Negócios Criativos (22 Votos) 155
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 158
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161
10. ANEXOS 174
10.1 Anexo 1 - Matriz SWOT e registros do grupo focal 174
10.1.1 Forças: 174

10.1.2 Fraquezas: 175
10.1.3 Oportunidades: 176
10.1.4 Ameaças: 177
10.2 Anexo 2 - Design e políticas públicas – Percepções e perspectivas no DF 179
10.3 Anexo 3 - Uma iniciativa para a capacitação de mão de obra em design de móveis no DF 185

1. INTRODUÇÃO E SUMÁRIO DE INFORMAÇÕES

Este documento é uma síntese do Diagnóstico do Design no Distrito Federal (DF) e da análise dos resultados e das ideias (projetos) priorizadas nas reuniões do Projeto Brasília 2060 com o setor de design, desenvolvido ao longo de três meses. Trata-se de um conjunto de informações capaz de subsidiar a tomada de decisões e a futura formulação de políticas públicas para o design no DF, especialmente relevante pelo recente ingresso de Brasília na Rede de Cidades Criativas da Unesco, na categoria de Design. A Rede se caracteriza como uma das principais contribuições da UNESCO, no nível local, para a implementação da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A brasilidade única do DF, onde a diversidade de origens de sua população aliada a influência constante da presença e oferta cultural de outros países - representações diplomáticas e turismos, de arquitetura, institucional e político - a vocaciona a ser o celeiro cultural e de design idealizado por Lúcio Costa. É mister que esta cidade jovem e já patrimônio cultural da humanidade, nesta nova aproximação da Unesco, reconheça e se aproprie de suas vocações culturais e artísticas para o seu desenvolvimento sustentável.

A divisão deste documento está em nove Seções: 1. Introdução e Sumários de Informações; 2. Contexto Territorial e do Setor de Design no DF; 3. Diagnóstico Demográfico no DF; 4. Diagnósticos Setoriais do DF; 5. Diagnóstico Econômico para o DF; 6. Resultados da Reunião do Grupo Focal; 7. Resultados da Descoberta Empreendedora, Especialização Inteligente; 8. Referências Bibliográficas; e 9) Anexos.

A Seção 2 apresenta as etapas de projeto de pensar design, as quais são capazes de beneficiar diferentes setores da economia e da sociedade. Traz também informações sobre a importância e a transversalidade deste setor na economia, em empresas e no governo. Informações sobre a infraestrutura de inovação e ensino em design disponíveis no DF intitulam as duas subseções do Contexto Territorial. Apresentamos uma ampla pesquisa sobre o ensino de design no DF (2.1), a oferta de cursos e sua distribuição territorial no DF em 2018 para diferentes níveis de formação; e uma análise da avaliação Enade (2015) do MEC – a primeira da série histórica a incluir os egressos de cursos superiores de

design -, que permitiu traçar os primeiros perfis étnicos e socioeconômicos neste grau de formação no DF. O ensaio de Fred Hudson (Anexo 3) conta de uma nova perspectiva ao ensino superior (e público) em design de produto no DF, que até 2018 nos mantem restrito a oferta de um curso superior nesta especialidade, na UnB. No IFB (Instituto Federal de Brasília), campus Samambaia, onde já há oferta de um curso técnico em mobiliário integrado ao Ensino Médio, a partir de 2019, a equipe se mobiliza para oferecer o primeiro curso superior do DF de formação em design focado em produto do setor de mobiliário (Anexo 3).

A subseção 2.2 Design e Inovação abrange informações sobre a produção de conhecimento (segundo CNPq), as associações profissionais de design, laboratórios de prototipagem, a localização e os segmentos do design atendidos, parques tecnológicos, incubadoras, aceleradores, dados sobre propriedade intelectual, linhas e grupos de pesquisa segundo CNPq e laboratórios de inovação e os de governo – uma novidade no DF capaz de influenciar a gestão pública em todo o País. Como informação complementar a subseção 2.2.7 Laboratórios e inovação no Governo, o ensaio de Isabella Brandalise (Anexo 2) traz mais informações sobre a importância dessa iniciativa no mundo na visão e experiência de uma designer em trabalho com laboratórios de governo. Destacamos, a exemplo, alguns dos laboratórios de governo com base no Distrito Federal, que assumem práticas empíricas de design. Tratam de futuros possíveis de um governo na posição de vetor de uma modernização tecnológica e, principalmente, comportamental.

O Diagnóstico está divido em Diagnósticos Demográfico do DF, Setoriais do DF e Econômico para o DF. Os resultados consistem em avaliações e consolidação de dados levantados em fontes referenciadas e(ou) primárias, quando necessário, nestas três abordagens de Diagnósticos.

O Diagnóstico Demográfico do DF (Seção 3) apresenta as proporções no mercado de cada segmento estudado (mobiliário, joias e gráfico), respectivas distribuições de gênero, fixa salarial, nível de escolaridade e territorial dos setores e dados institucionais. Em contraponto a principal fonte de pesquisa para obtenção destes dados (FIRJAN, 2016b), a subseção 3.3 sintetiza as informações consolidadas no Mapa Design Brasília (2018) que, apesar de ter tido um caráter voluntário, é uma mostra significativa.

Os Diagnósticos Setoriais do DF, assim como o Demográfico, tendo em conta o tempo estimado para sua realização, considera dois segmentos de design de produto – joias e mobiliário -, o de design gráfico e uma abordagem sobre design de serviços – o caso dos Laboratórios de Inovação, no âmbito governamental. Para esta seção, contamos com a colaboração de Bruno Porto, um nome importante do design gráfico nacional e que teve uma importante atuação no DF, trazendo para Brasília, em 2017, a edição daquele ano da Bienal de Design Gráfico (subseção 4.1). As referências tradicionais utilizadas no País para mensurar os empregos na área e atividades econômicas de estabelecimentos – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – mostram-se imprecisos para abarcar todas as atividades de design. O CNAE 7410-2, especifico para o design para pesquisa na RAIS, refere-se a design e decoração de interiores, o que não representa é totalidade de atuação dos designers nos distintos segmentos nacionais de design. “Possivelmente, a maioria dos designers brasileiros está sendo registrada com a nomenclatura de outras ocupações” (BRASIL MDIC, 2014, p. 67). No Diagnóstico Setorial, esta dificuldade é evidenciada pela necessidade de agrupar diferentes classificações para estimar salários, quantitativos e outros dados demográficos da profissão nos segmentos aqui apresentados.

O Diagnóstico Econômico para o DF traz informações sobre fontes de financiamento disponíveis para o design em diferentes frentes e estimativa de mercado, bem como o tamanho do potencial da economia criativa como estratégia de desenvolvimento. O levantamento mostrou que o DF é praticamente inexpressivo na captação de recursos para o desenvolvimento da inovação e do design em fontes nacionais, restringindo-se, basicamente, às fontes locais de fomento.

No DF, as remunerações médias gerais encontradas para as atividades do setor de design eram de R$ 3.618,53, em 2015, enquanto no Brasil eram de R$ 3.009,77 e de todo o mercado de trabalho do DF R$ 4.546, 11. No DF, havia 1.105 profissionais de design, em 2015, num universo de 81.863 profissionais no País. Na relação de gênero desses profissionais, a maioria são homens – 71,6%, frente a 28,4% de mulheres. Esta proporção é bem superior à distribuição de gênero em todo o mercado de trabalho nacional – 56,3% de homens e 43,7% de mulheres (FIRJAN, 2016b).

Na mensuração das informações referentes ao segmento de design gráfico nas fontes desta pesquisa, em face dos dados estarem dispersos, foram agrupadas neste estudo as profissões classificadas como Design Gráfico e Desenhista Técnico (Artes Gráficas), do setor de design da Firjan (2016b), e das de Programador visual gráfico, Editor de mídia eletrônica e Editor de texto e imagem, do setor editorial da mesma fonte. Selecionamos, ainda, a atividade de Diretor de Arte dos setores de audiovisual e publicidade, que muitas vezes são ocupadas por designers gráficos, embora não exclusivamente. Se consideradas apenas as cinco primeiras atividades, tipicamente atividades de designers gráficos, no DF eram 673 profissionais (2015), 75,96% homens e 24,04% mulheres, com idade média de 32,4 anos e remuneração média de R$ 3.240,21, acima da média nacional de R$ 2.488,93. Se consideradas as sete profissões, a média de remuneração sobe para R$ 3.800,82 e a quantidade de profissionais para 989, dos quais 73,6% homens 26,3% mulheres, com a mesma média de idade (32,4 anos).

Para o segmento de design mobiliário, foram agrupadas neste estudo as profissões classificadas como Desenhista Técnico (mobiliário), Projetista de móveis e Designer de produto, do setor de design da Firjan (2016b). Somadas as três atividades, no DF eram 141 profissionais (2015), 71,9%% homens e 28,1% mulheres, com idade média de 32,7 anos e remuneração média de R$ 3.089,60, acima da média nacional de R$ 2.698,23.

Para o segmento de design joias, foram agrupadas neste estudo as profissões classificadas como Joalheiros e lapidadores de gemas e Artesão de metais preciosos e semipreciosos, do setor de moda da Firjan (2016b). Somadas as duas atividades, no DF eram 59 profissionais (2015), 78,6%% homens e 12,9% mulheres, com idade média de 36 anos e remuneração média de R$ 1.406,11, acima da média nacional de R$ 1.376,60.

Referente ao grau de instrução, os profissionais de design do DF apresentam média acima de todo mercado de trabalho do DF e do País, com predominância de profissionais com ensino superior. Os percentuais reduzem na proporção em que o grau de instrução dos designers do DF diminui, na comparação a esses mercados. É provável que seja porque no DF há uma das maiores concentrações de graduados em design por percentual de população do Brasil e houve crescimento considerável de escolas de ensino superior nos

últimos anos. Esta relação de escolaridade vem ao encontro do que versa a literatura internacional (FLORIDA, 2002; 2008) e nacional (BENDASOLLI & BORGES-ANDRADE, 2011; FIRJAN, 2014; 2016a; IPEA, 2013) para os profissionais criativos. Esses profissionais são, em média, mais jovens, com maior grau de instrução e melhor remunerados que a média das outras profissões.

No Distrito Federal (DF), em 2017, houve 152 pedidos de patentes - 0,5% do total no Brasil -; 46 depósitos para Desenho Industrial - 0,7% do total no Brasil; e 3.638 depósitos de registro de marcas - 2,2% do total do País (INPI, 2018). Estes números consolidados posicionam o DF na 9º colocação entre as Unidades da Federação. Na comparação com municípios brasileiros, Brasília é o 5º colocado em depósitos de pedidos de Modelo de Utilidade, atrás dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte. Nos pedidos de registro de marca, o DF foi o 10º colocado, com 3638 depósitos (2,3% do total no Brasil), em 2017, um crescimento de 7% em relação ao ano anterior. No ranking de municípios, Brasília posiciona-se em 5º lugar.

Num contraponto a esses dados, o Mapa Brasília Design (2018) trouxe informações mais atualizadas sobre a atuação de profissionais da área de design no DF. Ao todo, foram recebidos e analisados 325 cadastros até a data limite da chamada pública, dos quais 282 selecionados para a inclusão no Mapa. Cerca de 82% profissionais selecionados se autodeclararam empreendedores individuais, empresas ou *freelancers;* e 17% da área de educação em design, instituições e outros. Do total, 59,29% se autodeclararam do segmento de design gráfico, 25% design de produto, 4,29% design de espaços, 4,64% design de serviços, 2,14% design multidisciplinar e 4,64% agentes de fomento. Na distribuição geográfica de designers (Figura 9), 51,08% estão na Asa Norte, Asa Sul e Guará, com destaque para a Asa Norte, especialmente as últimas quadras, com grande quantidade de profissionais estabelecidos. Taguatinga, Sudoeste, Águas Claras e Lago Norte também concentram uma parte significativa de profissionais inscritos no Mapa.

Sobre a distribuição por gênero, o Mapa extraiu informações aproximadas, pois este não foi o foco do levantamento. As auto declarações coletivas, como é o caso de cadastros de empresas, estúdios, coletivos e agentes de fomento, foram consideradas mistas. O segmento de design gráfico

confirma a predominância de homens, ao passo que outras, como design multidisciplinar, indica predominância de mulheres.

Os resultados da reunião do Grupo Focal (Seção 6 e Anexo 1) possibilitam algumas análises valiosas sobre a auto percepção do setor no contexto do desenvolvimento do design no DF. O anúncio de sua baixa auto percepção sobre o potencial da organização setorial como ator político, já surte efeitos. Como resultado desta reunião, houve a consequente articulação entre as três associações brasilienses de design. Uma nova potência interlocutória política, social e econômica.

Os resultados da segunda reunião deste projeto - Descoberta Empreendedora, Especialização Inteligente (Seção 7) – corrobora com a necessidade de maior articulação e diálogo entre as forças atuantes no design do DF. As ideias inovadoras que foram construídas, a partir da dinâmica na reunião, convergem para o ponto comum de ações integradas, indicando fortemente a emergência de um Plano Integrado de Design para o DF, que contemple as boas ideias que surgiram na ocasião, visão de futuro e governança.

Algo relevado a partir dos resultados alcançados por esta pesquisa é que o desenvolvimento do design no DF acompanha a tendência de seu desenvolvimento territorial, industrial, cultural e econômico. Os mapas das Figura 17 - Concentração dos estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014),

Figura 18 - Concentração dos empregados do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014); os mapeamentos mais recentes da Figura 7 - Distribuição geográfica dos MEI cultura relacionados no DF (2018) (NOCKO & SCHLABITZ, 2018); e os mapeamentos produzidos a partir dos pesquisadores deste estudo - os das Figura 9 - Visão geral do mapeamento de designers do DF (CHAVES, 2018) e Figura 4 - Distribuição das Instituições que oferecem cursos de graduação e profissionalizantes no DF - coincidem na direção da expansão territorial para a região sul do DF, graficamente representados abaixo. Pode-se inferir, portanto, que a disciplina do design no DF se encontra permeada territorialmente e acompanha a expansão dos setores produtivos, culturais e culturais relacionados, bem como as escolas públicas e privadas de formação superior em design no DF também seguem esta tendência.

Nos Mapas comparados desta pesquisa, coincidem as tendências para o desenvolvimento na direção da saída sul do Distrito Federal com a instalação das escolas de formação em design, dos profissionais que se apresentaram para cadastro no Mapa Design Brasília (2018) e dos microempresários individuais (MEI) para as áreas de cultura e a elas associadas.

Figura 17 - Concentração dos estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)

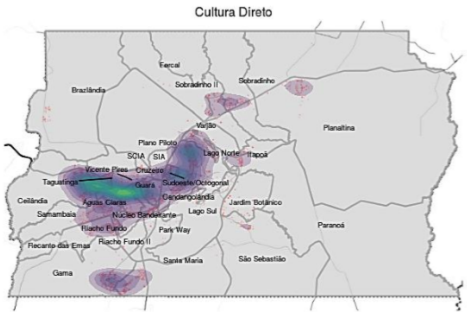
(NOCKO & SCHLABITZ, 2018)

Figura 6 - Distribuição geográfica dos MEI culturais no DF (2018)

Figura 18 - Concentração dos empregados do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)

(NOCKO & SCHLABITZ, 2018)

Figura 7 - Distribuição geográfica dos MEI cultura relacionados no DF (2018)



Distribuição geográfica dos MEI não cultura no DF (2018)

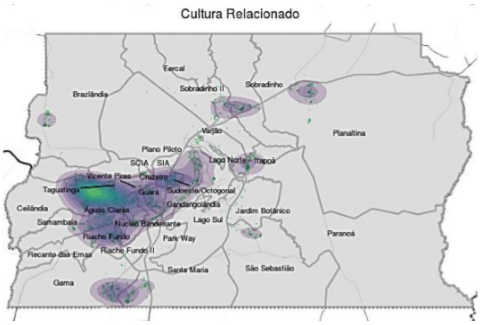
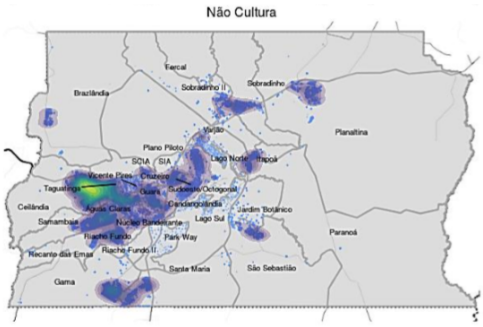


Figura 4 - Distribuição das Instituições que oferecem cursos de graduação e profissionalizantes no DF



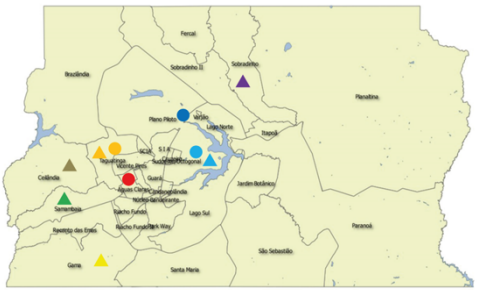
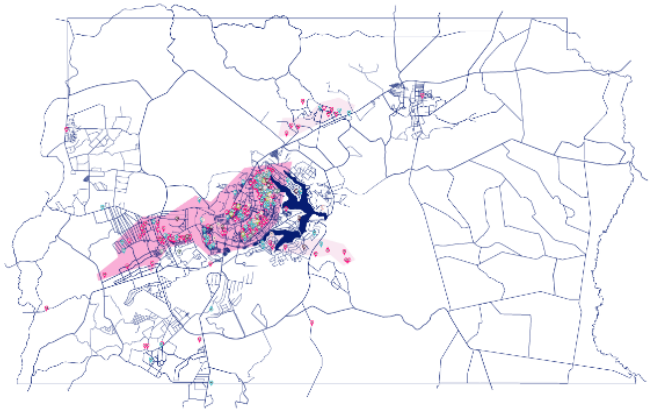


Figura 9 - Visão geral do mapeamento de designers do DF



Este estudo busca isentar-se de opiniões parciais ou análise de críticas segmentadas, e demonstrar o potencial do design no Distrito Federal. Trazemos para reflexão o estado da arte do design no DF em números e nos segmentos foco, com base em dados concretos e referenciados. Espera-se, com este estudo, aumentar a compreensão do potencial do setor do design e fortalece-lo como setor estratégico para o desenvolvimento econômico e sustentável do DF. Que as oportunidades, expertise e potencialidades do papel do design embasadas neste

documento sirvam como subsídios a formulação de políticas públicas e empresariais em design para o DF. Trata-se de uma contribuição para o fortalecimento desse setor criativo, transversal aos demais, na capital do País, reconhecida como Cidade Criativa do Design, em 2017, pela Unesco.

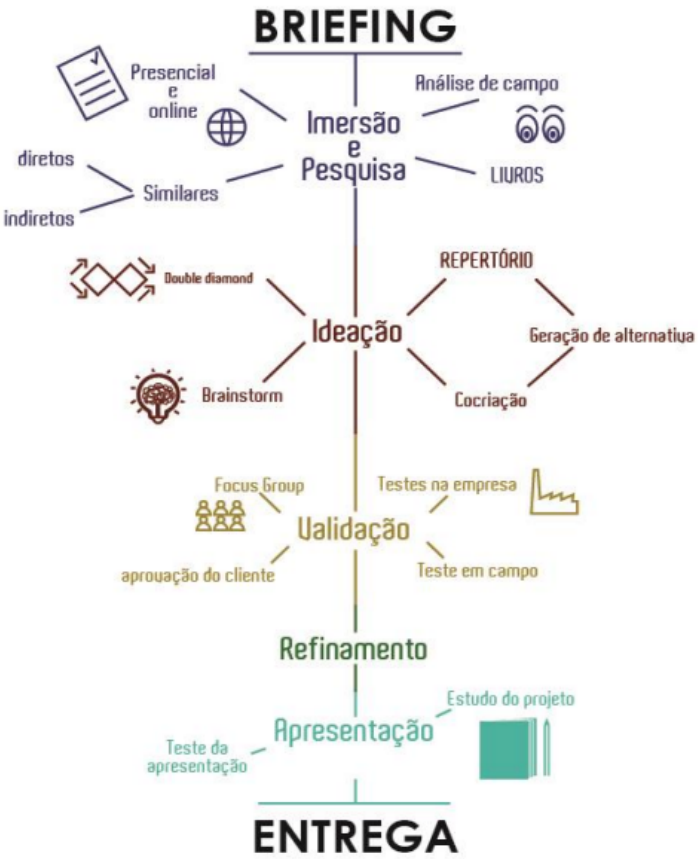
2. CONTEXTO TERRITORIAL E DO SETOR DE DESIGN NO DF

Presente em todas as classificações internacionais da economia criativa (EC), aqui considera-se o modo de pensar design e sua transversalidade setorial como ação típica da criatividade. É uma disciplina que atua, justamente, na fronteira entre a inovação, a tecnologia e as fontes originais de cultura – locais, sociais, hábitos, empresariais etc. É uma etapa presente em quase todos os fluxogramas de projeto, em todas áreas de conhecimento. Não por acaso, pois o termo design vem do inglês: projeto.

O design ganhou visibilidade a partir do reconhecimento de seu valor na produção industrial, especialmente no período pós segunda guerra, com mais expressão no desenvolvimento de novos produtos e em estratégias de propaganda e marketing. Embora não tenha sido explorado todo o seu potencial na indústria, a oferta de serviços de design já extrapola os serviços prestados aos setores industrias. O design permanece sendo a opção mais barata de melhoria na produção e na diferenciação, distribuição, exposição e marketing do produto; e na gestão da marca de empresas de toda a cadeia produtiva na indústria. O aumento da demanda por soluções criativas nas complexas sociedades contemporâneas fizerem com que a disciplina explorasse os setores industriais e novas ofertas de serviços de design prometem simplicar e(ou) auxiliar em soluções. As diversas abordagens têm se mostrado capazes de promover eficiência, estética e identidade tanto a novos negócios quanto a serviços de setores tradicionais da economia, no meio urbano e em setores da economia criativa.

O processo produtivo e criativo do design é interativo e cíclico, e não linear. As interações sucessivas consistem em uma série de feedbacks de investigações criativas, com o uso de métodos próprios para soluções em projetos (Figura 1).

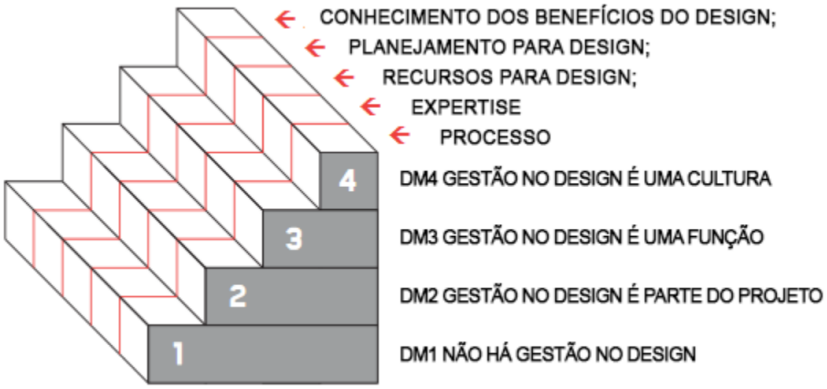
Figura 1 - Fluxograma do Processo de Design segundo Brown (2010)



Fonte: BROWN, 2010 *apud* MEZZONO&BIANCO, p. 31.

No Diagnóstico do Design Brasileiro (2014), as 266 empresas pesquisadas foram classificadas com base na Escada da Gestão do Design, um conceito originalmente desenvolvido pelo Centro de Design da Dinamarca para a avaliação do uso do design pelas empresas (Figura 2). No caso do DF, não foi aplicado este conceito, em face da predominância de designers gráficos que tem o governo como principal cliente (CHAVES, 2018).

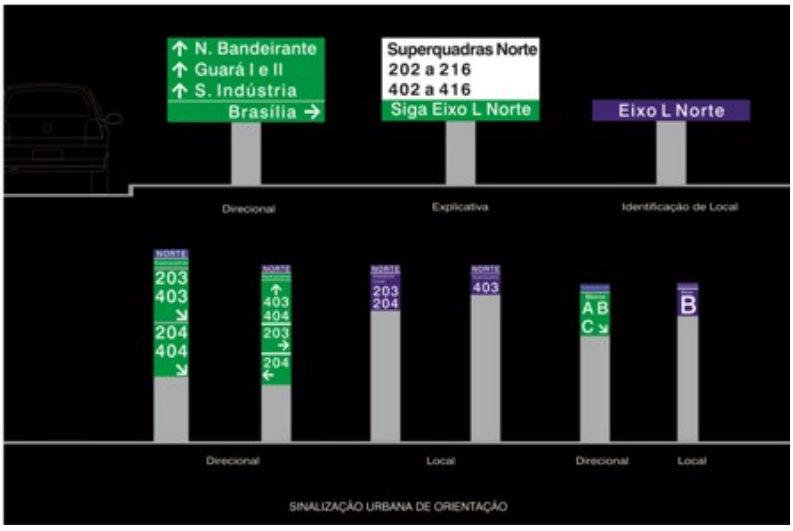
Figura 2 – Referência de critérios de avaliação e patamares para a classificação de empresas conforme a Escada de Gestão do Design



Fonte: (MEZZOMO & BIANCO, 2017, p. 28).

O título de Cidade Criativa de Design levou em consideração a vanguarda do design no DNA de Brasília. As placas de sinalização da cidade (Figura 3), projeto do Danilo Barbosa, integra o acervo do MoMA (Museum of Modern Art), em Nova York, desde 2013, considerado um dos projetos programação visual mais importantes do Brasil (GDF Setul, 2017; VASCONCELOS, 2013).

Figura 3 - Placas de sinalização urbana de orientação do Distrito Federal



Fonte: (VASCONCELOS, 2013).

Com base em dados do IBGE, o Conselho de Criatividade e Inovação da Fecomércio (SP) construiu um indicador de criatividade das cidades brasileiras. Entre 27 estados e 50 das maiores cidades do País, o índice de criatividade dos estados do DF ficou em 1º lugar e a cidade de Brasília em 7º lugar. Este resultado pode indicar um maior índice de criatividade nas cidades satélites, que merece ser observado (FECOMÉRCIO, 2012).

Tabela 1 - Principais resultados do índice de criatividade dos estados da Federação

UF	ÍNDICE GERAL		GERAL ECONÔMICO		GERAL SOCIAL		GERAL CRIATIVO	
DF	1	100,0	1	89,4	1	72,5	2	84,1
RJ	2	84,6	3	65,9	4	58,5	1	100,0
SP	3	77,0	2	65,9	2	62,9	3	61,5
RS	4	73,1	4	65,4	3	59,6	5	51,4
SC	5	72,3	5	61,9	5	56,6	4	61,4
MG	6	55,6	8	48,6	6	44,4	6	43,4
ES	7	52,8	6	51,6	8	34,0	7	39,8
PR	8	51,8	7	50,6	7	37,9	13	32,3
MS	9	47,3	10	46,8	9	32,1	15	31,7
GO	10	44,0	11	45,3	10	27,9	17	28,3
MT	11	43,0	9	46,9	11	18,9	11	33,5
SE	12	36,6	19	35,4	12	17,5	8	37,5
RN	13	35,9	17	36,0	14	14,9	9	37,2
RO	14	35,3	12	40,7	22	8,0	12	33,2

Fonte: Conselho de Criatividade e Inovação, Fecomércio-SP (2012)

O Distrito Federal (DF) conta três associações profissionais de design, sociedades civis sem fins lucrativos: 1) Adegraf (Associação dos Designers Gráficos do Distrito Federal), fundada em 24/10/2001, uma das mais antigas do Brasil, reúne profissionais e estudantes e disponibiliza uma tabela atualizada de valores para os serviços de design gráfico que é referência nacional. 2) Abradi (Associação Brasiliense de Designers de Interiores), com 12 anos de existência, publica normas e postura de ética para atuação profissional, as quais são referência para os profissionais e as escolas de design de interiores no DF. E 3) Adepro (Associação de Designers de Produtos do DF), formalizada em 2018 para articulação do setor de forma coletiva. A partir da reunião do Grupo Focal (26/06/2018) convocada para elaboração deste documento, as associações de profissionais do DF se articularam em torno de objetivos comuns. Criaram um site www.bsbdesign.com.br, em que centralizam as informações geradas por todas.

2.1 Ensino de design no Distrito Federal

2.1.1 Cursos de graduação em design no Distrito Federal

O Relatório de Avaliação Quadrienal da CAPES classifica o design na área do Colégio de Humanidades, associada a Arquitetura, Urbanismo e Design (CAPES, 2017). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) os classifica no código geral de área da OCDE - área geral Humanidades e Artes (código 02), área específica artes (código 21) e área detalhada Design e estilismo - e específicas – design, design de interiores; desenho industrial e design de moda. No DF, a maioria dos cursos de design estão classificados de forma independente em áreas tecnológicas, como Design e Produção cultural e/ou Humanidades e Artes. Apenas a Universidade de Brasília abriga o curso de design dentro do instituto de Artes.

O primeiro curso de nível superior do DF foi na Universidade de Brasília (UnB), de Desenho Industrial, fundado em 1988. O crescimento foi considerável nos últimos anos, em instituições, tanto públicas quanto privadas, de ensino superior, qualificação inicial e pós-graduação. A maioria dos cursos formam tecnólogos, em dois anos, com formação mais prática, direcionada ao mercado de trabalho. Os cursos de bacharelado, em quatro anos, oferecem mais disciplinas multidisciplinares e teóricas (MEC, 2016).

Em 2016, o Censo 2016 do INEP registrou 1546 matrículas (41 a menos que no ano anterior) em cursos superiores de design no DF- 2% do total nacional (INEP, 2016). Em pesquisa de campo, Identificamos que das 10 instituições e 17 cursos que estão no Censo 2016, seis não ofereceram vestibular para ingresso no segundo semestre de 2018 (Quadro 1) e o curso de Design de Moda, da UNIPLAN, desde 2006, não está no Censo. Começaram suas atividades depois do Censo o curso de Design de Interiores do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, no primeiro semestre de 2017, e o de Design Visual da Universidade Católica de Brasília, no segundo semestre de 2018. Não ofereceram vagas em 2018 a Faculdade Fortium (bacharelado) e todos do UniCEUB.

O IESB é atualmente a instituição com maior oferta de vagas e diversidade em habilitações em design no DF (INEP, 2016). O curso em Design de Interiores da UNIPLAN é o que mais forma profissionais anualmente - mais de 60.

No Quadro 1 e no Gráfico 1 estão informações consolidadas sobre as instituições e o status de ofertas em cursos de graduações presenciais em 2018.

Quadro 1 - Cursos de graduação em design no DF (2018)

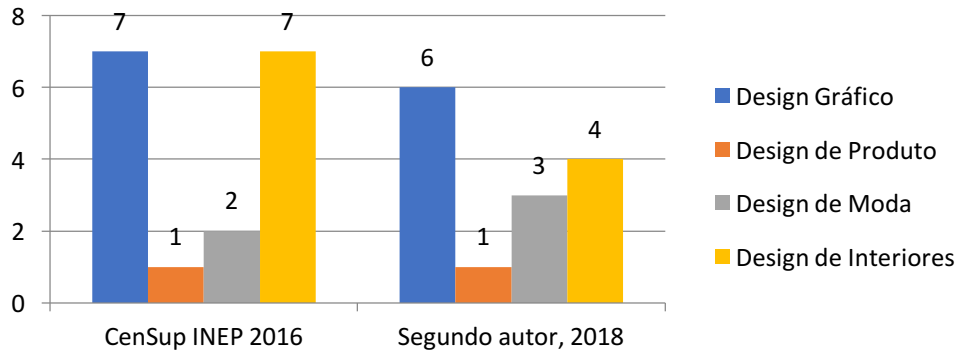
INSTITUIÇÃO	NOME DO CURSO	GRAU	PERFIL	INÍCIO	LOCAL	INEP 2016
Universidade de Brasília (UnB)	Desenho Industrial– Projeto de Produto	Bacharelado	Pública Federal	1989	Asa Norte	Sim
	Desenho Industrial– Programação Visual					
	Design (Área Básica de Ingresso)			-		
Faculdade Fortium	Design (Gráfico)*	Bacharelado	Privada	2001	Asa Sul	Sim
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFB)	Design de Moda	Tecnólogo	Pública Federal	2015	Taguatinga	Sim
Universidade Paulista (UNIP)	Design de Interiores	Tecnólogo	Privada	2015	Asa Sul	Sim
	Design Gráfico			2006		

Centro Universitário de Brasília (CEUB)	Design de Interiores*	Tecnólogo	Privada	2014	Asa Norte	Sim
	Design de Interiores*			2015	Taguatinga	
	Design Gráfico*			2014	Asa Norte	
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	Design Gráfico	Tecnólogo	Privada	2016	Asa Sul	Sim
	Design de Interiores			2017		Não
Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)	Design de Interior	Tecnólogo	Privada	2007	Asa Sul	Sim
	Design de Moda					
	Design Gráfico			2012		
Centro Universitário Euro-Americano (Unieuro)	Design de Interiores*	Tecnólogo	Privada	2005	Asa Sul	Sim
				2008	Águas Claras	Sim
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (Uniplan)	Design Gráfico	Tecnólogo	Privada	2005	Águas Claras	Sim
	Design de Interiores			2008		
	Design de Moda			2006		Não
Universidade Católica (UCB)	Design Visual	Bacharelado	Privada	2018	Taguatinga	Não

Fonte: (INEP, 2016) e pesquisa primária, elaborado pelas autoras.

*Cursos com esta marcação não possuem oferta de vagas para o segundo semestre de 2018.

Gráfico 1 - Quantidade de cursos de graduação de design por categoria no DF



Fonte: INEP (2016) e dados primário, elaborado pelas autoras.

Para 2019, o IFB, campus Samambaia, e a Universidade Católica planejam ofertar dois novos cursos de graduação em design no DF, respectivamente de design de produtos, com foco no setor mobiliário, e design de interiores.

2.1.2 Cursos profissionalizantes em design no Distrito Federal

No DF, há oferta de cursos profissionalizantes em design em escolas de curso técnico, de computação gráfica e iniciativas empreendedoras - cursos livres, para aprendizado inicial de ferramentas de edição gráfica, editoração, desenho, customização, dentre outros. O Senac[1], o Senai[2] e o Instituto Federal de Brasília (IFB) são instituições que oferecem cursos profissionalizantes de nível técnico e de formação inicial a baixo custo ou gratuitos. A principal contribuição desses cursos é o desenvolvimento de capacidades para suprir a cadeia produtiva do design, bem como promover o desenvolvimento social e profissionalizante nas regiões onde se encontram.

O Senac os oferece em cinco das suas unidades no DF – duas no Plano Piloto, Ceilândia, Sobradinho e Gama -, especialmente em design de interiores e cursos livres de aperfeiçoamento - softwares (Sketchup, AutoCAD), desenvolvimento mobile, consultoria de estilo, consultoria de imagem, customização de roupas e acessórios, desenho arquitetônico, web design e técnicas de vitrinismo e visual merchandising. O Senai os oferece em Taguatinga, Samambaia e Gama para iniciação profissional e especialidades como Photoshop, Acessórios de moda, Moda fitness, Moda Pet e Costura e Modelagem. O IFB oferece formação profissional inicial e superiores em design, com aumento da oferta em rede pública de ensino em design no DF. Em Taguatinga, os cursos de técnico em Assistente em Design e de Produção de Moda com referência à Matriz Africana e superior em Design de Moda, e em Samambaia, cursos Técnico em Design de Móveis e de formação específica e extensão em desenho técnico, assistente de produtos de moda e restauração e produção de brinquedos. Para

[1] SENAC - Serviço Nacional do Comércio

[2] SENAI - Serviço Nacional da Indústria

2019, o IFB Samambaia - a primeira instituição de ensino profissional pública a instalar-se na região – planeja ofertar para Tecnólogo em Design de Produtos com ênfase em Móveis (IFB, 2015; SENAI, 2018; SENAC, 2018).

2.1.3 Pós-graduação em design no Distrito Federal

O primeiro e único programa de Mestrado *stricto sensu* em design no DF, e do Centro-oeste, é o da Universidade de Brasília, desde 2013, criado com o compromisso de formar e qualificar docentes na área e na região. São três linhas de pesquisa - Design, Cultura e Sociedade, Design de Informação e Interação, e Design, Utopias, Territórios e Ecologias Urbanas – e os principais eixos de investigação hoje se relacionam à interface, à compreensão do design como representação subjetiva e cultural, às diversidades tecnológicas e culturais, à documentação histórica de processos e às metodologias para o desenvolvimento de design (UnB DESIGN, 2018). Nas instituições particulares, o destaque novamente é o IESB, que oferece quatro cursos no programa de pós-graduação *lato sensu* (Quadro 2), e em áreas correlatas, como especialização em tecnologias disruptivas, Mídias Imersivas e Inovação em Negócios Digitais. A novidade é da Católica, que no segundo semestre de 2018 ofereceu pela primeira vez o curso de pós-graduação *lato sensu* em Design e Prototipagem em Espaços Comerciais, o primeiro voltado a design de produto além da graduação na UnB. Os cursos de pós-graduação em design do DF estão no Quadro 2.

Quadro 2 - Cursos de Pós-Graduação em design e respectivas especialidades disponíveis no DF (2018)

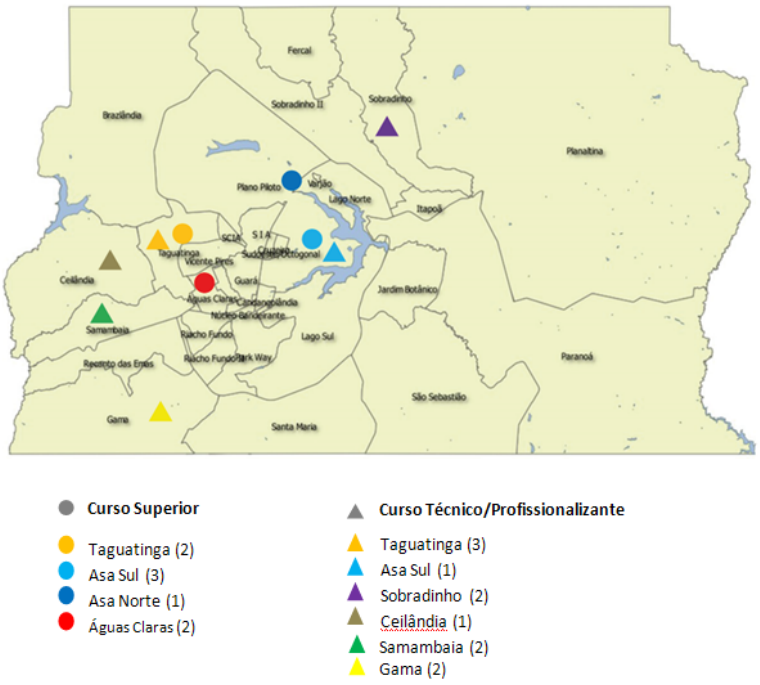
Nome do Curso	Programa	Instituição
Mestrado Acadêmico em Design	*Stricto sensu*	Universidade de Brasília - UnB
Animação e Arte Digital	Especialização *lato sensu*	Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB
Previsão de tendências e comportamento do consumidor		
Design e Inovação		
Styling e Imagem de moda		

Inovação e Design Thinking	MBA, *lato sensu*	Universidade do Distrito Federal - UDF
Design de Negócios	Especialização *lato sensu*	Universidade Católica de Brasília UCB
Design e prototipagem em espaços comerciais		
Design de Interiores – Ambientação e Produção do Espaço	Especialização *lato sensu*	Instituto de Pós-Graduação e Graduação

Fonte: Pesquisa primária, elaborado pelas autoras.

2.1.4 Situação geográfica das instituições que oferecem cursos de design no DF

Figura 4 - Distribuição das Instituições que oferecem cursos de graduação e profissionalizantes no DF



Fonte: Dados primários e INPE (2016), elaborado pelas autoras.

Ainda bastante concentradas no Plano Piloto, os campi das oito instituições que oferecem cursos superiores em design no DF estão em quatro Regiões Administrativas e as doze instituições com cursos profissionalizantes - Senai, Senac e IFB -, distribuídas por seis regiões administrativas (Figura 4). Esta situação geográfica coincide com o eixo de desenvolvimento do DF.

2.1.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – resultados para os cursos superiores em design no Distrito Federal

O ENADE é uma avaliação trienal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) aplicada a estudantes do ensino superior de cada grande área do conhecimento pelo INEP[3]. O Exame é uma prova com o mesmo número de questões gerais e específicas para cada área de graduação, um questionário de percepção da prova e outro do estudante, que busca traçar um perfil demográfico do curso e da instituição dos participantes do Exame (INEP, 2015).

Os estudantes convocados para o ENADE são os que cumpriram 80%, ou mais, da carga horária mínima do currículo e que não tenham colado grau até o último dia do período de retificação de inscrições, ou aqueles com expectativa de conclusão do curso em até um semestre da data de realização da prova. Os relatórios do ENADE apresentam conceito de 1 a 5 a depender do desempenho alcançado pelos estudantes na prova, bem como análise do perfil do estudante e o modo de funcionamento e qualidade dos cursos das IES[4] no Brasil (INEP, 2015).

Dentre os 404 estudantes de design do DF convocados para o ENADE 2015, 336 realizaram a prova. No edital 2015, as provas foram distintas e com questões específicas para quatro áreas: Bacharel em Design e Tecnólogos em Design de Interiores, Design de Moda e Design Gráfico.

O desempenho geral do ENADE dos cursos de design por IES e gerais do DF e do País - tamanho da população apta e a que participou do Exame e notas médias dos componentes de formação geral e específica e do resultado geral - estão consolidados no Quadro 2. As informações sobre o perfil dos estudantes que realizaram o Exame. A nota média e a porcentagem a partir de

[3] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

critérios de auto declaração socioeconômica e racial dos alunos que participaram da avaliação, estão consolidadas no Quadro 3.

Quadro 3- Desempenho das instituições de ensino superior em design do DF no ENADE (2015)

ENADE Design DF (2015)	Design						Tecnologia em Design Gráfico					Tecnologia em Design de Interiores						Design de Moda		
	UNB Design (Proj. de Produto)	UNB Design (Prog. Visual)	Uniplan (Gráfico)	Uniplan (Interiores)	DF	BRASIL	UniCEUB	IESB	UNIP	DF	BRASIL	UniCEUB Taguatinga	UniCEUB Taguatinga	IESB	UNIP	DF	Brasil	IESB	DF	Brasil
Tamanho da População	34	54	22	113	224	7552	56	16	22	94	2614	64	32	21	7	124	3085	17	17	1707
Número de Presentes	23	41	18	83	165	6236	18	15	21	54	2060	51	26	17	6	100	2363	17	17	1333
Média Formação Específica	63,2	63,6	34,5	29,9	43,4	48,2	58,7	68,2	42	54,8	51,5	48,3	37,2	49,8	40,3	45,2	45	52,7	52,7	51,1
Média Formação Geral	68,3	66,8	48,5	45,5	54,3	56,4	63,1	66,3	51	59,3	54,4	55,7	47,9	61	56,3	54,6	50,4	56,3	56,3	52,4
Resultado Geral	64,5	64.4	38	33,8	46,2	50,2	59,7	67,7	44,3	55,9	52,2	50,2	39,9	52,6	44,3	47,6	46,3	53,6	53,6	51,4

Fonte: DAES-INEP 2016. Elaborado pelas autoras.

Quadro 4- Perfil socioeconômico e racial de alunos (ENADE 2015) - auto declaração

ENADE Design DF (2015)			Acima de 30 salários	10 até 30 salários	6 até 10 salários	4,5 até 6 salários	3 a 4,5 salários	1,5 a 3 salários	Até 1,5 salário	Indígena	Amarelo	Pardo/Mulato	Negro	Branco
Design	UNB Design Projeto de Produto	Nota	63,4	67,2	62.6	62,6	60,4	-	60,2	-	71,6	69,8	59	63,9
		%	8,7	43,5	21,7	17,4	4,3	0	4,3	0	8,7	13	17,4	60,9
	UNB Design Prog. Visual	Nota	68	63,8	65,3	67,4	55,8	62,4	-	-	60,6	64,1	75.5	64,7
		%	9,8	48,8	17,1	12,2	4,9	7,3	0	0	9,8	26,8	2,4	61
	Uniplan (gráfico)	Nota	-	50,5	31,7	39,8	43	39,7	35,5	41,9	39,8	40,7	40	34,8
		%	0	5,6	27,8	16,7	11,1	27,8	111	5,6	5,6	27,8	16,7	44,4
	Uniplan (Interiores)	Nota	29,1	38,8	30,3	37,6	36,7	35,2	25,7	20,5	29,8	33,7	29,2	35,3
		%	2,4	14,5	26,5	10,8	14,5	21,7	9,6	1,2	2,4	45,8	7,2	43,4
	DF	Nota	**57,1**	**57,3**	**40,9**	**49,7**	**41,1**	**39,2**	**30,6**	**31,2**	**53,9**	**42,1**	**43,4**	**48,9**
		%	**4,8**	**26,1**	**23,6**	**12,7**	**10,3**	**15,8**	**6,7**	**1,2**	**5,5**	**34,5**	**8,5**	**50,3**
	BRASIL	Nota	**50,4**	**53,5**	**51,1**	**50,9**	**48,7**	**48,4**	**46,2**	**50,2**	**52,4**	**49,1**	**47,7**	**50,7**
		%	**4,6**	**17,8**	**20,7**	**15,7**	**17,8**	**17,3**	**6,1**	**0,9**	**2,7**	**19,3**	**4,7**	**72,4**
Design Gráfico	UniCEUB (Asa Norte)	Nota	61,6	62,8	54,6	47,9	64	-	60	41,5	-	61,7	-	60,4
		%	5,6	50	16,7	11,1	11,1	0	5,6	5,6	0	27,8	0	66,7
	IESB	Nota	84,2	77,1	68,1	66,5	59,5	59,1	-	57,9	-	68	62,7	69,6
		%	6,7	20	20	20	20	13,3	0	6,7	0	40	6,7	46,7
	UNIP	Nota	-	52,5	34,8	49,2	43,4	42,7	40	-	38,5	40	-	47,7
		%	0	19	14,3	14,3	23,8	19	9,5	0	9,5	33,3	0	57,1
	DF	Nota	**72,9**	**62,9**	**52,5**	**55,4**	**52,4**	**48,1**	**46,6**	**49,7**	**38,5**	**55,3**	**62,7**	**57,6**
		%	**3,7**	**29,6**	**16,7**	**14,8**	**18,5**	**11,1**	**5,6**	**3,7**	**3,7**	**33,3**	**1,9**	**57,4**
	BRASIL	Nota	**57,6**	**57**	**54,3**	**53**	**50,9**	**51,4**	**49,7**	**50,2**	**52,4**	**50,9**	**49,3**	**53,1**
		%	**0,9**	**7,5**	**13,1**	**15,7**	**22,5**	**28,4**	**11,9**	**0,9**	**2,6**	**27,5**	**6,4**	**62,5**
Design de Interiores	UniCEUB Asa Norte	Nota	50,2	53,9	51,8	49,9	47,7	42,3	55,5	-	-	48,3	-	51,3
		%	16,3	32,7	14,3	8,2	12,2	14,3	2	0	0	34,7	0	65,3
	UniCEUB Taguatinga	Nota	-	-	40,6	40,5	43,7	23,4	45,3	-	23,1	41,5	36,2	41,2
		%	0	0	38,5	15,4	23,1	11,5	11,5	0	3,8	34,6	15,4	46,2
	IESB	Nota	51,2	56,6	51,4	73,3	-	44,1	45,3	-	-	44,1	-	54,5
		%	17,6	23,5	35,3	5,9	0	11,8	5,9	0	0	17,6	0	82,4
	UNIP	Nota	-	54,1	42,4	36,5	-	-	-	-	-	-	54,1	39,5
		%	0	33,3	33,3	33,3	0						33,3	66,7
	DF	Nota	**50,5**	**54,4**	**46,4**	**46,2**	**45,7**	**37,9**	**47,4**	**-**	**23,1**	**45,8**	**42,2**	**49,3**
		%	**11,2**	**22,4**	**25,5**	**11,2**	**12,2**	**12,2**	**5,1**	**0**	**1**	**29,6**	**6,1**	**63,3**
	Brasil	Nota	**48,7**	**50,3**	**47,4**	**47,8**	**45,7**	**44,5**	**44,3**	**47,5**	**45**	**44,9**	**43,7**	**47,1**
		%	**2,5**	**10,4**	**14,7**	**14,4**	**20,9**	**26,4**	**10,7**	**0,9**	**2,4**	**25,5**	**5,1**	**66,1**
Design de Moda	IESB	Nota	-	54,1	62,5	44,4	54,4	54,	-	-	-	49	-	56,9
		%	0	29,4	11,8	17,6	5,9	35,3	0	0	0	41,2	0	58,8
	DF	Nota	**-**	**54,1**	**62,5**	**44,4**	**54,4**	**54,8**	**-**	**-**	**-**	**49**	**0**	**56,9**
		%	**0**	**29,4**	**11,8**	**17,6**	**5,9**	**35,3**	**0**	**0**	**0**	**41,2**	**-**	**58,8**
	Brasil	Nota	**53,7**	**53,2**	**53,1**	**51**	**51,6**	**50,9**	**49,2**	**52,7**	**50,1**	**51,2**	**50,8**	**51,6**
		%	**2,7**	**11,5**	**13**	**11,5**	**18,**	**27,6**	**15**	**1**	**2,3**	**24,4**	**6,6**	**65,8**

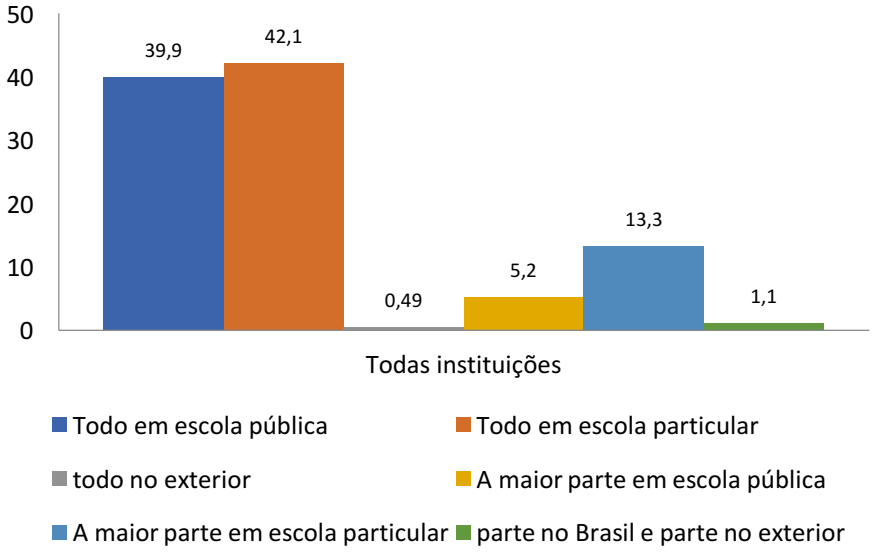
Fonte: DAES-INEP 2016, elaborado pelas autoras.

A UnB foi a única instituição pública e com oferta em bacharelado a participar, embora os cursos da Uniplan, classificados pelo MEC como tecnológicos, constam nos relatórios do ENADE 2015 como bacharelado. Nestes casos, os estudantes fizeram a mesma prova, mas o relatório subdivide os resultados entre as habilitações oferecidas (Quadro 2). O melhor resultado geral do DF foi do curso de tecnólogo em Design Gráfico do IESB - 67,7 pontos – o melhor avaliado do País, bem acima da média nacional de 52,2 pontos na área específica, com a participação de 15 dos 16 estudantes convocados. Os resultados gerais dos cursos da UnB e do IESB alcançaram resultado geral superior à média nacional em todos as habilitações que oferecem; e o UniCEUB, superou a média nacional para duas das três habilitações que oferecia – a mesma habilitação em outro campi é avaliada como outro curso (Quadro 2).

2.1.6 Perfil do Estudante egresso dos cursos superiores em design no DF

O questionário do estudante do ENADE permite conhecer e analisar o perfil socioeconômico e cultural dos egressos das graduações avaliadas e o ambiente de ensino-aprendizagem em que estão inseridos (Quadro 3). Identifica possíveis fatores que podem influenciar no desempenho individual do estudante e, consequentemente, da IES, como o perfil étnico, a renda familiar, o grau de instrução dos pais e o perfil da escola que cursou o ensino médio (INEP, 2015).

Gráfico 2 - Média do tipo de escola cursada o ensino médio

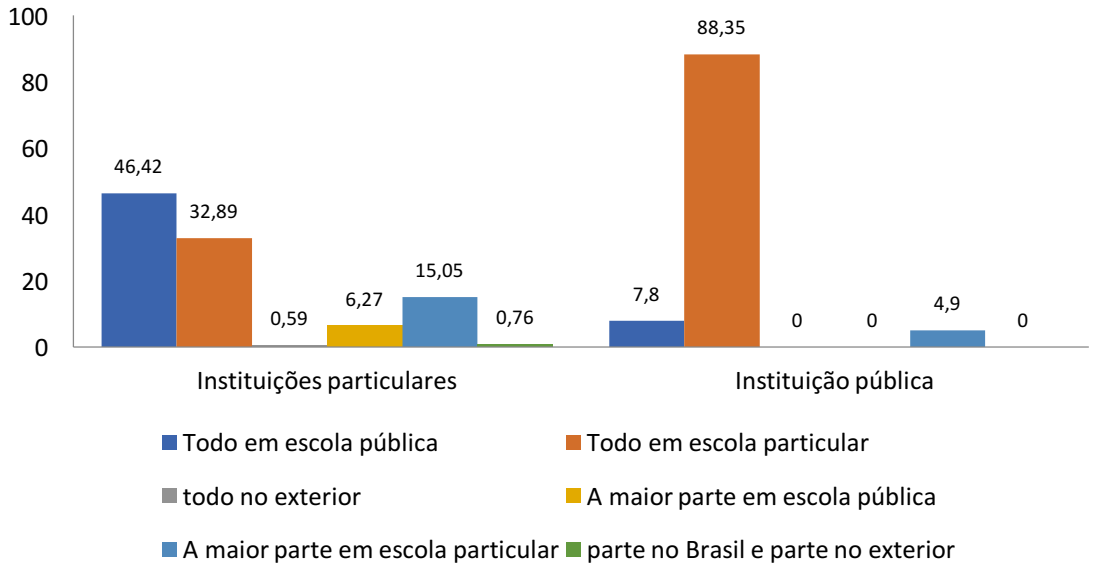


Fonte: DAES-INEP 2016, elaborada pelas autoras.

Dos estudantes de design do DF que prestaram o ENADE 2015, 55,4% são egressos do ensino médio em escolas particulares, em todo ou grande parte do período, e 39,9% cursaram todo o ensino médio em escolas públicas (Gráfico 2).

Se o recorte forem as instituições de ensino superior particular e a pública, 88,35% dos estudantes da UnB cursaram o ensino médio todo em escola particular (Gráfico 3) e 7,8% todo em escola pública. Nas instituições particulares, 32,89% foram estudantes em escolas particulares no ensino médio.

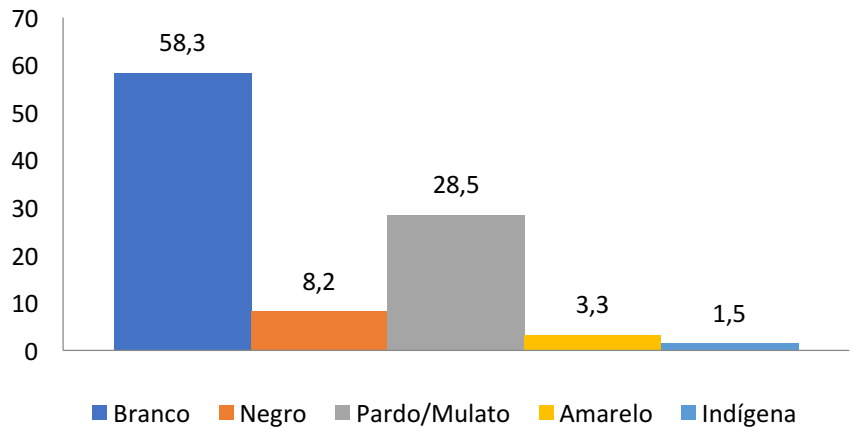
Gráfico 3- Tipo de escola que cursou o ensino médio dos estudantes de graduação das instituições públicas e particulares



Fonte: DAES-INEP 2016, elaborado pelas autoras.

Na avaliação das instituições que alcançaram os melhores resultados gerais no ENADE 2015, em geral, a nota média maior está entre os estudantes que declararam maior renda (Quadro 4).

Gráfico 4 – Percentual étnico autodeclarado dos estudantes de design no DF (ENADE 2015)

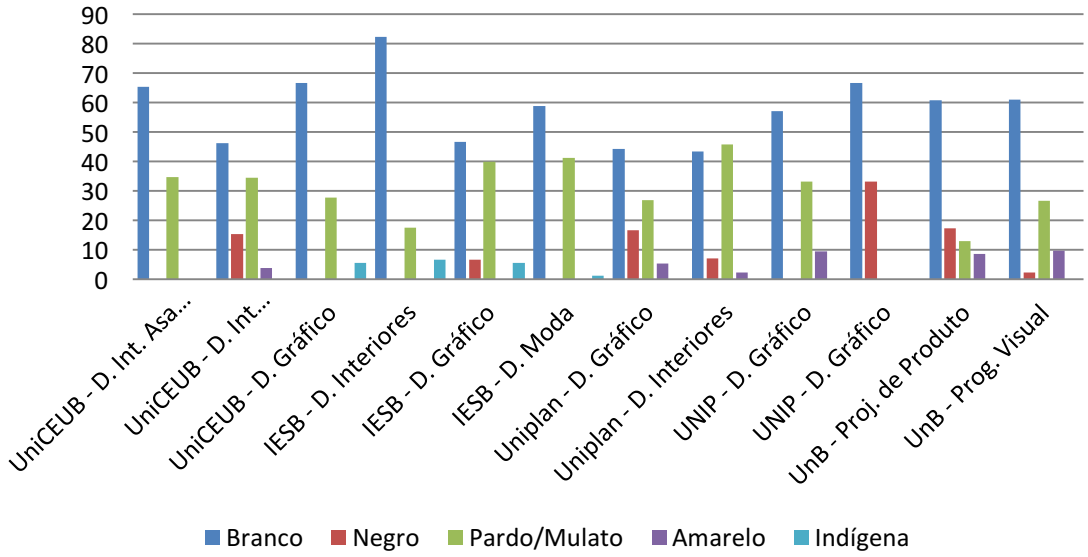


Fonte: DAES-INEP 2016, elaborado pelas autoras.

Acerca de critérios raciais nos cursos de design do DF8,2% entre potenciais egressos a partir de 2015 se autodeclarados negros, sete dos doze cursos avaliados no ENADE 2015 e 1,5% indígenas ou de origem indígena (apenas em quatro dos doze cursos) (Gráfico 4).

A UnB é a única entre as instituições avaliadas pelo ENADE 2015 na área de design no DF com critérios de cotas raciais para ingresso na instituição, resultado do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, em 2003. O Plano da UnB estabeleceu 20% das vagas do vestibular para candidatos negros, além de outras para indígenas, de acordo com demanda específica. A partir de 2014, a política de cotas para ingresso na UnB reserva 5% das vagas por critério racial, 50% para estudantes oriundos de escolas públicas – com reserva para critérios socioeconômicos e para negros, pardos e indígenas - e 45% para acesso universal. A política de cotas na UnB teve efeito no acesso a outras etnias ao ensino superior público em design no DF (Gráfico 5), especialmente negros e indígenas frente a raça branca, que permanece predominante.

Gráfico 5 - Quantitativo de alunos por instituição de ensino em design no DF por critério racial (ENADE, 2015)



Fonte: DAES-INEP 2016, elaborado pelas autoras.

A próxima avaliação do ENADE para a área de design está prevista para 2018. A análise comparativa dos dados históricos permitirá avaliar o comportamento em pluralidade racial e perfil socioeconômico dos cursos de design no DF, precisamente com a nova política de cotas da UnB e a inclusão dos cursos do IFB - outra instituição de ensino superior pública - no Exame.

2.2 Design e inovação no Distrito Federal

O design como disciplina para gerar inovação se insere não só em contextos puramente criativos, mas se alia a interpretações científicas e tecnológicas da concepção de um produto ou serviço. O conceito de design e inovação se aprimora, insere novos agentes participantes no processo e novas compreensões de atuação, e trata os problemas como oportunidade de gerar valor, e não um fim em si só (Steelcase, 2013; BRASIL MDIC, 2014).

Nas próximas seções, apresentamos informações sobre linhas e grupos de pesquisa (produção de conhecimento) parques tecnológicos, incubadoras, laboratórios, aceleradoras, propriedade intelectual e laboratórios de inovação e de governo. São resultados de ações de organizações públicas e privadas, instituições de ensino, sociedade civil, serviço público, entre outros, como ativos

de apoio ao desenvolvimento científico, técnico, metodológico e econômico no território. O objetivo desses instrumentos é elevar e melhorar a formatação de negócios e a produtividade e competitividade de projetos e empresas. A valorização de iniciativas independentes e locais trazem vários benefícios ao design: oportunidade de trabalho, inserção profissional, incentivo ao empreendedorismo e criação de negócios, espaços de conexão de empreendedores e profissionais criativos, fomento do mercado de design, ampliação de networking e oportunidades colaborativas.

2.2.1 Produção de Conhecimento em design no Distrito Federal

No Censo 2010, do CNPq (o mais recente disponível[5]), havia três grupos de pesquisa (GP) no DF, dois na UnB: GP **Design da Informação**, liderados por Virgínia Tiradentes Souto e Luiz Fernando Luzzi Las-Casas; e o GP **Laboratório de Desenvolvimento em Design**, liderado por Ana Claudia Maynardes; assim como o GP **Sustentabilidade e Inovação**, no IFB, liderado por Paula Felipe Shlemper de Oliveira. Respectivamente, os GPs têm quatro, dois e quatro linhas de pesquisa (LP) vinculadas a cada um (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Dos três GPs, a informação é que já não existiam no último censo (2016) quando realizadas buscas especificas com esta temporalidade para o DF (BRASIL CNPq, 2018a).

As linhas de pesquisa (LP) são desenvolvidas pelos grupos de pesquisa (GP), com indicação de um total de 10 LP no Censo 2010. Os GP e LP são os classificados na Árvore do Conhecimento em Engenharias; Desenho Industrial.

[5] Pesquisa em 20/07/2018.

Quadro 5 - Linhas de Pesquisa no Distrito Federal (2010)

Grupo de Pesquisa / Instituição	Linha de Pesquisa	Pesquisador (P) e Estudantes (E)	Objetivos ou Palavras-chaves	Setores de Atividades
Laboratório de Desenvolvimento em Design / UnB	Design de Acessórios para Moda	2P e 1E	Desenvolvimento de projetos em materiais "não preciosos"; Estudo de técnicas de representação para normalização de produtos para o setor joalheiro; Estudo e aplicação de novos materiais. Estudo e aplicação da técnica de prototipagem rápida na joalheria; Estudo e desenvolvimento de lapidação diferenciada; Assessoria às empresas da região	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
	Design de Móveis	5P 3E	Desenvolvimento de produtos com madeiras alternativas da Amazônia; Assessoria às micro e pequenas empresas da região; Estudo das características dos materiais empregados na indústria moveleira; Aproveitamento de resíduos.	Fabricação de produtos têxteis, de madeira, inclusive móveis, de celulose, papel e produtos de papel;
Design da Informação/UnB	Design de Interação	2P	Comunicação Visual; Tipografia; animação; cinema; ergonomia cognitiva; interação humano-computador; interfaces digitais; produção de sentido; repertório; sintaxe; usabilidade	Outros setores
	Design Audiovisual	1P	Comunicação Visual; Tipografia; animação; cinema; ergonomia cognitiva; interação humano-computador; interfaces digitais; produção de sentido; repertório; sintaxe; usabilidade;	Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes;
	Linguagens e informação no design	1P	Comunicação Visual; Tipografia; animação; cinema; ergonomia cognitiva; interação humano-computador; interfaces digitais; produção de sentido; repertório; sintaxe; usabilidade	Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes
	Tipografia e comunicação visual	5P	Comunicação Visual; Tipografia; animação; cinema; ergonomia cognitiva; interação humano-computador; interfaces digitais; produção de sentido; repertório; sintaxe; usabilidade;	Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes
Sustentabilidade e Inovação / IFB	Design Sustentável	7P	Realizar pesquisas acerca do desenvolvimento de produtos e sistemas que visem à melhora dos modos de concepção, de consumo e de reutilização de bens, integrando ecologia e concepção de produtos, inovações econômicas, tecnológicas e sociais.	Outros setores
	Ecodesign p/ produtos de madeiras e móveis	5P	arte; desenvolvimento; design; ecodesign; intertextualidade; meio ambiente; mobiliário; mídia; reciclagem e reutilização; relacionamento interpessoal; responsabilidade social; sustentabilidade	Fabricação de produtos têxteis, de madeira, inclusive móveis, de celulose, papel e produtos de papel

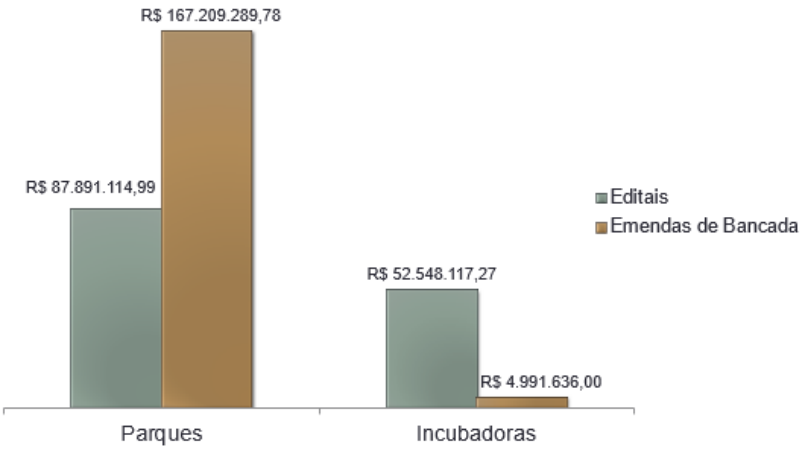
	Produção Limpa	6P	Para atingir seus objetivos a produção limpa concentra-se nas vertentes da difusão da informação e capacitação. O principal objetivo visa desenvolver medidas de intervenção no processo cuja abordagem preventiva possa resolver o problema na fonte geradora.	Outros setores
	Subjetividade e Linguagem	4P	Aplicar o conceito de sustentabilidade subjetiva, desenvolvendo a criticidade sobre a cultura da informação por meio da análise dos usos e da aplicação da linguagem, bem como da relação daquela com o campo produtivo (comportamentos, modelações e agenciamentos) e com a construção de vínculos.	Outros setores

Fonte: (CNPq, 2018).

2.2.2 Parques Tecnológicos no Distrito Federal

O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e Parques Tecnológicos do Governo Federal (PNI), operados por editais do MCTI e Finep, contemplou o DF com três das oito inciativas Parques da região Centro-Oeste (BRASIL MCTI, 2014). Os recursos investidos nos Parques Tecnológicos foram na ordem de R$ 312 milhões em todo o Brasil, entre 2002 e 2012, cujas origens e respectivos montantes estão ilustrados no Gráfico 6. A importância desses Parques para o design no DF está diretamente ligada a missão explicita de interagir e se aproximar da sociedade.

Gráfico 6 - Total e origem dos recursos investidos no PNI entre 2002 e 2012



Fonte: (BRASIL MCTI, 2016, estimado, p. slide 11).

Em 2014, havia dois projetos em Implantação e outro projeto aprovado para funcionamento no DF, a saber: 1) Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD), chamado de Parque Tecnológico de Brasília ou simplesmente BioTIC (Biotecnologia e Tecnologia da Informação e Comunicação) é um projeto arrojado e inovador que pretende que Brasília se torne uma espécie de hub tecnológico, em face da centralidade geográfica. O BioTIC será um parque de terceira geração lançado em 2018, que irá conviver com as dinâmicas social, econômica e cultural da cidade, numa interação de co-criação econômica e tecnológica da cidade. Abrigará um *cluster* com uma nova filosofia de gestão, a cargo de profissionais especialistas no apoio a inovação. e caracterizado por se inserir na malha urbana. O escopo da proposta encontra-se alinhada com o propósito de Brasília se tornar uma cidade humana, inteligente, criativa e sustentável (CHICS), que entre os pré-requisitos está a infraestrutura adequada e a matriz econômica de baixo impacto, capazes de suportar o desenvolvimento tecnológico e sustentável. Some-se que irá incorporar mecanismos de fomento diferenciados, com a modalidade *Project Finance* como pilar central - consiste no próprio fluxo de caixa do projeto como a principal fonte de financiamento do empreendimento. O modelo de Parque Industrial, com financiamento governamental e *Venture Capital* – capital corporativo - será incorporado no modelo *Real State*, que consiste na remuneração das partes ao empreendimento pela ocupação dos espaços físicos e áreas comuns (ESBRASIL, 2018);

2) PCTec/UnB é o Parque Tecnológico da UnB, instalado no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT). O PCTec foi criado em 2007[6] como mais um mecanismo “de construção de novas relações institucionais entre universidade, empresa, governo e sociedade” (UnB PCTec, p. 3); e

3) Parque Tecnológico Sucupira de Biotecnologia e Agronegócios (PTSBA), a cargo da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, desde 2002. Seu principal objetivo de implantação é criar infraestrutura capaz de influenciar o

[6] Resolução no. 14/2007 do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília FUB.

desenvolvimento tecnológico regional. A área física destinada ao parque é de 70.000 m², dos quais 1.000 m² já estão edificados (ANPROTEC, 2008). Busca

> Preservar a integridade do meio ambiente, fomentar e agregar valor ao produto do agronegócio regional, gerar recursos permanentes para financiar empreendedores e pesquisadores, criar emprego, ocupação e renda, articular políticas públicas e necessidades no Centro-Oeste e promover o desenvolvimento econômico e social da região." (p.49).

2.2.3 Incubadoras no Distrito Federal

Incubadoras de empresas são organizações que auxiliam micro e pequenos empreendimentos a iniciarem ou desenvolverem seus negócios, oferecendo suporte técnico, gerencial e formação complementar administrativa e mercadológica ao empreendedor. A "incubação" pode ser desde a fase de planejamento até a consolidação das atividades, acesso a novas tecnologias e, geralmente, ocorrem e espaço físico oferecido para alojar temporariamente os empreendedores. Apoiam empresas de acordo com alguma diretiva governamental ou regional, consolidando um plano de negócios e um modelo mais tradicional de prestação de serviços (SEBRAE, 2015a).

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento, CDT/UnB, é o principal incentivador de inovação tecnológica na cidade. Apoia pesquisa e desenvolvimento de novos empreendimentos, a partir de ações de incubação e aceleração, estreitando laços entre a sociedade, empresas e governo. Atua em quatro eixos: Ensino, Pesquisa e Difusão do Empreendedorismo; Transferência e Comercialização de Tecnologias; Desenvolvimento Empresarial; e Cooperação Institucional (Universidade – Empresa – Governo – Sociedade). Ao todo, são dez programas e projetos na instituição: Disque Tecnologia; Escola de Empreendedores - Empreende; Programa Empresa Júnior; Gerência de Projetos-GEPRO; Inovação Tecnológica para Ambientes de Experiência –ITAE; Multincubadora de Empresas; Núcleo de Propriedade Intelectual-NUPITEC; Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas-SBRT; e Agência de Comercialização de Tecnologia – ACT.

Dentre as atividades, estão àquelas ligadas diretamente à universidade, mas que de alguma forma contribuem para o desenvolvimento local, como as Empresas Juniores e o Núcleo de Propriedade intelectual da produção universitária. O Programa Empresa Júnior da UnB foi criado em 1993 para apoia-las no "desenvolvimento de seus projetos e na capacitação dos estudantes em

práticas empreendedoras" (CDT, 2018), cujo objetivo são experiências práticas-profissionais durante a graduação. Oferecem ao mercado serviços a preços mais acessíveis, de acordo com sua capacidade e curso de formação, geralmente orientados e(ou) com suporte de professores e mentores.

A única empresa júnior de design em Brasília é a Lamparina Design, na UnB, criada em 2004 com o objetivo principal de ser um laboratório de projetos do curso de Desenho Industrial. Uma média de 30 estudantes das duas habilitações do curso na universidade – Programação visual e Projeto de produto - passam pela empresa anualmente. Capacitam-se em projetos e integram a gestão da empresa como parte de diretorias de gestão de projetos ou de pessoas e finanças, bem como trocam conhecimentos e constroem *networking* com outras empresas juniores da UnB, de outras instituições de ensino em Brasília e do Brasil. Os principais clientes são micro e pequenas empresas da cidade.

A Lamparina Design foi a única empresa júnior da economia criativa a ser reconhecida como Empresa Júnior Evolução, em 2015, título concedido pela Confederação de Empresas Juniores do Brasil àquelas que mais cresceram e geraram valor por ano no País, em todos segmentos. Entre 2016 e 2017, conquistou o título de EJ de Alto Crescimento, bem como colecionou prêmios regionais e destaques em projetos, como o design do aplicativo Caronaphone[7].

O Núcleo de Propriedade Intelectual – Nupitec é parte do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UnB, em linha com o previsto na Lei da Inovação (10.973/2004). Atua como gestora de direitos de PI para proteger as tecnologias desenvolvidas pela comunidade acadêmica, como pesquisas e projetos passíveis de "proteção por patente, além de programas de computador, marcas, cultivares, desenhos industriais e outras modalidades de proteção" (CDT, 2018). O Núcleo atende além da comunidade acadêmica, empresas, inventores independentes e

[7] O Caronaphone foi uma das 4 startups brasilienses selecionadas entre as 100 Open Startups, em 2016, edição que recebeu mais de 2mil inscrições de empresas juniores do País. Estas foram avaliadas entre as mais atraentes e interessantes para empresas líderes em inovação do mundo, como HP, IBM, Johnson&Johnson e outras.

pesquisadores nos procedimentos de proteção. Disponibilizam publicações sobre direito autoral, direito de marcas, propriedade intelectual e outros (CDT, 2018).

A Multincubadoras de Empresas e a Escola de Empreendedores incentivam o empreendedorismo com capacitações além da universidade. A Multincubadora do CDT/UnB tem como premissa apoiar o desenvolvimento, crescimento e consolidação de negócios inovadores no DF. Atua na incubação de empresas de base tecnológica, de tecnologia social e de arte e cultura (Articula DF). Reúne mais de 140 empresas incubadas e aproximadamente 232 empresas graduadas, que passaram pelo processo de incubação para desenvolver sua capacidade de sustentabilidade no mercado.

A Escola de Empreendedores – Empreende é um programa do CDT/UnB criado com o objetivo de “apoiar e difundir o empreendedorismo e a inovação na formação de alunos e profissionais". Auxilia no processo de obtenção de conhecimento e, principalmente, na vivência empreendedora, com oferta de disciplinas na graduação e na pós-graduação e na promoção de capacitações e eventos para a comunidade em geral (CDT, 2018).

O UniCEUB criou a Agência de Empreendedorismo, que gere uma empresa júnior e uma incubadora para contribuir com a inserção de alunos e recém-formados no mercado de trabalho. A única empresa júnior Projetos Consultoria Integrada é multidisciplinar e reúne estudantes de vários cursos de graduação interessados em experiência de gestão e de execução de projetos, inclusive design de interiores e arquitetura. A Agência oferece estágio e capacitação profissional, conta com uma incubadora de empresas - a Casulo, que estimula a criação e o desenvolvimento de pequenas e microempresas inovadoras e projetos da comunidade sem vínculo com o UniCEUB.

A Universidade Católica de Brasília fundou em 2014 a Agência de Empreendedorismo e Inovação, uma unidade de articulação, apoio e desenvolvimento de projetos, de difusão da cultura de inovação, de empreendedorismo e de sustentabilidade. Dentre outros, tem o objetivo de incubação de empresas. No segundo semestre de 2017, o edital do *Startup* Católica teve o propósito foi estimular o desenvolvimento social, tecnológico e econômico da região e do País por meio da criação, desenvolvimento e

aceleração de negócios inovadores e os aproximar de demandantes e ofertantes de tecnologias e inovação. Esta instituição conta, ainda, com o *Brazilian Education Program for iOS Development* - BEPiD/UCB, um centro de desenvolvimento para designers e desenvolvedores para a plataforma iOS da Apple. Por meio de capacitação técnica e empreendedora, os estudantes já desenvolveram e publicaram mais de 200 aplicativos para a plataforma.

No Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, o Conecta UDF é um centro de empreendedorismo, escritório de extensão, responsabilidade social e laboratório de inovação. Oferece formação a comunidade acadêmica da instituição e público externo, e visa contribuir para o desenvolvimento social e econômico de empresas e outros públicos na construção de pontes entre mercado, governo e sociedade.

O IESB Lab é uma incubadora e espaço de trabalho colaborativo para incentivar os alunos da instituição a desenvolverem negócios inovadores, com oportunidade de convergência entre a academia e o mercado de trabalho.

2.2.4 Aceleradoras no Distrito Federal

As aceleradoras de empresas se fundamentam na ajuda a negócios que tenham potencial de crescimento rápido e multiplicável. É uma abordagem de mentoria nova no Brasil, mais inclinada a apoiar *startups*, principalmente as ligadas a tecnologias e processos digitais. Costumam ser lideradas por empreendedores e investidores experientes, focados em capital privado, que estão em busca de inovação radical e modelos de negócios escaláveis (SEBRAE, 2015a). Apesar de não haver incubadoras e aceleradoras especificamente em design, este está diretamente e indiretamente inserido nestas iniciativas, que grande parte são de cunho tecnológico.

É um modelo ainda são incipientes no DF, onde costumam estar atreladas a outros tipos de empreendimentos, como *coworking* e cursos para a comunidade.

O Mapa Brasília Startup[8] apresenta um levantamento de empreendimentos estabelecidos como aceleradoras, assim como espaços de fomento de inovação e empreendedorismo para designers (Quadro 6). As iniciativas têm o objetivo de formarem conexões empreendedoras e criativas valorizam a perspectiva do design e de habilidades criativas, em pilares como co-criação e inovação.

Quadro 6 - Aceleradoras e Ambientes colaborativos no DF

Nome	Tipo/Categoria	Atuação
Runpal	Aceleradora de Startups	Aceleradora com experiência no mercado em tecnologia da informação e comunicação aplicadas aos negócios.
Cotidiano	Aceleradora de Startups	Atua na aceleração startups, investimento de capital e inovação para empresas corporativas.
Acceleratus	Aceleradora	Especializada em aceleração corporativa, voltada para as empresas de tecnologia no Brasil e no exterior.
Logo Aceleradora	Aceleradora/ Coworking	Recém-inaugurada, é aceleradora de startups e espaço de coworking (gratuito), instaurada nas dependências físicas da Infosolo Informática S.A..
Founder Institute	Pré-aceleradora	Empresa do vale do silício, que oferece passo-a-passo para o lançamento de empresas de tecnologia no mercado. Possui uma base em Brasília.
LeCria	Laboratório, Coworking, Incubadora	Laboratório de Empreendimentos Criativos – LeCria do Jovens de Expressão, que promove o empreendedorismo criativo e inclusão produtiva de jovens em três eixos: *coworking*, incubadora e diálogo.
Rede de design e negócios criativos		
Espaço D	Coworking e cursos	Espaço de conexão de empreendedores criativos, fomento do mercado de design colaborativo, independente e local.

[8] http://brasiliastartup.com/

Comoequetalá/ Pupila	Plataforma/ Espaço de cursos e eventos	Plataforma online de conexão entre profissionais criativos e empregadores; Espaço de cursos e eventos.
Nauta Space	Espaço de conexão e eventos	Espaço de conexão e suporte a iniciativas e comportamento empreendedor para educação e negócios.

Elaborado pelas autoras.

2.2.5 Propriedade Intelectual (PI) – situação do Distrito Federal

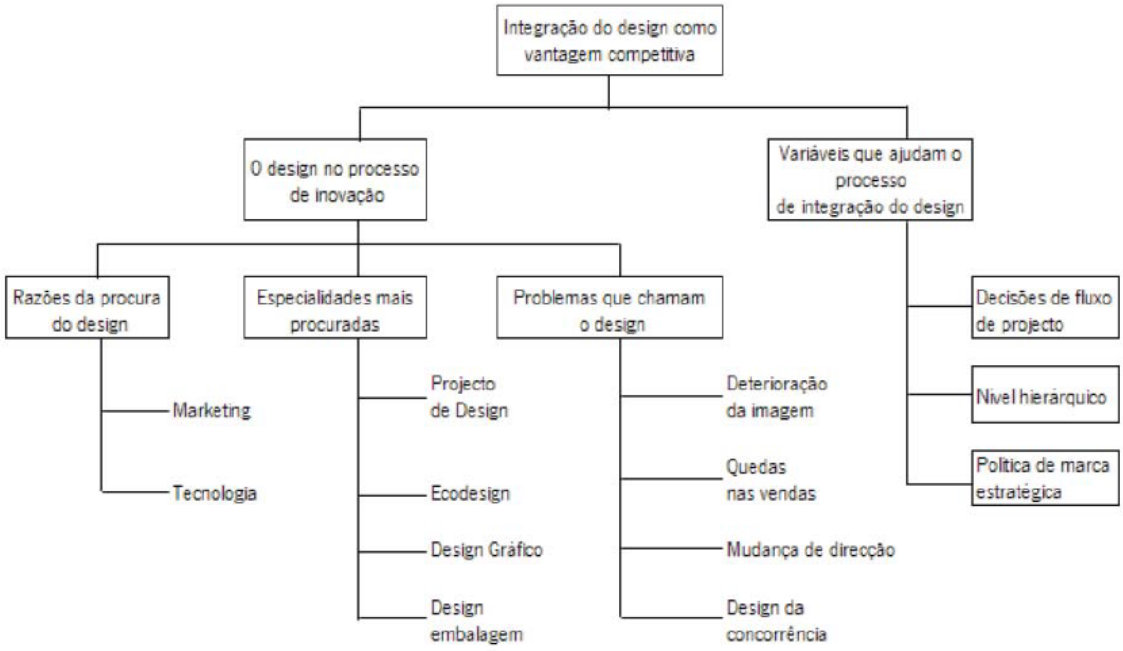
Resultados socioeconômicos bem-sucedidos estão diretamente relacionados à capacidade de desenvolvimento descentralizado dos diversos atores de uma sociedade. Dentre os critérios de mensuração do sucesso e da competitividade econômica de um país, está a capacidade de inovar e realizar pesquisas. O incentivo às atividades de inovação como ativo de desenvolvimento potencializa a produção de conhecimento, bem como é uma abordagem que contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e o incremento de produtos e processos (BRASIL MDIC, 2014).

Esta seção apresenta um levantamento de depósitos, registros e concessões como referência ao design como agente diretamente ligado à idealização, concepção o e produção de bens e serviços que potencializam a competitividade nacional.

> O design tem demonstrado ser essencial no meio empresarial em consequência do aumento da competitividade mundial, o que o torna uma forte vantagem, não pela simples adição da estética, mas pela capacidade de desenvolvimento e implementação de projetos complexos. (BRASIL MDIC, 2014, p. 54).

A introdução do design no processo de inovação, seja empresarial, de governo ou do terceiro setor, proporciona a interação das diversas áreas da empresa e consecução no atendimento a expectativas de forma mais holística da organização como um todo (Gráfico 7).

Gráfico 7- Integração do design como vantagem competitiva



Fonte: (BRASIL MDIC, 2014, pp. 54 apud Teixeira, 2005).

As contribuições do design para organizações são diversas, como a redução de tempo, espaço e conhecimento, custos de produção, qualidade de seus impressos, integração entre as unidades, facilidade de circulação e mobilidade, conforto dos uniformes e outros (Quadro 6) (BRASIL MDIC, 2014).

Quadro 7 - Contribuição do design para as organizações

Objetivo	*Contribuição do design*
Design de produto	
- Diferenciação	- Utilidade e valor
- Satisfação	- Relação com o marketing
- Atualização	- Inovação e diferenciação
- Fabricação e montagem	- Racionalização da produção
- Expressão	- Comunicação e valor da imagem
Comunicação do produto	
- Clareza e coerência	- Identificação e distinção
- Diferenciação da concorrência	- Imagem integral e coerente
- Informação suficiente	- Impacto e economia de recursos
Imagem corporativa	
- Clara	- Otimiza valores da empresa
- Distinta da concorrência	- Distingue-se dos concorrentes
- Qualidade, serviço, eficácia	- Identifica e incorpora
- Memorizada pelo público	- Melhora meios de comunicação

Fonte: (BRASIL MDIC, 2014, pp. 55 apud Teixeira, 2005).

A concessão e registro de PI fomentam a concorrência legal e as práticas comerciais éticas. São essas ferramentas que também viabilizam a confiabilidade de produtos, marcas e serviços prestados para investimento, manutenção, aprimoramento e diversidades (INPI, 2010).

O objetivo da Lei de Inovação[9]Lei é incentivar a inovação em produtos, processos e serviços e à pesquisa, difusão e transferência de tecnologia científica e tecnológica no ambiente produtivo. Facilita a cooperação entre empresas e ICT - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação. Os conceitos inerentes à atividade de design se caracterizam pela aplicação das habilidades criativas em situações e contextos multidisciplinares. No Brasil, a PI é analisada à luz da contribuição direta do profissional e como instrumento para interesses empresariais (BRASIL MDIC, 2014).

No Distrito Federal (DF), em 2017, houve 152 pedidos de patentes[10] - 0,5% do total no Brasil -; 46 depósitos para Desenho Industrial[11] - 0,7% do total no Brasil; e 3.638 depósitos de registro de marcas[12] - 2,2% do total do País (INPI, 2018). Estes números consolidados posicionam o DF na 9º colocação entre as Unidades da Federação (UF). Na comparação com municípios brasileiros, Brasília é o 5º colocado em depósitos de pedidos de MU, atrás dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte.

---

[9] Lei da Inovação, n°10.93, 2016, apresenta a inovação como "a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços"

[10] "Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade [MU], outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação". Esta modalidade apresenta três formas para proteção intelectual, com validades somente no território nacional: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade e Certificado de Adição de Invenção (INPI, 2018).

[11] O registro de Desenho Industrial, e não patente, no Brasil é regido pela Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, cujos depósitos de pedido podem ser feitos por pessoas físicas ou jurídicas (INPI, 2018).

[12] "Marcas é todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas." (INPI, 2018).

Tabela 2 - Pedidos de modelo de utilidade (MU) por estado de origem do depositante residente (2017)

Posição	Estado	2017	Part.(%)	Δ(2017/2016)
1	SÃO PAULO	979	34,4	-8%
2	PARANÁ	315	11,1	-6%
3	RIO GRANDE DO SUL	308	10,8	-12%
4	MINAS GERAIS	304	10,7	12%
5	SANTA CATARINA	281	9,9	6%
6	RIO DE JANEIRO	182	6,4	4%
7	PERNAMBUCO	65	2,3	63%
8	BAHIA	60	2,1	100%
9	DISTRITO FEDERAL	58	2,0	61%
10	GOIÁS	55	1,9	31%
	DEMAIS ESTADOS	236	8,3	18%
Total de Pedidos de Modelos de Utilidade por Residentes		2.843	100	1%

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI

O DF também está entre as 10 UFs com mais pedidos de depósito de desenho industrial, em 2017 (Tabela 3), bem como o maior crescimento relativo, apesar da participação com apenas 1,3% no total de depósitos terem sido feitos por residentes no Brasil.

Tabela 3 - Pedidos de depósito de desenho industrial por estado de origem do depositante residente no Brasil (2017)

Posição	Estado	2017	Part.(%)	Δ(2017/2016)
1	SÃO PAULO	1.413	40,0	1%
2	PARANÁ	419	11,9	9%
3	RIO GRANDE DO SUL	367	10,4	-12%
4	MINAS GERAIS	360	10,2	26%
5	SANTA CATARINA	341	9,7	-8%
6	CEARÁ	216	6,1	6%
7	RIO DE JANEIRO	108	3,1	-18%
8	BAHIA	54	1,5	23%
9	DISTRITO FEDERAL	46	1,3	142%
10	ESPÍRITO SANTO	45	1,3	45%
	DEMAIS ESTADOS	163	4,6	43%
Total de Pedidos de Desenhos Industriais por Residentes		3.532	100	4%

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI (2018)

Nos pedidos de registro de marca, o DF foi o 10º colocado, com 3638 depósitos (2,3% do total no Brasil), em 2017, um crescimento de 7% em relação ao ano anterior. No ranking de municípios, Brasília posiciona-se em 5º lugar.

Figura 5- Pedidos de marca por município de origem do depositante residente, 2017

Posição	Município	UF	2017	Part.(%)
1	São Paulo	SP	29.480	18,5
2	Rio de Janeiro	RJ	11.148	7,0
3	Belo Horizonte	MG	5.070	3,2
4	Curitiba	PR	5.002	3,1
5	Brasília	DF	3.638	2,3
6	Goiânia	GO	3.004	1,9
7	Porto Alegre	RS	2.926	1,8
8	Fortaleza	CE	2.491	1,6
9	Salvador	BA	2.178	1,4
10	Campinas	SP	1.983	1,2
Top 10			66.920	42,0
Total de depósitos de marcas por residentes			159.192	100,0

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI (2018).

A Tabela 4 relaciona a síntese dos números de depósitos totais nas três modalidades, bem como as concessões e registros deferidos para o DF nos últimos 5 anos pelo INPI. O aumento é tanto no número de depósitos, como no de registros e concessões. O destaque vai para a quantidade de depósitos e registro de marcas, o que indica uma vocação do DF para a economia do intangível, relacionada ao valor de marcas, que podem ser tanto para serviços como bens.

Tabela 4 - Depósitos, registros de marcas, concessões de registros de desenho industrial e concessões de patentes no DF (2012-2017)

ANO	2013		2014		2015		2016		2017	
Depósito (D) / Registros (R)	D	R	D	R	D	R	D	R	D	R
Marcas	2788	549	3018	1064	3207	1186	3404	1196	3638	1662
Depósito (D) / Concessão de Registros (CR)	D	CR	D	CR	D	CR	D	CR	D	CR

Desenho Industrial	13	4	21	11	21	4	19	19	46	10
Depósito (D) / Concessão (C) de patentes	**D**	**C**	**D**	**C**	**D**	**C**	**D**	**C**	**D**	**C**
Modelo de utilidade (MU)	34	1	47	2	32	7	36	5	58	7
Certificado de Adição (CA)	0	1	2	0	0	0	2	0	1	0
Patente de Invenção (PI)	111	8	74	13	81	8	92	10	93	13
Total de Patentes	**145**	**10**	**123**	**15**	**113**	**15**	**130**	**15**	**152**	**20**
Total Geral	**2946**	**563**	**3162**	**1090**	**3341**	**1205**	**3553**	**1230**	**3836**	**1692**

Fonte: INPI (2018), elaborado pelos autores

O perfil nacional dos depositantes – predominantemente pessoas físicas para MU e patentes e de MEIs e PMEs para marcas – aliado ao aumento nos depósitos de patentes, marcas e desenho industrial no DF reforçam a ideia do reconhecimento da PI como um alicerce à inovação e aos negócios. O custo relativo da PI não aparenta ser um obstáculo para o resguardo de marcas e inovações por pessoas físicas empresas menores.

Em 2017, 5.507 registros de programa de computado[13]r foram concedidos pelo INPI em todo o País. O DF encontra-se na 6ª colocação entre os estados e Brasília na 5ª. entre as cidades com maior número de depósitos de programas de computadores, em 2017 (Tabela 5). A UnB e a Embrapa, com sede no DF, estão entre os maiores depositantes brasileiros de programas de computador no Brasil, no ano passado (Tabela 6).

[13] Programa de Computador é uma categoria de PI não obrigatória, que pela relação com o design de interface é relevante no DF. Tornou-se requisito para participação em licitações governamentais, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. A Lei de Direito Autoral (no. 9610/1998) e a Lei de Software (no. 9.609/1998) regulamentam a proteção nesta modalidade em linhas de código-fonte (INPI, 2018).

Tabela 5-Pedidos de programa de computador por estado de origem do depositante

Posição	Estado	2017	Part. %	Δ(2017/2016)
1	SÃO PAULO	547	32,4	-18%
2	RIO DE JANEIRO	176	10,4	-2%
3	MINAS GERAIS	154	9,1	-25%
4	RIO GRANDE DO SUL	135	8,0	24%
5	PARANÁ	126	7,5	21%
6	DISTRITO FEDERAL	77	4,6	-8%
6	SANTA CATARINA	77	4,6	-5%
8	PARAÍBA	52	3,1	300%
9	PERNAMBUCO	47	2,8	-16%
10	GOIÁS	41	2,4	28%
	DEMAIS ESTADOS	254	15,1	-3%
Total de Pedidos de Programas de Computador por Residentes		1.686	100	-6%

Fonte: INPI (2018)

Tabela 6- Ranking dos depositantes de programa de computador (2017)

Posição	Nome	2017	Part. no Total Residentes (%)
1	FUNDAÇÃO CPQD	129	7,7
2	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	40	2,4
3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	34	2,0
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	19	1,1
5	VALE S/A	17	1,0
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	16	0,9
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	16	0,9
6	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	16	0,9
9	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	15	0,9
9	EMBRAPA	15	0,9
Top 10		317	18,8
Total de pedidos de Programa de Computador por Residentes		1.686	100

Fonte: INPI (2018)

2.2.6 Laboratórios de Inovação no Distrito Federal

Um laboratório de inovação é um espaço guiado a partir de conceitos de criatividade e colaboração, criado para permitir condições favoráveis para que a inovação ocorra no projeto ou organização onde está inserida. Promove a

simbiose entre conceitos e disciplinas entre diferentes setores, da própria empresa ou da sociedade (Steelcase, 2013).

Este entendimento sobre a importância da inovação começa a encontrar espaços também no setor público. A Inovação pensada a partir do setor público está diretamente relacionada ao potencial de desempenho do aparato governamental, principalmente na formulação de políticas públicas. Novas abordagens unem atores e dão voz ao usuário, e motivam servidores a aproximarem a prestação dos serviços aos anseios dos cidadãos (Santos, 2017; CEAG/ UnB, 2014).

O ensaio de Isabella Brandalise (Anexo 2) trata da experiência de uma designer dentro de um laboratório de governo. Destacamos, a exemplo, alguns dos laboratórios de governo com base no Distrito Federal, que assumem práticas empíricas de design. Tratam de futuros possíveis de um governo na posição de vetor de uma modernização tecnológica e, principalmente, comportamental.

2.2.7 Laboratórios de inovação no Governo – uma experiência no DF para políticas públicas brasileiras

No DF, laboratórios de inovação na esfera federal servem como referência a órgãos de todo o Brasil. As iniciativas descritas a seguir estão pautadas na relevância das organizações em abordagens do design no setor público, fomento à criatividade e foco nas pessoas - premissas básicas do fazer design.

O Laboratório de inovação do TCU[14], CoLAB-i, inaugurado em setembro de 2015, é parte do Centro de Pesquisa e Inovação (Cepi) e o primeiro laboratório de inovação e coparticipação em um órgão de controle. Busca o desenvolvimento de pesquisas e novas metodologias de trabalho, com a prerrogativa de aprimoramento do controle externo. O Cepi é referência na expansão de novas abordagens de trabalho dentro dos órgãos públicos, especialmente os de controle. Em 2017, em parceria com o Instituto Tellus, lançou o “Toolkit Design Thinking para o Governo”, uma plataforma de

[14] Tribunal de Contas da União

ferramentas de design para ser usada nas etapas de concepção de projeto do Design *Thinking* como ferramenta criativa na execução de projetos (GNOVA, 2018).

O MPOG[15] lançou, em dezembro de 2015, o InovaGov, uma unidade que tem o objetivo de estimular, captar, propor e analisar novas ideias, bem como desenvolver a cultura de inovação no Governo Federal de forma sistêmica. O InovaGov nasce a partir da cooperação técnica entre o TCU, MPOG e o CJF[16] e se consolidou como um conjunto de organizações e pessoas de diferentes setores da sociedade voltado para estimular e viabilizar a inovação no serviço público no Brasil. O design é um dos principais assuntos disseminados na rede InovaGov, que hoje integra 64 órgãos do setor público, 17 organizações do setor privado, 8 organizações do terceiro setor, 4 universidades, além de pesquisadores independentes associados à rede. É de iniciativa da rede InovaGov a Semana da Inovação, que vai para a sua quarta edição em 2018, consolidado como um importante evento para debater tendências de transformação nos serviços públicos.

O GNova é o laboratório de inovação em governo da ENAP[17] voltado para o desenvolvimento de soluções criativas para problemas públicos. Costumam atender, principalmente, outras organizações públicas com metodologias apoiadas no Design *Thinking*, Design Sprint e outras, centradas em práticas colaborativas e de experimentação. Por ser um laboratório sediado em uma Escola de Governo, as abordagens metodológicas se ressignificam para gerar capacidade inovadora nos entes envolvidos, de acordo com o projeto e a equipe. As demandas dos projetos são desenvolvidas em ciclos que envolvem imersão nos problemas, ideação, prototipagem e teste de soluções (GNova, 2018).

[15] Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

[16] Conselho da Justiça Federal

[17] Escola Nacional de Administração Pública

LAB-i VISA é o Laboratório de Inovação da Anvisa[18], cujo objetivo é "um espaço colaborativo de criação, compartilhamento de ideias e práticas com foco nas pessoas" (ANVISA, 2018). Se apoia em pilares de fomento e disseminação de ideias e práticas inovadoras para acelerar o aprendizado organizacional e a concepção de projetos inovadores no órgão. Em fevereiro de 2016, foi instituído a Fábrica de Ideias, um projeto-piloto com o objetivo de promover e testar um conjunto de práticas para um novo modelo de gestão do conhecimento e a cultura de inovação. A abordagem metodológica utilizada na concepção do projeto foi inspirada no Design *Thinking*, em processos disseminados pelas escolas de design de Paris e de Stanford e no processo design da empresa IDEO (Silva & Buvinich, 2017). Em dezembro de 2017, o LAB-i VISA promoveu o I Seminário de Inovação e Design *Thinking* para Agências Reguladoras Federais, se afirmando como um disseminador da abordagem do design para este público.

O Laboratório Avançado do Banco do Brasil- Labbs foi oficialmente inaugurado em 2017, formatado como um espaço de *coworking* e apoio a projetos de cunho tecnológicos seus e de parceiros. Utiliza metodologias ágeis para experimentação de projetos internos e de clientes, novos modelos de negócios e visões de futuro. Possui uma equipe multidisciplinar, dentre os quais designers de interação e gráficos para abordagens do Design *Thinking*, Design *Sprint* e Design de Interfaces como premissas de projetos (LABBS, 2018)

O Governo do DF possui laboratórios incipientes. Apesar de não terem assumido o design como abordagem metodológica, se apresentam como iniciativas que visam prestações de serviços melhores, mais empáticos, que valorizam colaboração e mudanças comportamentais pautadas em tecnologia e criatividade. A exemplo, cita-se o LabHinova, um espaço multidisciplinar e "colaborativo de projetos inovadores em cidadania" para o desenvolvimento de soluções tecnológicas. criado em 2017 na Câmara Legislativa do DF. Busca fazer a "ponte entre parlamentares, hackers, servidores públicos e sociedade

[18] Agência Nacional de Vigilância Sanitária

civil, para fortalecer a cultura da transparência e a participação popular nos debates e decisões de parlamento" (LABHINOVA, 2018)

A iniciativa mais recente é o laboratório de inovação da Defensoria Pública do DF, um espaço colaborativo de serviços para inovação e reformulação dos processos de trabalho para soluções mais "eficientes, criativas e econômicas para a Defensoria Pública do DF (DPDF, 2018).

Dois dos laboratórios do governo citados como difusores da abordagem do design para políticas públicas, Colab-i (TCU) e LAB-i VISA (Anvisa), são em órgãos de auditoria. Eventualmente, a precisão dos serviços prestados e das informações coletadas são mais importantes a estes órgãos do a outros, de prestação de serviços. O design, no exercício da empatia e co-criação, potencializa o aproveitamento de *expertises* internas como vetor de modernização tecnológica e de promotores de futuros possíveis para um governo e para o Estado (Santos, 2017; Silva & Buvinich, 2017).

3. DIAGNÓSTICO DEMOGRÁFICO DO DESIGN NO DF

Nesta seção, são apresentadas visões geral e particular do design nos setores pesquisados. Apresentam-se estatísticas acerca de remuneração, representação de gênero, faixa etária e grau de instrução dos profissionais de design no DF em comparação ao mercado nacional e à média local (DF). As informações foram consolidadas pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), em 2016, com base nos dados da RAIS, 2015 - Relação Anual de Informações Sociais, disponibilizada pelo IBGE, e os valores atualizados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A Firjan (2016) disponibilizou análises específicas dos dados estaduais referentes a cinco estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Os dados disponíveis sobre o DF não possuem análise específica.

Em 2013, segundo a RAIS, 19.701 profissionais criativos estavam registrados como empregados em empresas de Brasília. Destes, 9.115 tinham educação superior e 7.190, médio completo, 284 com mestrado e 73 com doutorado. As principais profissões criativas registradas na RAIS (2013) são os jornalistas; com 2.183 profissionais, cujo salário médio da categoria é de

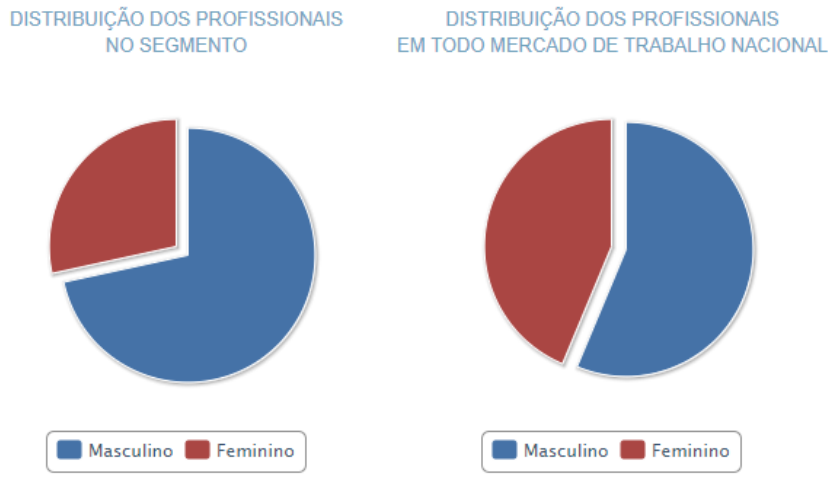
aproximadamente R$ 7.144,00. Os técnicos em operações de sistemas de televisão e produtoras de vídeo ocupam o segundo lugar, com 1.190 posições formais de emprego e salário médio de R$ 3.501,00, em 2013. Para profissionais com menor qualificação educacional, se destacam aqueles ligados à confecção de roupas, com 969 registros e salário médio de R$ 964,00, em 2013, e os profissionais ligados a embelezamento e higiene, que somavam 771 no ano, com remuneração média de R$1.324,00 (FIBRA, 2017).

De acordo com Firjan (2016b), no DF havia 1.105 profissionais de design, em 2015, num universo de 81.863 profissionais no País. A remuneração média do segmento do design no DF era de R$ 3.618,53, em 2015, acima da média nacional (R$ 3.009,77) e abaixo da média de todo mercado de trabalho estadual (R$ 4.546,11). Este ponto fora da curva em relação a remuneração média do segmento – cerca de 20% a maior -, é provável que seja pelo fato de muitos designers trabalharem em órgãos públicos, com salários muito acima da média nacional do mercado. Trata-se de uma realidade bastante específica do DF com impacto, sobretudo, na média salarial dos profissionais de design gráfico que atuam em jornais, editoras, assessorias de comunicação e outras divisões nos três poderes da República e no Governo do DF. Há que se considerar, ainda, que a base de dados é autodeclarada, podendo haver inconsistências acerca dos ganhos reais em relação aos declarados.

A idade média dos trabalhadores do segmento do design no DF é de 35 anos e da moda, 36 anos, equivalente às médias nos mercados de trabalho no DF (36 anos) e no nacional (37 anos) (FIRJAN, 2016b).

Na relação de gênero dos profissionais que atuam em design no DF, a maioria são homens – 71,6%, frente a 28,4% de mulheres. Esta proporção é bem superior à distribuição de gênero em todo o mercado de trabalho nacional (Gráfico 8) – 56,3% de homens e 43,7% de mulheres (FIRJAN, 2016b).

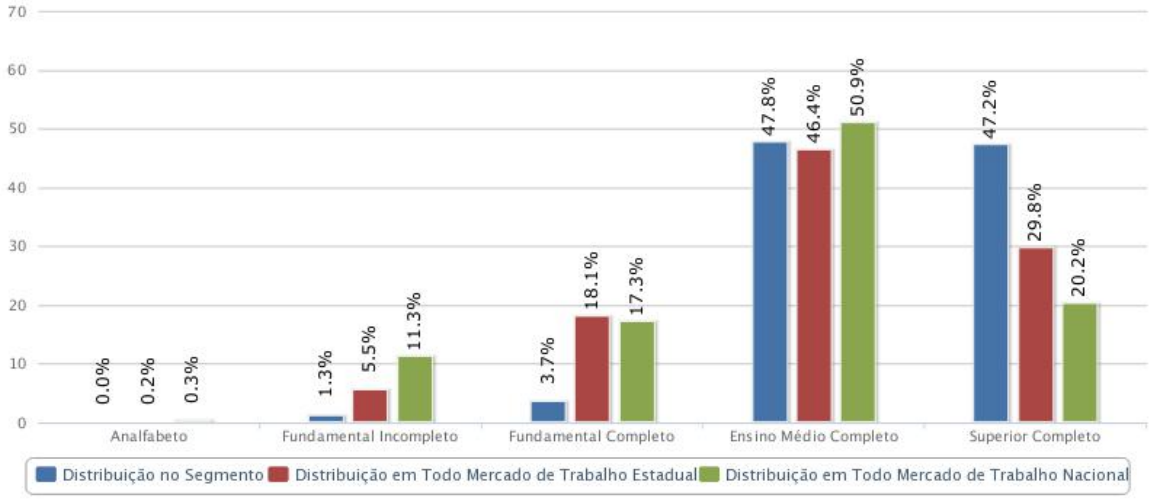
Gráfico 8 - Distribuição de gênero dos profissionais de design no DF e em todo o mercado de trabalho nacional



Fonte: (FIRJAN, 2016b).

Em relação ao grau de instrução, os profissionais de design do DF apresentam média acima de todo mercado de trabalho do DF e do País, com predominância de profissionais com ensino superior. Os percentuais reduzem na proporção em que o grau de instrução dos designers do DF diminui, na comparação a esses mercados (Gráfico 9). É provável que seja porque o DF tem uma das maiores concentrações de graduados em design por percentual de população do Brasil e pelo crescimento considerável de escolas de ensino superior que houve nos últimos anos.

Gráfico 9 - Distribuição dos profissionais de design no DF por grau de instrução



Fonte: (FIRJAN, 2016b).

Os Gráficos anteriores acerca de informações apuradas pela Firjan (2016b) sobre os designers no DF vêm ao encontro do que versa a literatura internacional (FLORIDA, 2002; 2008) e nacional (BENDASOLLI & BORGES-ANDRADE, 2011; FIRJAN, 2014; 2016a; IPEA, 2013) para os profissionais criativos. Esses profissionais são, em média, mais jovens, com maior grau de instrução e melhor remunerados que a média das outras profissões.

Em janeiro de 2018, a Codeplan publicou o primeiro estudo sobre os MEI (microempreendedores) na economia criativa do DF. O estudo delimita a análise de dados sob a ótica da classificação dos domínios culturais e relacionados no *2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics* (Quadro 8), e se baseia na metodologia estabelecida no Sistema de Informações Indicadores Culturais (SIIC/IBGE).

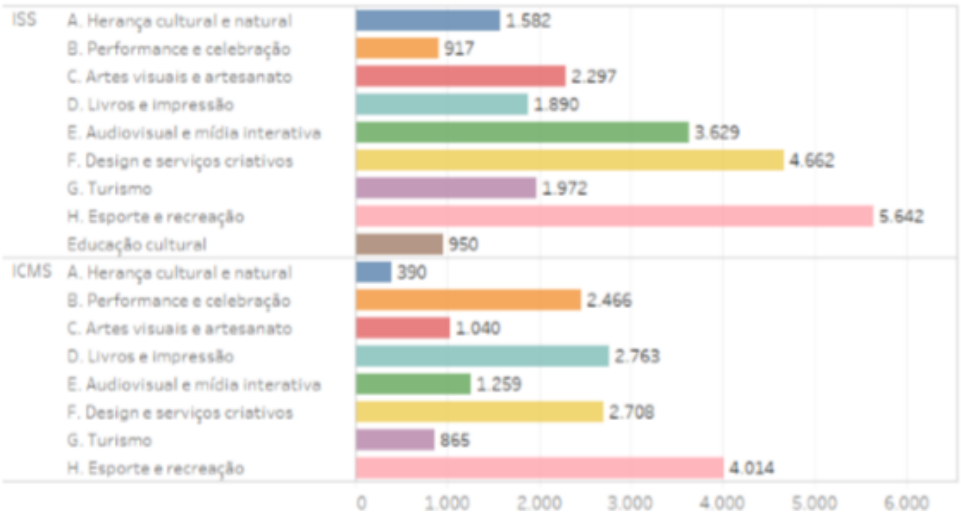
Quadro 8 - 2009 Unesco Framework for Cultural Statistics

FONTE: (ONU PNUD, 2013, P. 25) TRADUÇÃO (SEBRAE, 2015C).

Os dados foram reunidos e tabulados considerando as contribuições dos MEI relativas ao ISS – prestadores de serviços – e ao ICMS – circulação de mercadorias. O designer adequa sua atividade fim para se enquadrar como MEI, visto que ainda não existe um enquadramento que contemple a atividade em sua nomenclatura. Assim, os domínios culturais considerados pela Codeplan (Gráfico 10) nessa análise para o design vão além do cultural de design e serviços criativos, que já aparece em segundo lugar entre os MEI da cultura ativos no DF - 4.662

empreendedores contribuintes de ISS e 2.708 de ICMS (NOCKO & SCHLABITZ, 2018). Neste diagnóstico, consideramos também as atividades exercidas por designers relacionadas a outros domínios, como o de Livros e impressão, que inclui serviços de editoração, diagramação e programação visual, atividades exercidas tipicamente por designers gráficos. Os domínios de Artes visual e artesanato, Audiovisual e mídia interativa e Educação Cultural também são atividades exercida por designers, mas certamente há sobreposições com outras profissões. Assim, se considerados os números absolutos de todos os domínios que se relacionam a atividade de designer - sem excluir as prováveis sobreposições do próprio Gráfico 10 e de atividades que não necessariamente são exercidas por designers, chegamos a um potencial máximo de MEI classificáveis como designers de 13.429 contribuintes de ISS e de 7.780 contribuintes de ICMS.

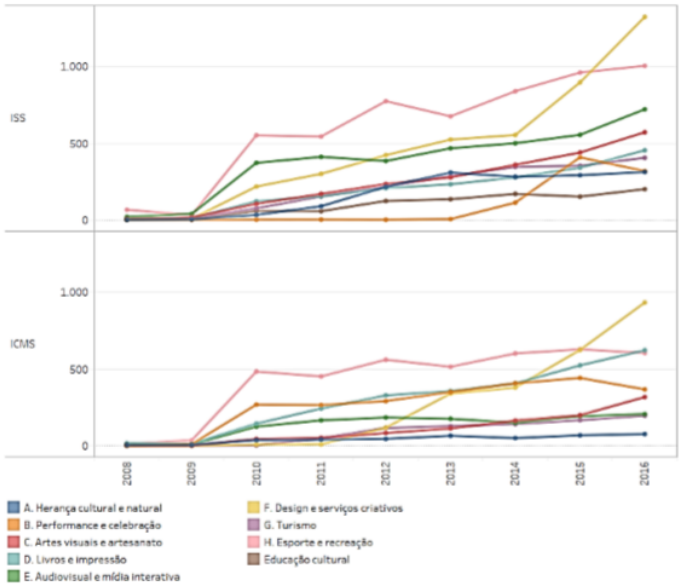
Gráfico 10 - Quantidade de MEI ativos no DF (2017) em atividades dos domínios culturais e relacionados, por tipo de tributação – ISS e ICMS



Fonte: GEREM/DIEPS/Codeplan.

O domínio cultural Design e serviços criativos foi o que apresentou o maior fluxo em número de inscritos por ano, a partir de 2014 (Gráfico 11), o que indica um aumento da atividade econômica ou de formalização da atividade. O ano de 2017 foi omitido dessa variação para evitar sazonalidade (NOCKO & SCHLABITZ, 2018).

Gráfico 11 - Número de MEI inscritos por domínios culturais, relacionados e de herança cultural intangível, por tributação, Distrito Federal, 2008-2016

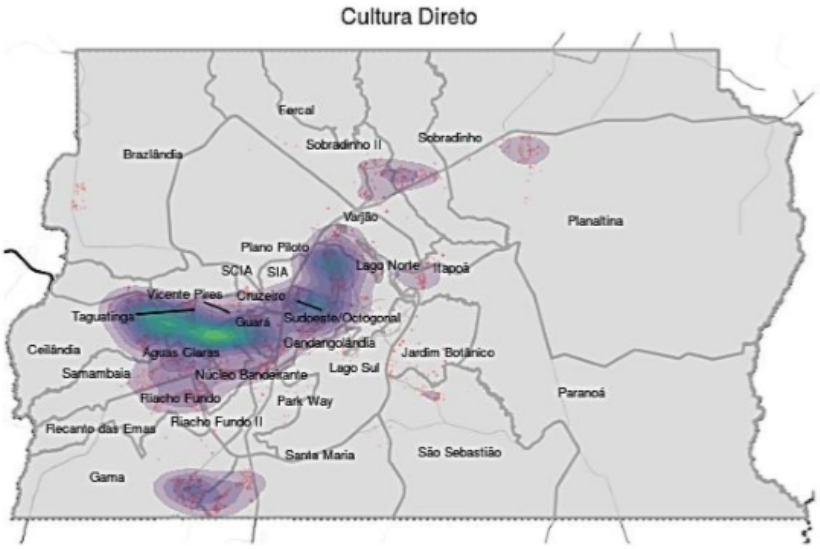


Fonte: GEREM/DIEPS/Codeplan (NOCKO & SCHLABITZ, 2018, p. 21).

Geograficamente, os MEI da cultura, os cultura relacionados e os não cultura se distribuem conforme as Figura 6, Figura 7 e

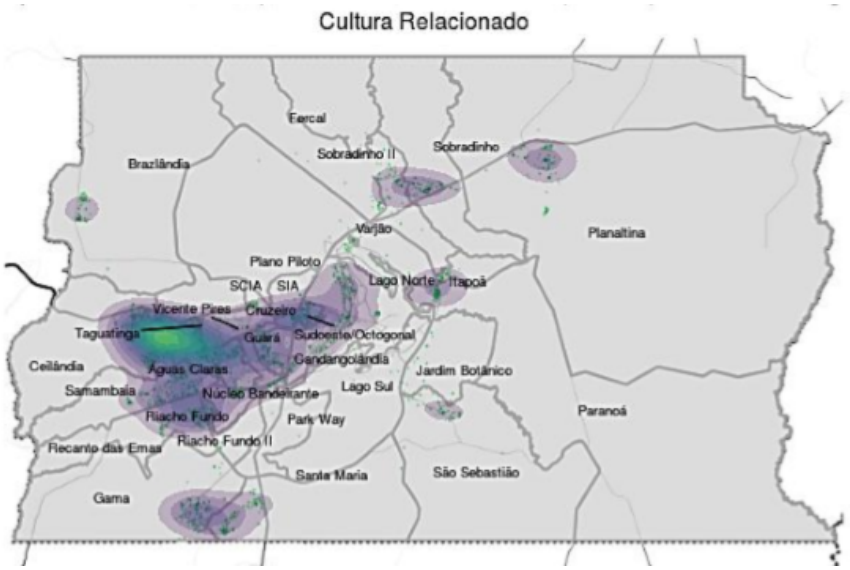
Figura 8.

Figura 6 - Distribuição geográfica dos MEI culturais no DF (2018)



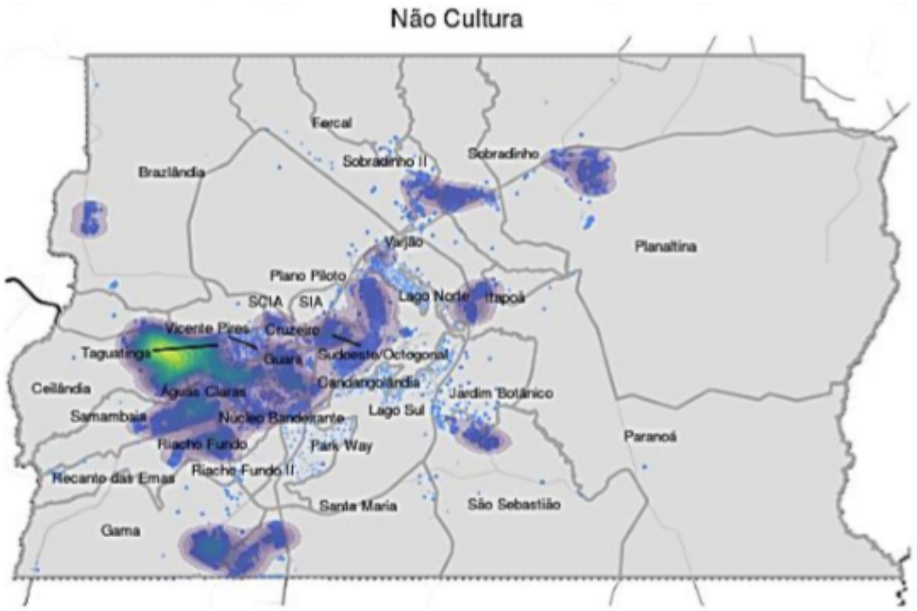
Fonte: GEREM/DIEPS/Codeplan (NOCKO & SCHLABITZ, 2018, p. 22).

Figura 7 - Distribuição geográfica dos MEI cultura relacionados no DF (2018)



Fonte: GEREM/DIEPS/Codeplan (NOCKO & SCHLABITZ, 2018, p. 22).

Figura 8 - Distribuição geográfica dos MEI não cultura no DF (2018)



Fonte: GEREM/DIEPS/Codeplan (NOCKO & SCHLABITZ, 2018, p. 22).

3.1 Dados demográficos do design gráfico no Distrito Federal

As informações referentes ao segmento de design gráfico no DF, disponibilizados pela Firjan (2016b) também foram agrupadas por segmentos. Consideramos neste estudo as profissões classificadas como Design Gráfico e

Desenhista Técnico (Artes Gráficas), do setor de design da Firjan (2016b), e das de Programador visual gráfico, Editor de mídia eletrônica e Editor de texto e imagem, do setor editorial. A seleção dessas classificações é por serem tipicamente atividades desempenhadas por designers gráficos e, portanto, a associação entre elas será utilizada para mensurar os números deste segmento do design. Selecionamos, ainda, a atividade de Diretor de Arte dos setores de audiovisual e publicidade, que muitas vezes são ocupadas por designers gráficos, embora não exclusivamente. As cinco primeiras atividades (Tabela 7) são tipicamente atividades de designers gráficos, ao passo que as duas últimas, são funções exercidas por estes profissionais, mas não necessariamente. Por este motivo, estas informações estão deslocadas e geram outro quantitativo geral.

Tabela 7 - Quantitativo e remuneração das atividades de design gráfico no DF

PROFISSÃO	SEGMENTO	QUANT DF	QUANT BRASIL	REMUNERAÇÃO MÉDIA BRASIL	REMUNERAÇÃO MÉDIA DF
Designer gráfico	Design	326	19.267	2.708,48	3.856,26
Desenhista técnico (Artes Gráficas)	Design	119	6.279	1.932,22	2.480,48
Programadores visuais gráfico	Editorial	70	2.068	2.843,91	4.194,91
Editor de mídia eletrônica	Editorial	39	886	2.813,04	2.680,69
Editor de texto e imagem	Editorial	199	11.035	2.146,99	2.988,73
Síntese cinco atividades tipicamente de Design Gráfico		673	39.535	2.488,93	3.240,21
Diretor de Arte	Audiovisual	84	3.447	4.329,22	2.867,65
Diretor de Arte	Publicidade	152	6.727	5.087,21	7.537,03
Síntese sete atividades de Design Gráfico		**1662**	**89.244**	**3.043,75**	**3.730,75**

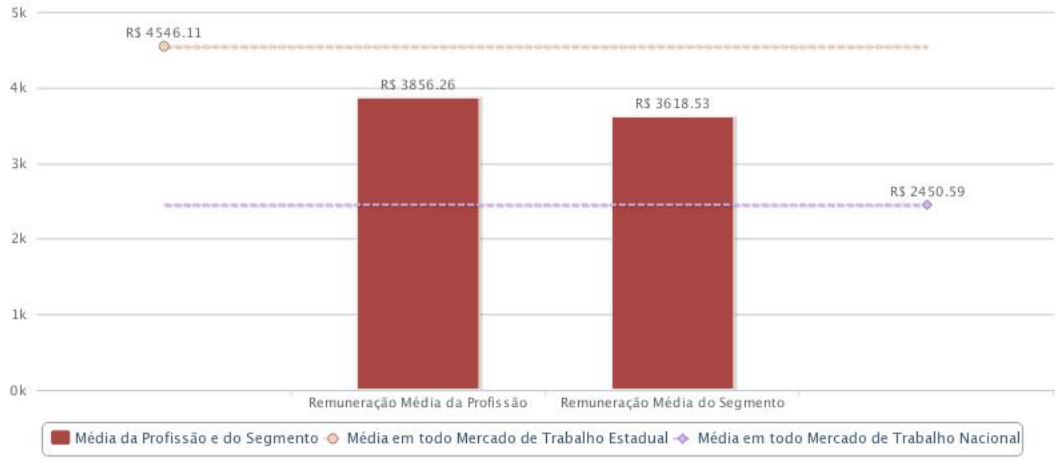
Fonte: (FIRJAN, 2016b), elaborado pelas autoras.

Aqueles que se auto declaram designers gráficos (Tabela 7) respondem por quase 50% do contingente, de forma semelhante no DF e no Brasil. Esta dinâmica se repete de forma similar em relação às outras quatro classificações.

Se consideradas as sete classificações e, hipoteticamente, que os Diretores de Arte sejam 100% profissionais de design gráfico, o DF conta, assim, com o total de 989 profissionais de design gráfico num contingente de 49.709 profissionais no Brasil. A mudança mais significativa, sob esta hipótese, é o aumento médio proporcional na remuneração, maior no DF do que no Brasil. A atividade de Diretor de Arte no segmento audiovisual é a única estre as selecionadas para a Tabela 7 em que os ganhos relativos ao DF são menores que os nacionais.

Para a profissão autodeclarada como designer gráfico, o valor médio da remuneração é de R$ 3.856,26, acima da remuneração média do setor de design no DF (R$ 3.618,53), e cerca de um terço acima do mercado total de trabalho nacional (R$ 2.450,59) e do de designer gráfico no Brasil (R$ 2.708,48). Continua abaixo da média de todo mercado de trabalho estadual (R$ 4.546, 11) - Gráfico 12 - (FIRJAN, 2016b). Esta diferença a maior na remuneração do segmento é provável que seja em face do grande número de designers gráficos em órgãos públicos que, em média, remuneram melhor aos servidores do que o mercado.

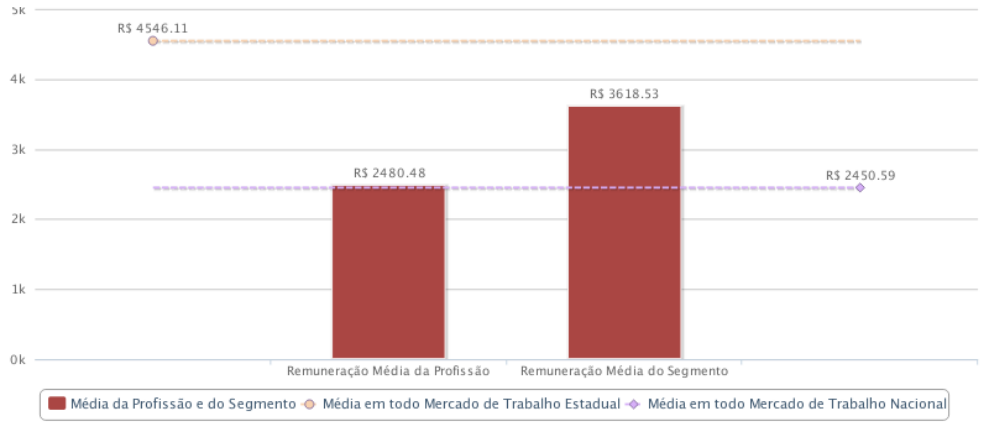
Gráfico 12 - Média da remuneração do segmento de design gráfico no DF e sua relação com a média nacional do segmento, de todo o mercado de trabalho nacional e de todo mercado estadual



Fonte: (FIRJAN, 2016b).

Se classificados como Desenhistas técnicos (Artes Gráficas), os ganhos em remuneração média profissional caem para R$ 2.480,48 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Média da remuneração do segmento de desenhista técnico (artes gráficas) no DF e sua relação com a média de todo o mercado de trabalho nacional



Fonte: (FIRJAN, 2016b).

A transversalidade da atuação profissional de designer gráfico explica esta sobreposição nas atividades e, certamente, se reflete na classificação. É bem provável que essa situação se reflita, ainda, em outras atividades classificadas por Firjan (2016), de forma parcial (FIRJAN, 2016b).

A Tabela 8 apresenta a representatividade de gênero e faixas etárias do segmento de design gráfico no DF (FIRJAN, 2016b). A lógica utilizada foi a mesma da Tabela 7 em relação as atividades típicas de design gráfico e aquelas ocupadas por estes profissionais – Diretores de Arte nos segmentos de audiovisual e publicidade.

Tabela 8 - Síntese demonstrativo de gênero e faixas etárias em profissões de design gráfico

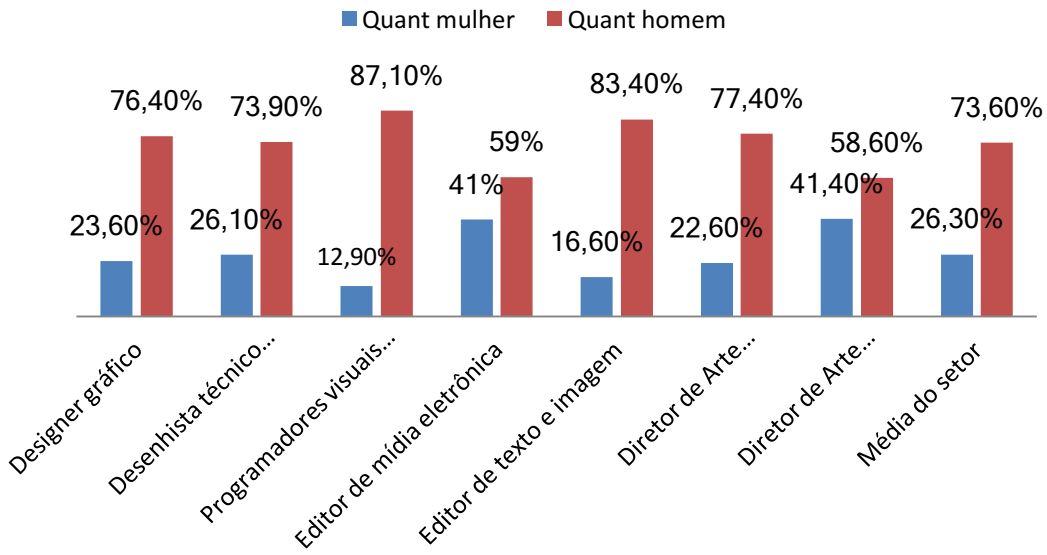
PROFISSÃO	SEGMENTO	MULHER (DF)	HOMEM (DF)	MULHERES (BRASIL)	HOMENS (BRASIL)	MÉDIA DE IDADE DF (em anos)	MÉDIA DE IDADE BRASIL (em anos)
Designer gráfico	Design	23,60%	76,40%	28,40%	71,60%	31	35
Desenhista técnico (Artes Gráficas)	Design	26,10%	73,90%	28,40%	71,60%	32	35
Programadores visuais gráfico	Editorial	12,90%	87,10%	49,70%	50,30%	35	38

Editor de mídia eletrônica	Editorial	41%	59%	49,70%	50,30%	30	38
Editor de texto e imagem	Editorial	16,60%	83,40%	49,70%	50,30%	34	38
Síntese cinco atividades tipicamente de design gráfico		24,04%	75,96%	41,18%	58,82%	32,4	36,8
Diretor de Arte	Audiovisual	22,60%	77,40%	34,90%	65,10%	30	38
Diretor de Arte	Publicidade	41,40%	58,60%	54,60%	45,40%	35	35
Síntese das sete atividades de design gráfico		26,30%	73,6591,76%	42,20%	57,80%	32,4	36

Fonte: (FIRJAN, 2016b, pp. apud IPCA-IBGE, 2015). Elaborado pelas autoras.

Observa-se uma predominância de homens nos segmentos autodeclarados de design; um certo equilíbrio, com leve tendência masculina, entre homens e mulheres nos segmentos editorial e Diretor de Arte do setor de publicidade. O único com maioria feminina é o de Diretor de Arte, do setor audiovisual. O Gráfico 14 ilustra esta relação de gênero das atividades acima consideradas para homens e mulheres.

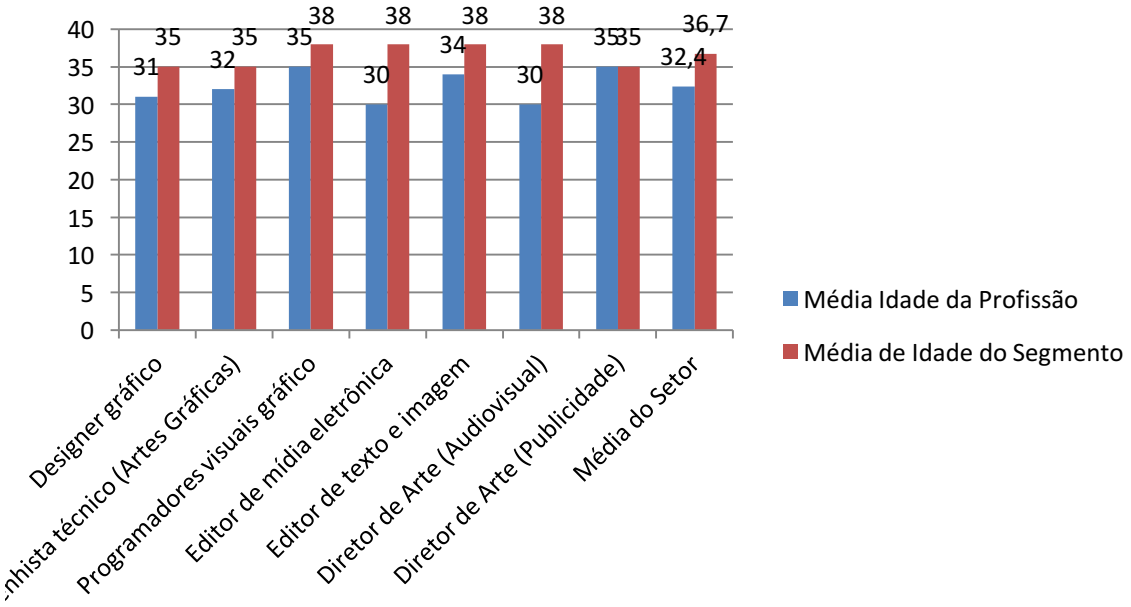
Gráfico 14 - Relação de gênero entre as diversas atividades de design gráfico no DF



Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

A idade média desses profissionais no DF é de 32,4 anos, em qualquer dos cenários. A idade dos autodeclarados designers gráficos, é de 31 anos, menor em relação a todas as comparações - 35 anos é a média do segmento de design, 36 anos a média em todo mercado de trabalho e estadual e 37 anos a média de todo mercado de trabalho nacional. O Gráfico 15 ilustra as relações de idade entre os profissionais de atividade de design gráfico no DF, considerando as sete categorias.

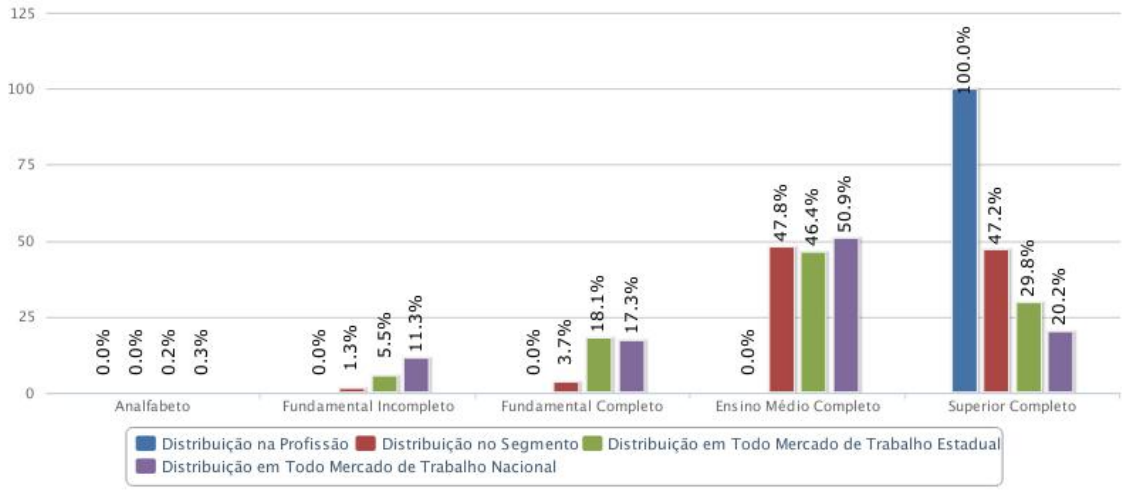
Gráfico 15 - Demonstrativo de faixas etárias para os profissionais que atuam nos segmentos de design gráfico do DF



Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

Em relação ao grau de instrução, 100% dos profissionais que atuam na profissão autodeclaradas de design gráfico têm formação superior. Para o setor de design, esta relação é de 47,2% de profissionais com formação superior, 47,8% com ensino médio, 3,7% com ensino fundamental completo e 1,3% com fundamental incompleto. De toda forma, a relação à que chega o estudo da Firjan (2016b) confirma a relação de mais tempo de formação dos profissionais da área criativa em relação a outras profissões do mercado de trabalho, tanto estadual quanto nacional (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Distribuição dos profissionais de design gráfico no Distrito Federal por grau de instrução



Fonte: (FIRJAN, 2016b).

No Mapa Design Brasília (agosto, 2018), se inscreveram 166 profissionais autodeclarados atuantes no setor de design visual. No Mapa, o design visual foi considerado uma grande área que abrange os segmentos de design gráfico, ilustração, web, UX, editorial, lettering, motion design, entre outros. Dentre os mapeados, cerca de 47,5% são profissionais homens, 33,5% são mulheres, e cerca de 19% se autodeclararam como estúdios e, portanto, considerados de formação mista (homens e mulheres). A maior parte dos perfis de profissionais do Mapa são de profissionais autônomos ou *freelancers*, concentrados principalmente na região do Plano Piloto - 72% do total de profissionais. Dados como faixa etária, formação educacionais e faixa salarial não foram focos do Mapa (CHAVES, 2018).

3.2 Dados demográficos do design de produto no Distrito Federal

3.2.1 Mobiliário

As informações a seguir revelam, quantitativamente, dados relativos ao setor de design de mobiliário, em três segmentos profissionais agrupados: Desenhistas técnicos de mobiliário, Projetistas de móveis e Designers de produto.

A quantidade de profissionais autodeclarados e a remuneração média relativas nessas três profissões a Firjan (2016) relacionadas na Tabela 9. Atentamos aqui para o fato de que nem sempre o profissional desenhista é um designer, e sim, um atuante na esfera técnica, mais que criativa, do setor.

Tabela 9 - Quantitativo e remuneração da atividade de design mobiliário no DF

Profissão	Segmento	Quantidade DF	Quantidade Brasil	Remuneração média Brasil	Remuneração média DF
Desenhista Técnico (mobiliário)	Design	6	817	2.841,14	4.546.11
Projetista de móveis	Design	128	6.161	1.977,20	2.142,83
Designer de produto	Design	7	1.505	3.276,36	2.579,85
Síntese das atividades de design de mobiliário		**141**	**8.483**	**2.698,23**	**3.089,50**

Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

A quantidade de profissionais autodeclarados nestas profissões locais no DF é pequena se comparada com o quantitativo nacional, proporcionalmente. Apenas seis se autodeclararam Desenhistas técnicos de mobiliário ativos no DF, dentre os 817 do Brasil (Tabela 9). Os Projetistas de móveis, somaram 128 no DF dentre os 6.161 profissionais nacionais. Este baixo número de profissionais autodeclarados impossibilita identificar, na esfera do mobiliário, em que nível isso ocorre: se na atuação técnica, criativa ou mista.

Sobre a remuneração, os dados demonstram um comparativo dos salários das profissões citadas com panoramas nacionais (Tabela 9). No DF, as médias salariais aqui consideradas para os designers de produto (mobiliário) - Desenhistas técnicos de mobiliário (R$ 2.841,14), Projetistas de móveis (R$ 2.142,54) e Designers de produto (R$ 2.579,85) se aproximam da remuneração média do mercado nacional (R$ 2.450,59). São inferiores, no entanto, as remunerações médias gerais do setor do design no DF (R$ 3.618,53) e no Brasil (R$ 3.009,77) e de todo o mercado de trabalho do DF (R$ 4.546, 11).

Na distribuição por gênero, predomina o masculino nos mercados locais e nacional (Tabela 10 e

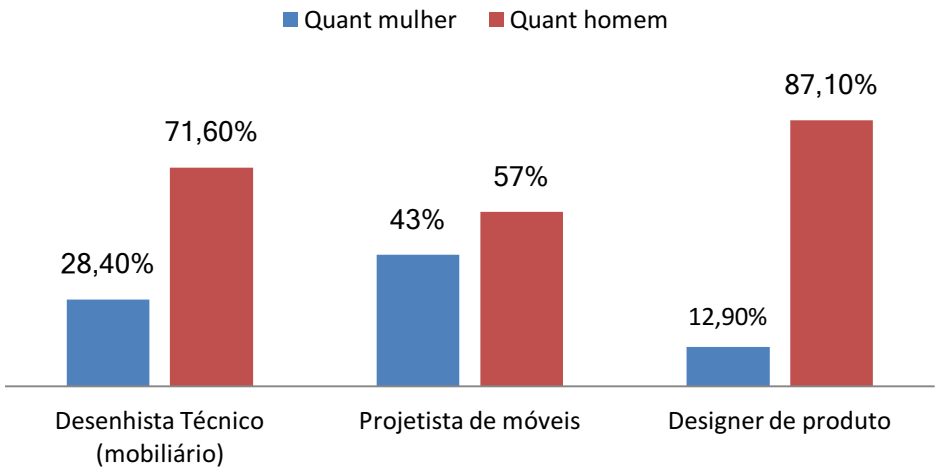
Gráfico 17). Há certa tendência ao equilíbrio na categoria autodeclarada Designer de Produto no panorama nacional, algo diverso ao mercado do DF.

Tabela 10- Síntese demonstrativo de gênero e faixas etárias do segmento de design de móveis no DF

Profissão	Mulher no DF	Homem no DF	Média de idade DF (em anos)	Média de idade Brasil (em anos)
Desenhista técnico (mobiliário)	28,40%	71,60%	35	37
Projetista de móveis	43%	57%	35	31
Designer de produto	12,90%	87,10%	35	30
Total do segmento	28,10%	71,90%	35	32,7

Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

Gráfico 17 – Demonstrativo de gênero nas atividades profissionais tipicamente do segmento de design de móveis no DF



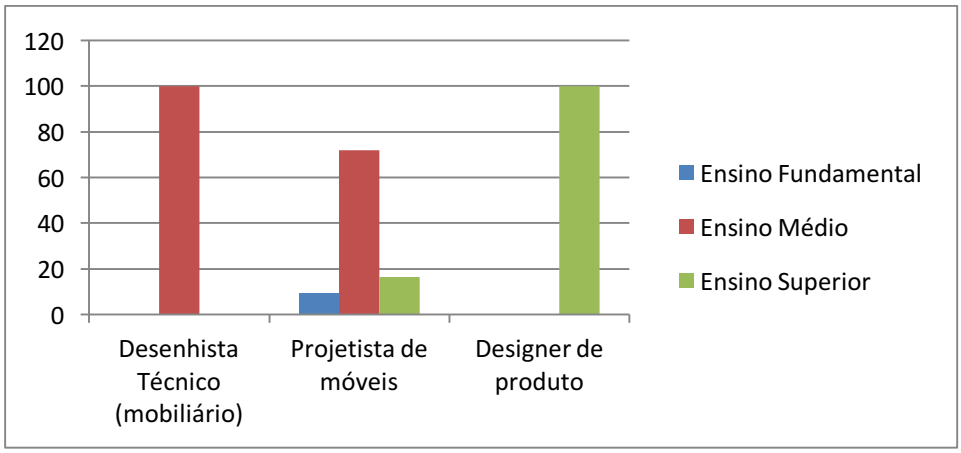
Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

A idade média dos profissionais segue a tendência do setor no mercado nacional, entre 30 e 37 anos, respectivamente para atividades levantadas que são tipicamente de designers de mobiliário (Tabela 10).

Quanto ao grau de instrução, neste segmento a questão técnica ou criativa não define o design, que podem ter atuações completamente distintas umas das outras. Neste ponto, o grau de instrução pode ser um quesito que

evidencia a natureza de cada segmento profissional, em diferentes níveis. Todos os Desenhistas técnicos possuem ensino médio completo, mas nenhum possui o ensino superior. Os Projetistas de móveis têm formação mais diversa, com 2,3% de profissionais com o ensino fundamental incompleto, 9,4% com o ensino fundamental completo, 71,9% possuem o ensino médio completo e 16,4% com o ensino superior completo. Todos os Designers de produto autodeclararam ensino superior completo (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Grau de Instrução no DF para o design de mobiliário



Fonte: (FIRJAN, 2016b, pp. apud IPCA-IBGE, 2015). Elaborado pelas autoras.

No Mapa Design Brasília (2018), foram identificados os perfis de 70 profissionais atuantes no setor de produtos, bem como 12 designers do segmento de espaços - também conhecido como interiores, uma área fortemente conectada ao desenvolvimento de mobiliário. Cerca dos 24 cadastros são de profissionais que se autodeclararam como designers de mobiliário, dos quais alguns também atuam na criação de outros produtos. Vale destacar a variedade do trabalho desses designers no desenvolvimento de móveis de diferentes portes, funções e estilo, participando de grande parte do processo de fabricação: desde a idealização, execução e comercialização. Dentre os designers de mobiliário autodeclarados, cerca de 37,5% são profissionais mulheres, 50% são homens, e 12,5% são estúdios e não puderam ser avaliados neste quesito. A região do Plano Piloto se mantém como a principal localidade para tais atividades, concentrando a maior parte dos profissionais na Asa Norte. Apesar disto, a fabricação dos móveis é

bastante diluída por todo o DF. Dados como faixa etária, formação educacionais e faixa salarial não foram obtidos neste mapeamento (CHAVES, 2018).

3.2.2 Joalheria

As informações quantitativas relativas ao setor de design de joias em Firjan (2016) se encontram no setor de moda, e não de design. Aqui foram considerados dois segmentos profissionais distintos: Joalheiros e lapidadores de gemas e Artesão de metais preciosos e semipreciosos. Atentamos ao fato de que nem sempre estes profissionais têm formação em design, pois se referem à esfera do trabalho manual na joalheria.

A remuneração média dessas duas profissões no DF (Tabela 11) se aproxima da média do mercado nacional do setor, com pequenas variações para cima e para baixo.

Tabela 11 - Quantidade de profissionais do setor e remuneração

Profissão	Mulher no DF	Homem no DF	Média de idade DF (em anos)	Média de idade Brasil (em anos)
Desenhista técnico (mobiliário)	28,40%	71,60%	35	37
Projetista de móveis	43%	57%	35	31
Designer de produto	12,90%	87,10%	35	30
Total do segmento	28,10%	71,90%	35	32,7

Fonte: (FIRJAN, 2016b), elaborado pelas autoras.

Na distribuição por gênero, no mercado nacional predomina profissionais do gênero masculino, e no do DF, o feminino, com cerca de 64% de mulheres. Na média de idade dos profissionais do setor no DF e no País, a faixa etária predominante está entre 29 e 37 anos de idade (Tabela 12 e

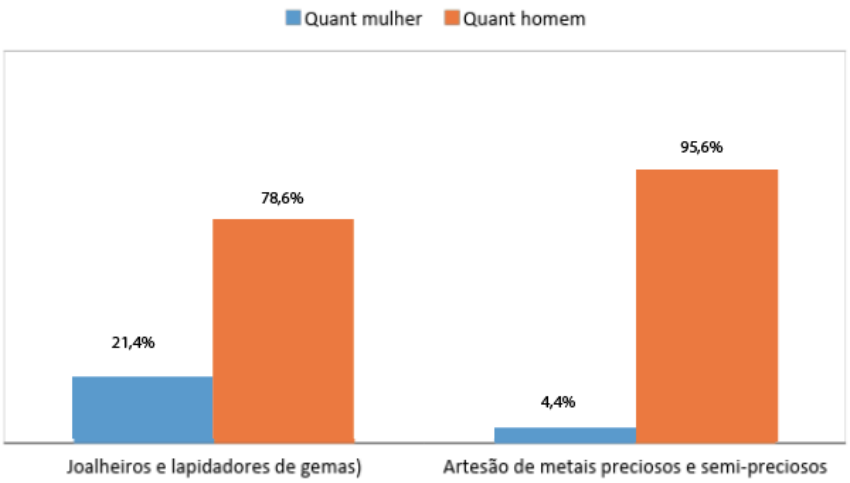
Gráfico 19).

Tabela 12 - Quantidade de profissionais por gênero e idades

Profissão	Homem no DF	Mulher no DF	Média de idade DF (em anos)
Joalheiros e lapidadores de gemas	78,60%	21,40%	36
Artesão de metais preciosos e semipreciosos	95,60%	4,40%	36
Média do segmento	**87,1**	**12,9**	**36**

Fonte: (FIRJAN, 2016b), elaborado pelas autoras.

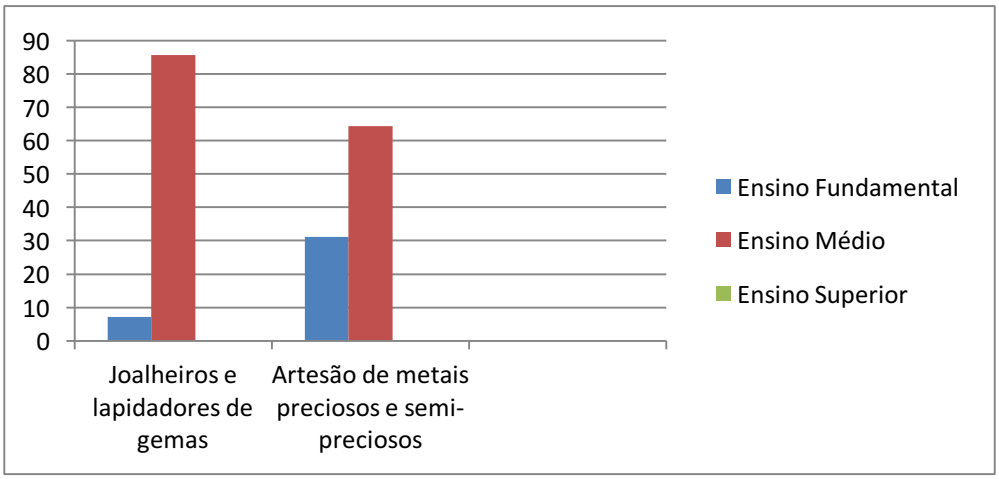
Gráfico 19 – Quantidade de profissionais por gênero no setor local



Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

Quanto ao grau de instrução dos profissionais do setor, é praticamente nulo o índice de profissionais com formação superior, o que leva ao entendimento de uma profissão de caráter técnico (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Formação educativa do setor de joias no DF



Fonte: (FIRJAN, 2016b). Elaborado pelas autoras.

O Mapa Design Brasília (2018) levantou perfis de 35 profissionais ativos no setor de joias no DF, dos quais 21 se cadastraram e tiveram os dados publicados no Mapa. Destes, cerca de 96% são mulheres, alinhado ao levantamento da Firjan (2016) mas acima do estimado pela instituição para a profissão de Artesão de metais preciosos e semipreciosos (Tabela 12). Os profissionais cadastrados no Mapa se autodeclararam exclusivamente designers de joias e acessórios e trabalham com grande diversidade de materiais - vidro, cerâmica, sementes, plástico, tecidos, resinas, entre outros - e não somente pedras e metais preciosos. Todos possuem negócio próprio, seja em ateliês ou em estabelecimentos comerciais. A região do Plano Piloto se mantém como a principal localidade de tais atividades, concentrando cerca de 87% do total de profissionais. Dados como faixa etária, formação educacionais e faixa salarial não foram obtidos neste mapeamento (CHAVES, 2018).

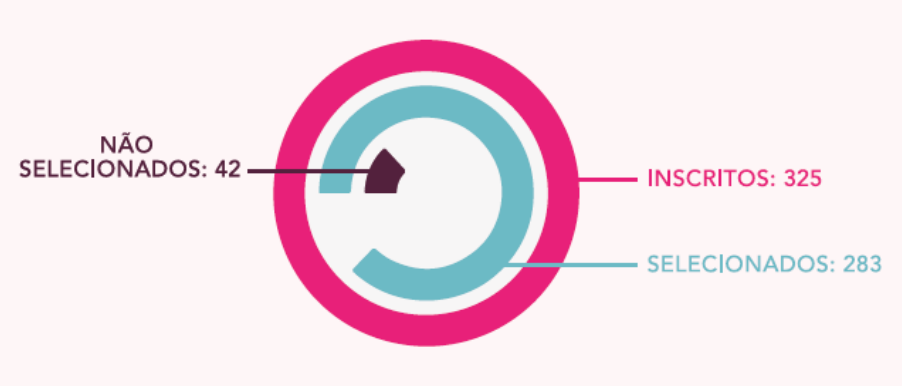
3.3 Mapa design Brasília (2018)

O levantamento realizado pelo Mapa Design Brasília (2018) trouxe informações mais atualizadas sobre a atuação de profissionais da área de design no DF. O estudo, publicado em agosto de 2018, investigou o perfil desses profissionais e constatou que o design é uma disciplina cada vez mais presente em comércios, eventos, instituições ou no cotidiano dos seus habitantes na cidade.

Ao todo, foram recebidos e analisados 325 cadastros até a data limite da chamada pública, dos quais 282 selecionados para a inclusão no Mapa. O Mapa

formou uma base de estudos dos perfis de atuação e organizou a rede entre profissionais, estúdios, empresas, entidades, escolas e agentes que trazem o potencial criativo para o DF como um todo (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Cadastros recebidos no Mapa Design Brasília (2018)



Fonte: Mapa Design Brasília (2018).

Os critérios de seleção foram a legitimação da atividade do trabalho no âmbito do design e a qualidade do profissional no conteúdo do portfólio enviado, bem como as atuações profissionais indiretas, desde que houvesse a aplicação do design como valor ou processo. Não havia a obrigatoriedade de formação educacional na área. Aproximadamente 13% dos inscritos não foram incluídos por não comprovarem a atuação profissional de forma clara (CHAVES, 2018).

O Diagnóstico Brasileiro de Design (2014) classifica o DF como um gerador de serviços voltados majoritariamente para a produção de design visual, audiovisual e design de serviços. O design de produtos foi considerado com desenvolvimento inconsistente. O Mapa Brasília Design (2018), no entanto, identifica profissionais que idealizam, planejam, fazem a forma, fabricam e distribuem suas criações neste setor da economia criativa. São novos modelos de negócio conectados à indústria, com uma considerável amostragem de projetos de artefatos que incentivam o crescimento da produção contemporânea independente atuações (CHAVES, 2018).

Os dados permitiram romper alguns paradigmas acerca da atuação do design no DF. Em primeiro lugar, apesar da maior concentração no Plano Piloto, se trata de uma atividade descentralizada em diversas regiões administrativas. Embora o DF se situe em um contexto de baixa industrialização, isto não se

mostrou impedimento para que a produção de bens de consumo e outros serviços se desenvolva. O segundo ponto é a diversificação da produção local, com a crescente conexão criativa entre ideias e formas, conteúdo e pessoas. A produção de design é, ainda, uma ferramenta que valoriza a cultura local, uma intérprete das tendências e do espírito de época da sociedade do DF.

O público alvo do Mapa (2018) é formado por empresas, empreendedores individuais, servidores públicos, *freelancers*, estúdios, coletivos, educadores, produtores e outros tipos de profissionais não especificados, mas que atuam no universo do design. Os dados foram coletados por meio de chamada pública com o auxílio de canais de comunicação, redes sociais, jornais e sites.

O Mapa (2018) demonstra que o DF tem um grande capital intelectual e técnico para a atuação setorial em design. Sob uma mistura de influências, a produção local tem identidade, é inovadora, progressista e ousada, com potencial em diferentes setores do design e habilidades técnicas em projetos originais e autorais. A pesquisa agrupou os dados coletados em grandes setores de atuação do design, seguidos por seus segmentos (Quadro 9):

Quadro 9 - Agrupamentos de segmentos do design segundo Mapa Design Brasília (2018)

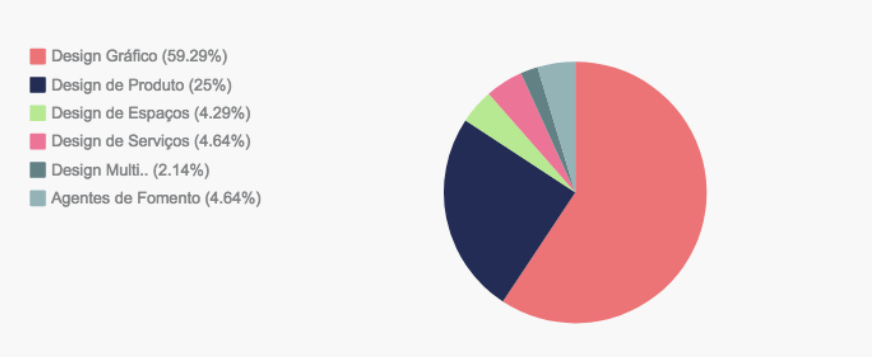
DESIGN VISUAL	gráfico, ilustração, web, UX, editorial, lettering, motion design;
DESIGN DE PRODUTOS	mobiliário, joalharia, vestuário e objetos;
DESIGN DE ESPAÇOS	cenografia, expografia e design de interiores;
DESIGN DE SERVIÇOS	design estratégico e branding;
AGENTES DE FOMENTO	eventos, educação ou outros projetos criativos.

Fonte: Mapa Design Brasília (2018), elaborado pelas autoras.

A análise das informações revelou que muitos dos profissionais atuam em mais de um segmento de design, algo comum na profissão dada a transversalidade da disciplina. As convergências e conexões encontradas no Mapa Design Brasília (2018) entre o design e outros setores - como práticas projetuais e processuais em áreas artísticas, artesanais e tecnológicas - são consideráveis. Cerca de 82% profissionais selecionados autodeclararam ser

empreendedores individuais, empresas ou *freelancers;* e 17% da área de educação em design, instituições e outros. Do total, 59,29% se autodeclararam do segmento de design gráfico, 25% design de produto, 4,29% design de espaços, 4,64% design de serviços, 2,14% design multidisciplinar e 4,64% agentes de fomento (Gráfico 22):

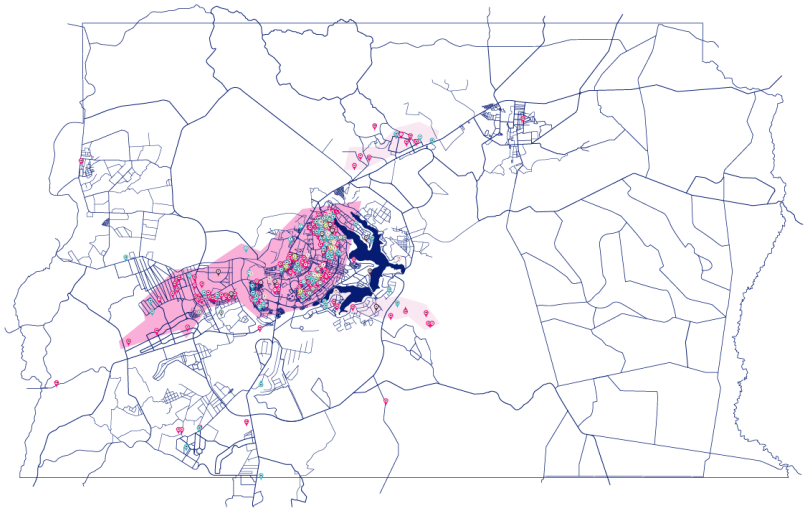
Gráfico 22 - Distribuição de designers por segmento no Mapa Design Brasília (2018)



Fonte: Mapa Design Brasília (2018), elaborado pelas autoras

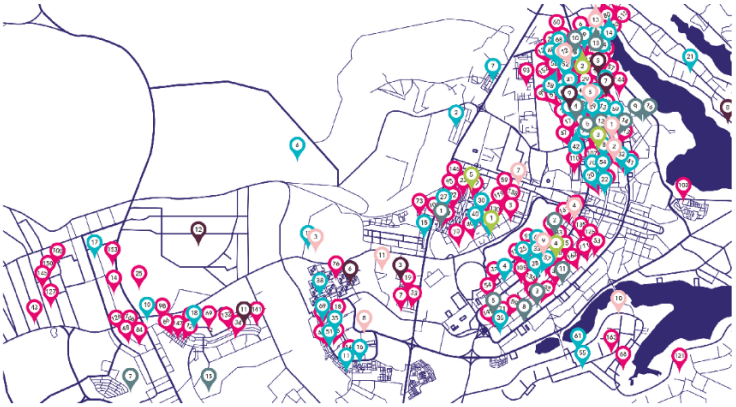
Na distribuição geográfica de designers no DF, 51,08% estão na Asa Norte, Asa Sul e Guará, com destaque para a Asa Norte, especialmente as últimas quadras, com grande quantidade de profissionais estabelecidos. Taguatinga, Sudoeste, Águas Claras e Lago Norte também concentram uma parte significativa entre os pesquisados (Figura 9 e Figura 10).

Figura 9 - Visão geral do mapeamento de designers do DF



Fonte: Mapa Design Brasília (2018).

Figura 10 - Detalhe da visão geral das localizações geográficas dos designers no DF



Fonte: Mapa Design Brasília (2018)

O Quadro 10 orienta na leitura de alguns recortes do Mapa das Figura 9 - Visão geral do mapeamento de designers do DF Figura 10, que ilustram a distribuição de designers e segmentos de acordo com as localidades no DF nas Figuras seguintes.

Quadro 10 - Recortes do mapeamento e distribuição de segmentos do design por localidade

MAPA A	Design Visual - Plano Piloto: Asa Norte, Asa Sul, Sudoeste, Cruzeiro
MAPA B	Design Visual - Jardim Botânico e São Sebastião
MAPA C	Design Visual - Sobradinho e Planaltina
MAPA D	Design Visual - Guará, Taguatinga, Águas Claras e Ceilândia
MAPA E	Design Visual - Gama e Santa Maria
MAPA E	Design Visual - Valparaíso de Goiás
MAPA E	Design de produto - Gama, Santa Maria e Recanto das Emas
MAPA G	Design de Produto - Grande Colorado
MAPA H	Design de Produto - Plano Piloto, Guará, Sudoeste e Cruzeiro e Lago Sul
MAPA D	Design de Produto - Guará, Taguatinga, Vicente Pires, Ceilândia
MAPA H	Design de Espaços, Design de Serviços e Design de Produto

Fonte: Mapa Design Brasília (2018), elaborado pelas autoras

Figura 11- Detalhe da visão geral do mapeamento de designers gráficos no DF

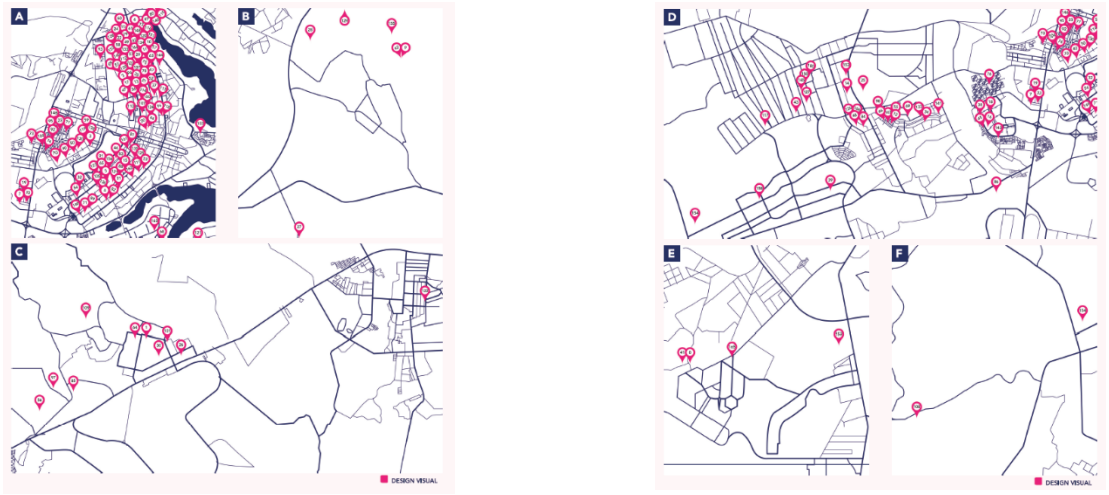


Figura 12 - Detalhe da visão geral do mapeamento de designers de produto, de espaços e de serviços no DF

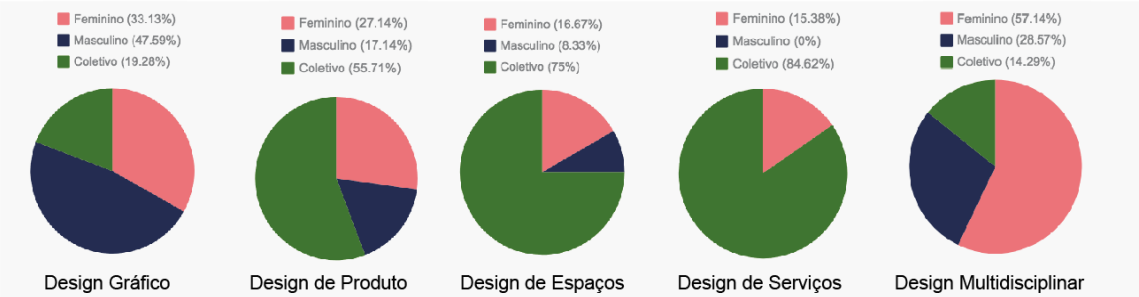
Fonte: Mapa Design Brasília (2018)

Figura 13 - Detalhe da visão geral do mapeamento de designers multidisciplinares e agentes de fomento do design no DF

Fonte: Mapa Design Brasília (2018).

Sobre a distribuição por gênero, o Mapa extraiu informações aproximadas, pois este não foi o foco do levantamento. As auto declarações coletivas, como é o caso de cadastros de empresas, estúdios, coletivos e agentes de fomento, foram consideradas mistas. Ainda assim, são dados relevantes para este diagnóstico como contraponto às informações disponibilizadas por Firjan (2016). O segmento de design gráfico confirma a predominância de homens, ao passo que outras, como design multidisciplinar, indica predominância de mulheres (Gráfico 23).

Gráfico 23- Distribuição de designers por gênero – Mapa Brasília Design (2018)



Fonte: Gráfico criado pelas autoras

Por ter sido a primeira edição, é provável que o Mapa Design Brasília (2018) não tenha atingido todo o público alvo do DF. Muitos participantes não se cadastraram a tempo. É possível que muitos não tenham se sentido aptos a participar da pesquisa ou, ainda, pela localização, a divulgação não os tenha alcançado.

A próxima seção irá tratar de diagnósticos setoriais, especificamente dos setores de design gráfico e o design em dois setores industriais do DF – mobiliário e joias.

4. DIAGNÓSTICOS SETORIAIS DO DESIGN NO DF

O mercado de trabalho do segmento de design gráfico no DF se caracteriza tanto pelos empregos e demandas dos setores público e privado – indústria, comércio e serviços -, quanto por ser transversal a todas as cadeias produtivas da economia criativa. Esta seção contou com a colaboração de Bruno Porto, um expoente do Design Gráfico nacional que teve uma atuação importante nos últimos anos no DF.

4.1 A invisibilidade do design gráfico

(texto de Bruno Porto[19], ilustrado pelas autoras)

Há uma corrente no Design Gráfico que prega sua invisibilidade. Desta forma, em prol da mais eficiente funcionalidade, a comunicação visual deve ocorrer sem que seja percebido que houve algum esforço para que isso acontecesse. A leitura - do livro, de um periódico, relatório ou cardápio - deve ser confortável e eficaz, levando o leitor a assimilar o conteúdo da publicação sem notar que o texto foi composto tipograficamente, diagramado ou mesmo impresso. O cartaz deve chamar atenção para sua mensagem de forma a transmitir sem ruídos as informações necessárias para gerar uma ação por parte dos que o viram e se sentiram instigados ou compelidos a fazer algo. O letreiro da loja não agrediu os olhos, e a navegação pelo site, app ou prédio - ou condomínio, cidade ou superquadra - foi intuitiva. Tudo aconteceu sem percalços, graças ao trabalho invisível de alguém que cuidou para que os elementos verbais e visuais da comunicação fossem adequadamente organizados para a assimilação de seu conteúdo.

[19] Bruno Porto é designer gráfico, educador, curador e consultor em design.

Pode-se dizer que o designer gráfico brasiliense é um pouco invisível. Ele pode nem sempre estar nas manchetes dos jornais, mas muito provavelmente foi quem a diagramou - ou desenvolveu a fonte tipográfica para que o jornal pudesse ser lido, impresso ou na tela.

Com o setor público proporcionando cerca de 40% dos empregos da capital federal, o profissional brasiliense de Design Gráfico atua hoje de maneira bem ampla dentro dos diversos órgãos públicos, dos ministérios e secretarias aos bancos e às forças armadas. Nestes postos, ele desenvolve relatórios, anuários e outras formas de prestação de contas; projeta e atualiza variadas interfaces de informação, de complexos sites a placas de sinalização; cuida para que os painéis das exposições sejam legíveis e que o logotipo do departamento seja aplicado de forma correta, do cartão de visitas à empena do prédio.

Talvez o exemplo mais emblemático neste sentido sejam as placas do Plano Diretor de Sinalização do Distrito Federal. O projeto singular, desenvolvido em meados dos anos 1970 por Antônio Danilo Barbosa, funcionário da Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, foi integrado em 2013 ao acervo de arquitetura e design do MOMA - Museu de Arte Moderna de Nova York.

Em Brasília, além do setor público, o Designer Gráfico atende a demandas de empresas privadas dos mais diversos portes através de estúdios e agências de design, branding e publicidade da cidade. Neste sentido, uma poderosa característica da atividade é sua transversalidade dentro da indústria cultural e da economia criativa. Todas estas áreas - Gastronomia, Moda, Cinema, Teatro, Literatura, Hospitalidade, Animação, Música, Artes Plásticas etc. - demandam serviços de Design Gráfico, sem os quais comprometem, em muito, sua existência ou viabilidade comercial. Assim, para se ver o Design Gráfico *made in BSB*, basta ir a um de seus festivais de cinema, restaurantes (ou bares, lanchonetes e food trucks), centros culturais e shopping centers, ou aos inúmeros congressos, festas, shows e encontros semelhantes realizados por todo o Distrito Federal. A ação do profissional de Design Gráfico é que viabiliza que todas estas iniciativas possam ser percebidas.

Se essa transversalidade potencializa o mercado do profissional de Design Gráfico, é ao mesmo tempo uma das razões da dificuldade histórica de se identificar e quantificar, de forma precisa, sua área de atuação, o quanto ele

gera e quantas pessoas emprega. A ininterrupta fluidez das fronteiras do design, consequência dos avanços tecnológicos das últimas décadas, incorpora à Comunicação Visual (como o Design Gráfico também é conhecido) especificidades até pouco tempo no domínio das mídias digitais, interativas e audiovisuais, e mistura as denominações.

Sabe-se, no entanto, que na prática este é um mercado incrivelmente grande: o Diagnóstico do Design Brasileiro, desenvolvido em 2014 pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior com bases em um extenso levantamento de dados realizado em 2011/2012, indicava que o maior percentual de empresas brasileiras de design era de Design Gráfico e Comunicação (38%), seguido por empresas de Design Digital/Multimídia (22%). Grosso modo, 60% das empresas formais de design do País atuavam de alguma forma, na época da realização do levantamento, no mercado de comunicação visual.

Dados de 2017 da Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) revelam existência no DF de 4.662 microempreendedores contribuintes de ISS em Design e serviços criativos (Gráfico 10). No mesmo índice, outras áreas dentro do atual escopo de atuação do Designer Gráfico também aparecem com grande destaque, como 3.629 microempreendedores em Audiovisual e Mídia Interativa e 1.890 em Livros e Impressão.

Um censo nacional realizado em 2012 pela ADG Brasil (Associação dos Designers Gráficos) identificou nos profissionais da região Centro-Oeste um índice de bons salários (de R$ 5 a R$ 8 mil), superior às demais regiões do País. Isto se alinha ao fato de o Distrito Federal possuir a maior renda do Brasil e o maior PIB da região.

4.1.1 Os campos do Design Gráfico em Brasília

Embora aparentemente não pareça (ou apareça), a força do Design Gráfico no Distrito Federal pode ser comprovada dentro do atual cenário brasileiro através de dois recentes exemplos.

O primeiro: o Distrito Federal foi a terceira unidade da federação a enviar mais trabalhos para a última edição da Bienal Brasileira de Design Gráfico, o maior evento da área na América do Sul, realizada em 2017. Nesta que foi a maior edição dos 25 anos da Bienal, o DF ficou atrás apenas de São Paulo e Rio de

Janeiro, imbatíveis potências no segmento, ultrapassando Estados com ampla e histórica produção como Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

O segundo: o Centro Universitário IESB, instituição fundada em Brasília há duas décadas, detém hoje a maior nota na avaliação realizada pelo INEP / MEC dentre todos os cursos de Design Gráfico do País em instituições de ensino públicas ou particulares. O CST em Design Gráfico do IESB foi criado em 2012. Em 2016, o IESB já fora homenageado pela Associação Brasileira de Empresas de Design - Abedesign como a Instituição de Ensino de Design do Ano, constituindo um duplo reconhecimento, do Mercado e da Academia, da qualidade dos futuros profissionais da cidade no segmento.

Estes exemplos ilustram os dois alicerces sobre os quais o Design Gráfico tem se estabelecido em Brasília - o Mercado e a Academia - que operam em dinâmicas conjuntas ou complementares, principalmente ao longo das duas últimas décadas.

Por sua atuação sistemática e perseverante, a Adegraf - Associação dos Designers Gráficos do Distrito Federal se torna a face mais visível do que se reconhece por Mercado. A Adegraf se destaca no cenário nacional, entre outros motivos, por ser a única associação profissional local voltada especificamente ao Design Gráfico. As demais associações estaduais (Apedesign RS, ProDesign PR etc.) são compostas por profissionais de áreas diversas (Produto, Joias, Gráfico, Interiores etc.), e a ADG Brasil atua nacionalmente, com representantes de Brasília em sua diretoria e conselhos. Constituída formalmente em 2001, a Adegraf é uma sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é congregar profissionais que atuam na área de Design Gráfico, embora abarque um pequeno percentual de associados nas categorias Professor e Estudante. Bem diversa, seus associados na categoria Profissional são designers que atuam em sua maioria como microempresários em seus próprios estúdios e agências, *freelancers* ou funcionários dos setores público e privado. Além de construir parcerias com entidades como Sebrae, Sindigraf DF (Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal) e instituições de ensino - principalmente para oferecer aos seus associados cursos e seminários de capacitação e promover palestras abertas e gratuitas com profissionais de fora de Brasília - a Adegraf atualiza a cada dois anos sua Tabela Referencial de Valores para serviços de

design. Atualmente em sua sexta edição, é a única tabela no País voltada para o segmento, tendo sido adotada com relativo sucesso como uma referência - justamente como seu nome indica - na contratação de serviços e de profissionais de design por instituições públicas e privadas do Distrito Federal. Além de frequentemente organizar exposições institucionais com a produção de seus associados, a Adegraf também patrocina a realização em Brasília de mostras de Design Gráfico como Marginais Heróis, do cartazista Rico Lins, e a Sétima Bienal de Tipografia Latino-Americana Tipos Latinos. A entidade marcou presença nas ações que culminaram no reconhecimento do Design como uma das linguagens da Cultura perante o MinC, em 2012, e é a principal interlocutora das entidades profissionais com os representantes da Câmara e Senado nas articulações para a regulamentação da profissão de Designer.

Já o Ensino de Design Gráfico em Brasília tem como importante marco a criação do bacharelado em Desenho Industrial da Universidade de Brasília - UnB. A Habilitação em Programação Visual - nomenclatura comumente adotada para Design Gráfico em todo o País até o final da década de 1990 - foi a primeira a ser criada, em 1988, sendo seguida dois anos depois pela Habilitação em Projeto de Produto. Dois nomes que compuseram o corpo docente do curso da UnB refletem a abrangência das relações do Design Gráfico com as demais áreas projetuais e da economia criativa: Athos Bulcão (1918-2008), artista plástico cuja obra é sinônimo dos grafismos de Brasília como Oscar Niemeyer é da arquitetura, e Rogério Duarte (1939-2016), designer, músico e escritor responsável por cartazes seminais do Cinema Novo e pelas mais impactantes capas de disco do movimento tropicalista, do qual foi um de seus mentores. Boa parte dos experientes profissionais que atuam hoje na cidade foram seus estudantes, assim como de Luiz Fernando Nanche Las-Casas, coordenador do laboratório de tipografia da universidade, e dos premiados designers Claudio Maya Monteiro e Celia Matsunaga. A produção da graduação e, desde 2013, do Mestrado em Design da UnB se destaca no panorama acadêmico do País, em especial pela realização de eventos, conferências e exposições de âmbito nacional e internacional que evidenciam o Design Gráfico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, estimulou o crescimento dos Cursos Superiores de Tecnologia em diversas áreas por todo o

País. Suas características de aprendizado verticalizado, forte carga de aulas práticas e laboratoriais, formação atualizada e sólida em grande sintonia e interação com empresas, se adequaram às demandas do mercado brasileiro de Design Gráfico. Em Brasília, o ensino do Design Gráfico se dá hoje pelo pioneiro bacharelado da UnB, pelo curso de bacharelado Faculdade Fortium, ambos com oito semestres de duração, e por cursos de formação tecnológica oferecidos pelo IESB, UDF (Centro Universitário do Distrito Federal), UniCeub (Centro Universitário de Brasília) – com oferta suspensa -, UNIPLAN (Centro Universitário Planalto do Distrito Federal) e Unip (Universidade Paulista), todos com quatro semestres de duração. Com crescente regularidade, algumas destas instituições oferecem cursos de pós-graduação lato sensu em áreas do Design Gráfico, como a Pós-graduação em Design do Editorial do IESB em parceria com o IED - Istituto Europeo di Design, com três turmas formadas.

4.1.2 O Design Gráfico na cidade

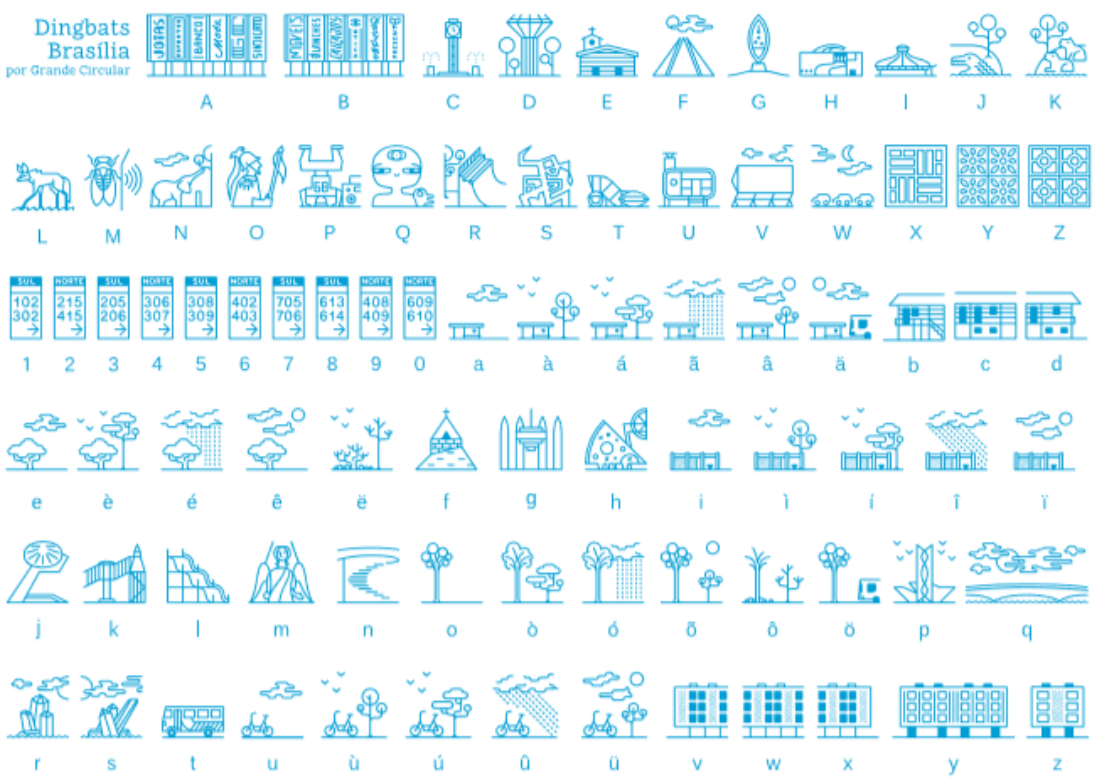
Nos últimos anos, Brasília foi sede de importantes mostras e eventos regionais, nacionais e internacionais de Design Gráfico, com uma vasta programação de exposições, encontros, capacitações, palestras etc. se dando de forma integrada nos campi, espaços empresariais ou arenas culturais.

Destaque do Complexo Cultural da República localizado na Esplanada dos Ministérios, o Museu Nacional recebeu as mostras Brasília em Cartaz (abril-maio, 2014), organizada pelos professores Nanche Las-Casas e Marisa Cobbe Maass reunindo cartazes realizados na cidade entre as décadas de 1960-1990 e a premiação de um concurso nacional de cartazes; GraphicsRCA: 50 Anos do Design Gráfico (setembro, 2015), exposição de trabalhos originais dos estudantes da Royal College of Art, instituição britânica que figura entre as mais importantes universidades de arte e design do mundo; Marginais Heróis (setembro, 2015), do designer Rico Lins, um dos mais renomados cartazistas brasileiros (cuja vasta obra ocupou a CAIXA Cultural Brasília, em novembro-dezembro de 2011, na exposição Rico Lins: uma gráfica de fronteira); e Design Dialogue: Poland – Brazil (novembro, 2016), organizada pelo Adam Mickiewicz Institute, com cartazes e peças de mobiliário, vidro e porcelana de designers poloneses e brasileiros. Cinco nomes do design gráfico de cada país foram convidados a produzir cartazes sobre

sua nação de origem e sobre a visão que tinham do outro país. Do Brasil, foram convidados os designers gráficos Bruno Porto (DF), Fabio Lopez (RJ) e Rico Lins (SP), e os estúdios Grande Circular (DF) e Estúdio Mola (PE).

Entre o final de 2014 e o início de 2015, o Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB foi palco dos encontros e do lançamento do livro Retrato Brasília, um mapeamento realizado pelo jornal Correio Braziliense da cena cultural da cidade, envolvendo Artes, Design, Empreendedorismo e Cultura Urbana. Além de reunir e apresentar diversas facetas locais do Design Gráfico - em áreas como desenvolvimento de marcas, design editorial, cartazes e tipografia, entre outras - o projeto deixou como legado a fonte de distribuição livre Dingbats Brasília (Figura 14), de autoria do Grande Circular, que tem por objetivo difundir a iconografia e preservar a memória afetiva da cidade a partir de uma interpretação minimalista e modular de elementos iconográficos e culturais pouco explorados da Capital Federal. A fonte vem sendo utilizada por diversas iniciativas particulares e governamentais que promovem o turismo e os negócios em Brasília. Em setembro do mesmo ano, o CCBB também abrigou a Quadradinho Design, exposição de design brasiliense organizada pelos professores Fred Hudson (Instituto Federal de Brasília - IFB) e Rogério Camara (UnB) durante o VII Congresso Internacional de Design da Informação – CIDI 2015, importante fórum científico realizado no centro cultural pela UnB e pela Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI. A mostra reunia principalmente livros, catálogos, cartazes, sistemas de identidade visual, projetos de mobiliário e de design interativo. A exposição também integrou a primeira edição do Salão Brasil Criativo – Design & Negócios, realizada em outubro de 2015 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que contou ainda com palestras e lançamentos de publicações de Design Gráfico.

Figura 14 - Tipografia Dingbats Brasília, disponibilizada para o público a partir da exposição no CCBB (2014/2015) pelo Estúdio de design Grande Circular – DF

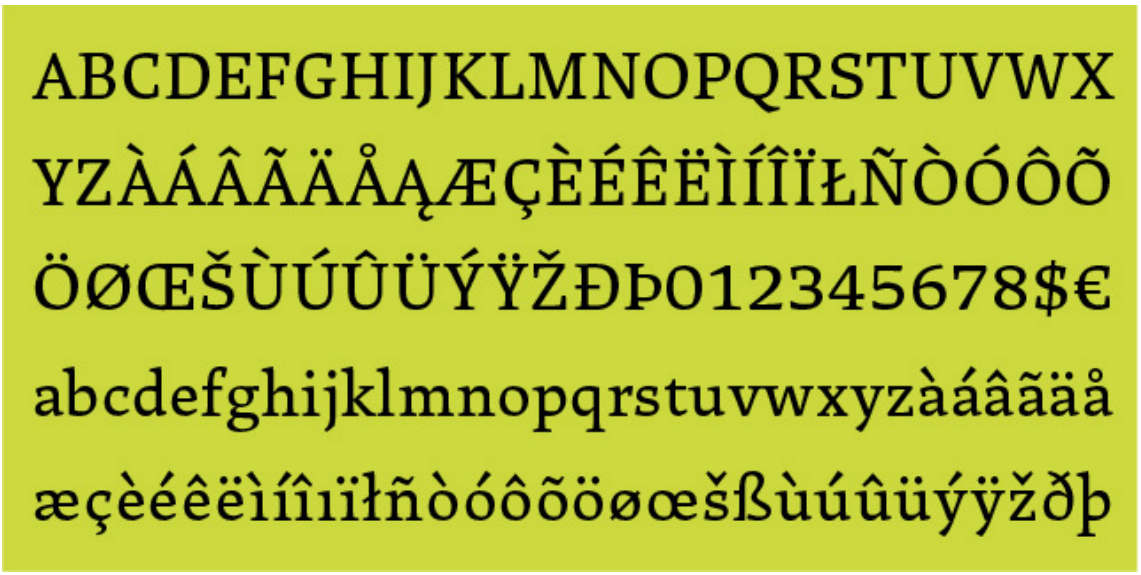


Fonte: Estúdio Grande Circular – DF (2018).

Outra exposição internacional que incluiu projetos brasilienses apresentada na cidade é a Bienal de Tipografia Latino-Americana - Tipos Latinos. Acompanhadas por palestras e workshops com convidados de todo o País e exterior, montagens da itinerância das suas últimas três edições foram realizadas, respectivamente, na UnB (durante o Festival Latino-Americano e Africano de Arte Cultura 2012, que recebeu cerca de 45.000 visitantes de trinta países), no Centro Universitário IESB e na CAIXA Cultural Brasília. Entre os projetos apresentados, a fonte tipográfica Brasílica, do brasiliense Rafael Dietzsch (Figura 15), que contém um conjunto de caracteres acentuados que contempla as particularidades das línguas indígenas brasileiras. A fonte foi premiada na 10ª Bienal Brasileira de Design Gráfico, em 2013, por se destacar como ferramenta de inclusão social. Em 2014, Dietzsch e o também designer e professor universitário André Maya fundaram a Estereográfica Editorial com o objetivo de publicar livros de referência sobre tipografia e design gráfico. A

editora conta com um catálogo de cuidadosas traduções de autores estrangeiros e publicações nacionais originais, inclusive de brasilienses.

Figura 15 - Fonte tipográfica Brasílica, Rafael Dietzch – DF (2012)



Fonte: https://cargocollective.com/dietzsch/Brasilica. Acesso em 24/08/2018.

Além da Bienal Tipos Latinos, outro importante evento ligado à Tipografia - campo do Design Gráfico dedicado ao uso e ao desenho de letras - que vem mobilizando os profissionais e estudantes da cidade é a conferência DiaTipo, principal encontro brasileiro sobre o tema, composto por palestras, debates e workshops. A cidade recebeu duas edições (em 2011, na UnB, e em 2017, no IESB), e se prepara para mais uma, que deverá acontecer concomitante à oitava edição da Bienal Tipos Latinos. Ainda na seara tipográfica, Brasília recebeu em novembro de 2015 a exposição Dingbats Brasil, com projetos de fontes pictóricas de 23 designers brasileiros, incluindo os brasilienses Rafael Dietzsch, Daniel Grilo e Diego Credidio.

Além da grande quantidade de seminários e palestras realizados com professores e profissionais de fora de Brasília, outras iniciativas de interação entre Academia e Mercado que possuem grande foco em Design Gráfico são os encontros voltados para os estudantes de design, como a Semana de Design de Brasília, que conta com cinco edições realizadas. A cidade já recebeu também duas edições do N Design - Encontro Nacional dos Estudantes de Design (em 1999 e 2006), duas do Encontro ADG (2012 e 2013) e duas do R Design - Encontro Regional de Estudantes de Design – Centro-Oeste/Minas Gerais (2012 e 2017).

O ponto alto dos eventos e visibilidade do Design Gráfico em Brasília foi receber, na CAIXA Cultural Brasília, a 12ª edição da Bienal Brasileira de Design Gráfico (agosto-setembro de 2017). Uma realização conjunta da ADG Brasil e da Adegraf, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, IESB e Correio Braziliense, essa foi a maior edição do evento em quantidade de projetos selecionados e de jurados: 97 profissionais de 23 países selecionaram um total de 504 projetos. Segundo informações da CAIXA Cultural Brasília, a Bienal contabilizou o maior registro de público em um vernissage, desde 2004, com cerca de mil pessoas presentes na abertura, e uma das maiores visitações do ano, acima de 21 mil visitantes. Além da exposição dos projetos premiados na Galeria Principal, aconteceram simultaneamente outras três mostras de Design Gráfico nas galerias Acervo, Piccola I e Piccola II: a mostra da Sétima Bienal Tipos Latinos; a exposição Primeiras Impressões: O nascimento da cultura impressa e sua influência na criação da imagem do Brasil, idealizada pelo premiado designer gráfico e escritor Gustavo Piqueira; e a mostra Notícias em Cartaz – O Design Gráfico Premiado do Correio Braziliense, reunindo 70 capas do jornal brasiliense premiadas internacionalmente.

Durante o período da Bienal, foi realizada uma intensa programação paralela espalhada pela cidade com duas conferências internacionais, workshops, sessões de avaliação de portfólio, seminário acadêmico, visitas guiadas e lançamento de publicações. Segundo o relatório da ADG Brasil, houve um retorno em exposição na mídia espontânea impressa e online de quase R$2 milhões, além de matérias nos principais canais de TV aberta. A maioria dos trabalhos brasilienses selecionados nesta edição da Bienal foram de projetos editoriais, de identidade visual, tipográficos, de mídia interativa e cartazes. Três trabalhos foram premiados pelo júri: a revista Traços, da Fermento Promo e as séries de cartazes Volume One, de Henrique Eira e Aamina Ganser, e Motim 2016, de Felipe Honda e Leandro Mello.

4.1.3 Brasília Cidade Criativa da UNESCO em Design

Em novembro de 2017, Brasília foi incluída na Rede de Cidades Criativas da UNESCO no campo do Design, se unindo a um seleto grupo de cidades conhecidas por alta qualidade neste setor como Berlim, Cidade do México, Curitiba, Helsinque, Dubai, Kobe, Montreal, Saint-Étienne e Seoul, entre outras.

O UCCN (*UNESCO Creative Cities Network*) é um programa que visa a implementação das indústrias criativas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Nova Agenda Urbana. Isso significa que a UNESCO acredita que Brasília poderá contribuir de forma significativa, através do Design, com os direitos humanos, igualdade de gênero e empoderamento feminino, bem como com maneiras de construir, planejar e gerenciar as cidades de forma mais inclusiva, segura e sustentável.

A escolha das cidades é feita através de uma análise dos relatos e dados do que foi realizado nos cinco anos anteriores, com foco especial para como o governo local incentivou o segmento, e como planeja continuar fazendo isso nos próximos quatro anos. As ações que tiveram o Design Gráfico como protagonista contribuíram enormemente para atender itens essenciais para a aprovação da candidatura, como a presença de centros de ensino e formação, a realização de cooperações e eventos internacionais, e principalmente ações de entidades não-governamentais em prol do desenvolvimento do setor.

A primeira ação do Governo do Distrito Federal foi realizar a Mostra BSB Cidade Design, no Mezanino da Torre de TV (junho-julho, 2018), reunindo projetos de design gráfico, de produto, de moda e de joias de quase sessenta profissionais da cidade. Selecionados pela designer Gabriela Bilá, a maioria dos projetos gráficos eram cartazes, publicações e sistemas de identidade visual.

4.1.4 Desafios do Design Gráfico

Apesar de um crescimento quantitativo e qualitativo constante, o mercado do Design Gráfico em Brasília ainda não se encontra inteiramente solidificado. A maioria dos problemas enfrentados pelos profissionais locais são comuns em todo o País, como uma alta taxa de tributação - inadequada ao volume médio dos rendimentos de estruturas de pequeno e médio porte no setor - e ausência de incentivos fiscais na aquisição de equipamentos de trabalho, como computadores e softwares. Um empecilho para isso é a já citada dificuldade de se mensurar aspectos do mercado de Design Gráfico de forma real e contínua, que requer recursos e conhecimentos específicos além dos que dispõem os componentes do Mercado e da Academia.

Outro desafio compartilhado pelas outras regiões do País é a necessidade de se sensibilizar diferentes esferas da sociedade para as vantagens e possibilidades do Design Gráfico como ferramenta na solução de problemas estratégicos e de comunicação. Em se tratando especificamente do âmbito que conta com um grande percentual de designers gráficos em Brasília: o setor público carece de uma Cultura de Design, através da qual seus participantes - em particular, gestores de projetos que envolvem comunicação visual - possam compreender objetivos, metodologias e conhecimentos técnicos e orçamentários necessários para a boa condução de um projeto de Design Gráfico, ou na contratação de serviços específicos.

Embora seja transversal a todos os setores da indústria cultural, possuir associações profissionais formalizadas juridicamente e ser detentor de Colegiados Setoriais no Ministério da Cultura e na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, o Design Gráfico ainda é frequentemente alijado das discussões relativas à Economia Criativa - em geral, pelo desconhecimento no setor público da relevância cultural e econômica da atividade. Assim, acaba muitas vezes sendo excluído de importantes feiras, seminários, fundos de apoio ou linhas de investimento financeiro que envolvem outras atividades projetuais e artísticas como arquitetura, design de produto e moda.

Neste sentido, é necessário também estreitar os laços entre as entidades representativas de classe (Adegraf e ADG Brasil) e o Governo do Distrito Federal visando o desenvolvimento de estratégias que possam materializar, de forma consistente e perceptível, o Design Gráfico em Brasília. Entre estas, a assimilação no calendário da cidade do Dia Nacional do Designer (5 de Novembro, aniversário do pioneiro do design modernista, Aloísio Magalhães) e do World Graphics Day (27 de abril, data da fundação do International Council of Graphic Design Associations), associada à uma formalização da já frequente ocupação de equipamentos culturais, de forma semelhante ao que acontece em Curitiba (Semana D), Rio de Janeiro (Semana Design Rio) e São Paulo (SP Design Weekend).

4.2 Panorama do design de mobiliário no Distrito Federal

O design de mobiliário traz diversos fundamentos que abrangem questões técnicas e ao mesmo conceituais, com rica complexidade. Trata-se de um

segmento de natureza híbrida, independente de altas doses de investimento, “resultando em uma maior liberdade projetual, e em consequência torna os móveis uma expressão privilegiada da cultura do seu tempo” (BORGES A.; HERKENHOFF P.; CARDOSO R., 2013). De modo geral, é um campo que se desenvolve de forma peculiar no DF e vale a observação isolada.

Como foco de análise deste estudo, temos profissionais empreendedores individuais, de micro, pequeno ou médio porte, formais ou informais, que desenvolvem atividades produtivas relativas ao design de móveis nos mercados local, regional, nacional e internacional. Produzem e comercializam bens e serviços e, ainda que atuem especificamente com design de mobiliário, são oriundos de segmentos diversos como design, arquitetura, artes visuais, design de interiores e outros. Grande parte da atuação é na atividade marceneira, entendida como um fazer popular, caracterizada por diversos níveis de profissionalização e, como consequência, de qualidade. Ainda assim, o setor de manufatura de mobiliário se destaca no DF devido a sua fácil circulação no mercado e aceitação cultural.

O design de mobiliário tratado aqui, se enquadra no quesito autoral. Isto significa que, embora existam variações na atividade moveleira, o foco se refere às questões de inovação, qualidade e aspectos conceituais em sua concepção. No levantamento, encontramos estudos relativos à indústria moveleira nacional, que contextualiza o setor como um todo, mas poucas referências locais. Assim, os dados aqui apresentados são gerais sobre a indústria do mobiliário.

Para facilitar, os empreendimentos foram agrupados em diferentes categorias, de acordo com sua natureza projetual. No DF, há larga atuação em móveis planejados, seguida pela produção de mobiliário vernacular e, por último, a produção de design autoral, que ocorre de forma distinta das demais. Essas atividades se enquadram no código CNAE 7410-2/01 de atividades econômicas, embora é possível que boa parcela dos designers do setor não a utilize, por se enquadrarem como MEI (microempreendedores individuais).

4.2.1 Contextualização

O projeto de Brasília não previa um grande centro produtor. A construção da Capital foi um marco da política desenvolvimentista da época, com impactos no desenvolvimento da industrialização e urbanização brasileiras. O DF, no entanto,

caracteriza-se pela ausência de um plano original de industrialização de grande porte, o mantendo atividade econômica baseada em serviços[20], ainda hoje. Seu polo industrial é de pequeno porte com produção local de bens, ainda que sucinta. A baixa tradição fabril aliada à centralização de atividades de manufatura nas regiões Sul e Sudeste do País são determinantes na dependência da Capital de outras regiões como fornecedores de bens e serviços industriais e condicionantes ao desenvolvimento do setor de mobiliário no DF, com impactos no design.

Apesar das limitações operacionais no DF, se observa diversidade no mobiliário, produzido de forma independente e autônoma. Ainda que incipiente, esta atividade segue em expansão, caracterizada por criações exclusivas, manufatura complexa e, em alguns casos, a presença de aspectos críticos ou conceituais como elementos complementares à estrutura material. No que se refere a configuração de identidade, é complexa a tarefa de julgamento a respeito de uma produção caracteristicamente brasiliense. Embora muitas peças se assemelhem, ora pela matéria prima ora pela técnica, o design de mobiliário da Capital está de acordo com uma estética contemporânea, ressonante com tendências globais.

O crescimento da atividade é um fator positivo, e os cenários para os próximos anos para o design de um modo geral, são promissores. O setor moveleiro se apresenta diversificado e competitivo no País e começa a demonstrar capacidade de exploração sustentável do potencial produtivo em todos os tipos de móveis[21]. O DF, em face do mercado consumidor local de alto poder aquisitivo e

[20] De acordo com o levantamento realizado em parceria da Codeplan com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as atividades econômicas no DF se caracterizam por abranger 50% em serviços, em comparação a 6% relativas a indústria. Disponível em: < http://www.anuariododf.com.br/economia/economia-3/>. (CODEPLAN, 2011). Ainda sobre o panorama industrial do DF, além de serviços ligados à administração pública, segmentos como intermediação financeira, comércio varejista, comunicação e tecnologia da informação têm destaque na economia local. O Setor Industrial apresentava participação de apenas 6% no PIB (2011), mas vem crescendo consistentemente nos últimos anos. Segmentos como o de construção civil e a transformação de alimentos ganham destaque, mas outras áreas - como confecções, produtos farmacêuticos e móveis - também se estruturam em Arranjos Produtivos Locais. Fonte: Mapeamento estratégico para a inserção do design nos grandes eventos esportivos no Brasil (BRASIL MDIC, 2012).

[21] De acordo com o levantamento realizado por Garcia (2005), este é um panorama de empresas do DF que possuiam em média 15 anos de atuação no mercado.

do crescimento do mercado da construção civil e do turismo, apresenta condições favoráveis para o segmento. Para que se torne, de fato, um setor competitivo nacionalmente, se fazem necessárias diversas ações, tanto por parte do Governo Federal e GDF quanto das entidades setoriais e de design (GARCIA, 2005).

4.2.2 Sistema Produtivo

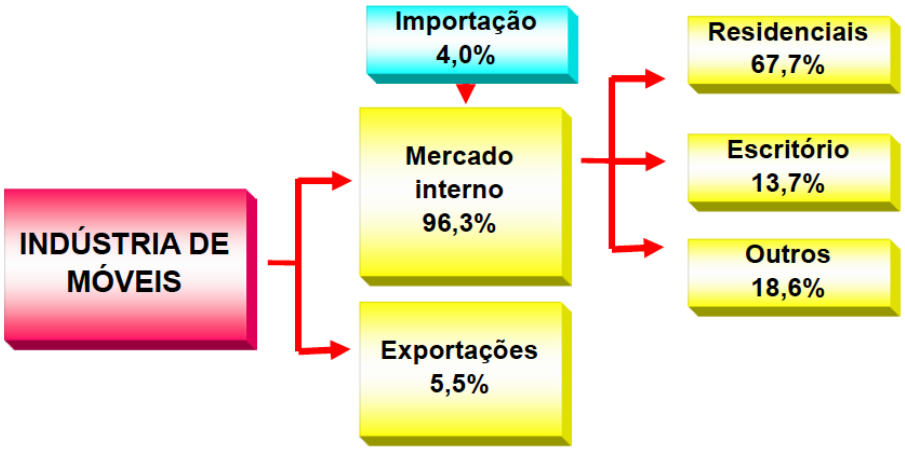
A indústria moveleira pode ser considerada uma das mais antigas do mundo, com origem nos carpinteiros e artesãos produtores de móveis. A partir da revolução industrial, a produção de móveis foi ganhando escala, pelo uso de máquinas e ferramentas, e padrão estético, ao cair no gosto de consumo da burguesia, cada vez mais empoderada. A indústria de móveis é atualmente classificada, como uma indústria tradicional, com larga trajetória e tecnologia de produção consolidada, amplamente difundida.

De acordo com o IBGE, a indústria de móveis pode ser classificada com base nas matérias-primas predominantes:

> As categorias básicas são: móveis de madeira (incluindo vime e junco), que constituem o principal segmento, com 91% dos estabelecimentos, 83% do pessoal ocupado e 72% do valor da produção; e os móveis de metal, com 4% dos estabelecimentos, 9% do pessoal ocupado e 12% do valor da produção. O restante diz respeito aos móveis confeccionados em plástico e artefatos do mobiliário, que reúnem colchoaria e persianas. A indústria de móveis também pode ser segmentada por categoria de uso: residencial, escritório e institucionais (utilizados em hospitais, escolas, lazer, restaurantes, hotéis e similares) (BNDES, 2007).

Conforme dados do Bradesco (2017), no Brasil, o padrão de produção de móveis é voltado principalmente ao consumo interno (Gráfico 24):

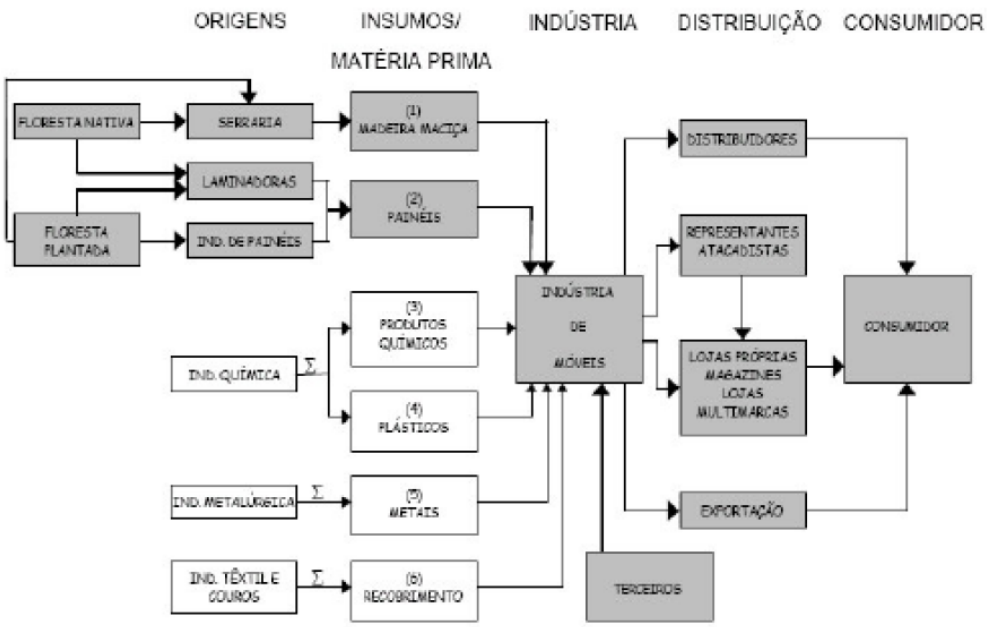
Gráfico 24 - Padrão de produção e consumo de mobiliário



Fonte: IBGE, Bradesco, IEMI, SECEX, Bradesco

A indústria de móveis apresenta elos de uma cadeia produtiva diversa em materiais, segmentos e destino da produção (Gráfico 25). A elevada complexidade do setor dificulta a caracterização do mercado em um único padrão competitivo. Cada segmento possui características próprias em relação às economias de escala, ao preço e à importância do design, o que explica a coexistência de empresas muito heterogêneas (UNICAMP, 2007).

Gráfico 25 - Fluxograma da indústria de móveis



Fonte: UNICAMP (2006).

O dinamismo tecnológico desta indústria é determinado pela introdução de novos materiais, pelo incremento tecnológico em máquinas e equipamentos na produção e pelo design (UNICAMP, 2007). As inovações de maior impacto recente na cadeia produtiva estão relacionadas às matérias-primas, com destaque para os painéis de madeira (compensados, aglomerados, MDF etc.). Em certa medida, sua utilização implicou no deslocamento de determinados elos da cadeia para a indústria de processamento de madeira (BNDES, 2007).

Esta variação levou a diferentes caracterizações dos tipos de mobiliário (

Retilíneos Seriados	Retilíneos Sob Encomenda	Móveis Torneados	Móveis de Metal	Móveis para Escritório
Móveis retos, sem detalhes sofisticados;	Medidas fornecidas pelos clientes	Maior detalhamento e qualidade	Geralmente aço tubular dobrado	Ergonômica
processo de produção é simples, envolvendo poucas etapas, o que permite fluxo contínuo de produção sem formação de estoques;	feitos pelas marcenarias	processo produtivo é mais complexo, envolvendo diversas etapas. Empresas trabalham com elevados estoques de matérias-primas e de intermediários	Processo industrial conjugando outras matérias primas	Processo de produção mais complexo, que envolve marcenaria, metalurgia, tapeçaria e o estudo de ergonomia
Utiliza madeira industrializada como aglomerado e MDF	Madeira	Madeira maciça, podendo ser madeira de floresta nativa ou de reflorestamento	Geralmente aço tubular, conjugado com outras matérias-primas, como madeira, vidro e plástico	Diversas – madeiras processadas, metais, plástico e outras
em redes de lojas de móveis e grandes magazines	diretamente entre as marcenarias e o cliente final.	em redes de lojas de móveis e grandes magazines	Representam uma pequena parcela da produção nacional de móveis, aproximadamente 8%	Normalmente há redes de lojas próprias para a comercialização

Predominantemente doméstico	exclusivamente ao mercado doméstico	Parcela significativa da produção é destinada à exportação e à classe de renda mais elevada	Também são exportados, mas a produção é praticamente voltada ao mercado interno	Mercado institucional e residencial

), que em geral levam em consideração o tipo de matéria-prima, a comercialização, o mercado ao qual se destina e o processo produtivo.

Quadro 11 - Classificação das tipologias de móveis de acordo com as categorias de mercado.

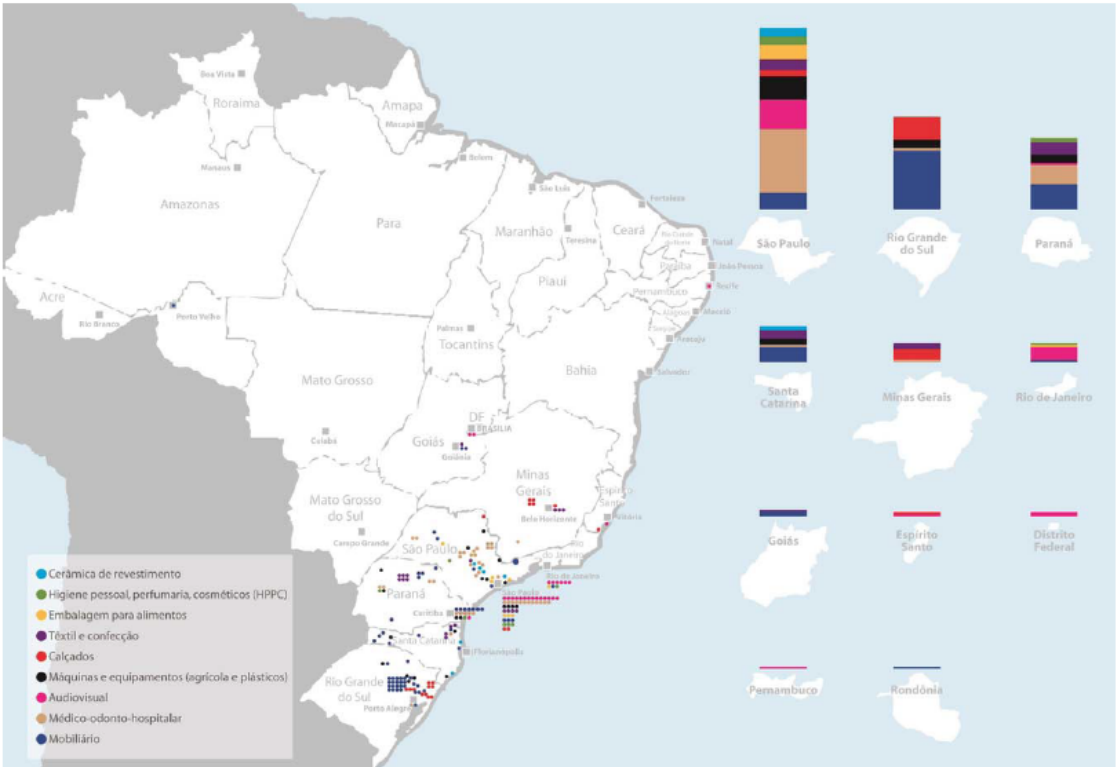
Tipologia	Retilíneos Seriados	Retilíneos Sob Encomenda	Móveis Torneados	Móveis de Metal	Móveis para Escritório
Estrutura	Móveis retos, sem detalhes sofisticados;	Medidas fornecidas pelos clientes	Maior detalhamento e qualidade	Geralmente aço tubular dobrado	Ergonômica
Processo Produtivo	processo de produção é simples, envolvendo poucas etapas, o que permite fluxo contínuo de produção sem formação de estoques;	feitos pelas marcenarias	processo produtivo é mais complexo, envolvendo diversas etapas. Empresas trabalham com elevados estoques de matérias-primas e de intermediários	Processo industrial conjugando outras matérias primas	Processo de produção mais complexo, que envolve marcenaria, metalurgia, tapeçaria e o estudo de ergonomia
Matéria Prima	Utiliza madeira industrializada como aglomerado e MDF	Madeira	Madeira maciça, podendo ser madeira de floresta nativa ou de reflorestamento	Geralmente aço tubular, conjugado com outras matérias-primas, como madeira, vidro e plástico	Diversas – madeiras processadas, metais, plástico e outras
Comercialização	em redes de lojas de móveis e grandes magazines	diretamente entre as marcenarias e o cliente final.	em redes de lojas de móveis e grandes magazines	Representam uma pequena parcela da produção nacional de móveis, aproximadamente 8%	Normalmente há redes de lojas próprias para a comercialização

Mercado	Predominantemente doméstico	exclusivamente ao mercado doméstico	Parcela significativa da produção é destinada à exportação e à classe de renda mais elevada	Também são exportados, mas a produção é praticamente voltada ao mercado interno	Mercado institucional e residencial

Fonte: (BRADESCO, 2017), elaborado pelas autoras.

A indústria moveleira se encontra dispersa por todo o território nacional (UNICAMP, 2007), entretanto, a maior parte das empresas se concentra em poucos estados - São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nos três primeiros estados citados, estão mais da metade das empresas e do emprego desta indústria e aproximadamente 80% das exportações. A maior concentração é na região centro-sul do País, com 83% das empresas nacionais e 86% da mão de-obra empregada pelo setor.

Figura 16 - Distribuição geográfica das empresas de design por segmento no Brasil (MDIC, 2014)



Fonte: Diagnóstico do Design Brasileiro (2014)

O Diagnóstico do Design Brasileiro (MDIC, 2014) localiza a maior representatividade das atividades do design do setor mobiliário concentrado no Rio Grande do Sul e Paraná (Figura 16). Destas, a maioria fornece soluções de mobiliário personalizado sob medida (planejados) e muitas delas estão bem classificadas na escada do design (Figura 2) - se mostram receptivas às novas ideias e tendências para atender a seus clientes (BRASIL MDIC, 2014).

4.2.3 Panorama geral da indústria moveleira no Distrito Federal

A estrutura produtiva do DF tem uma característica intrínseca: a forte presença das atividades de governo na economia, cujo impacto é considerável sobre a alocação, competição e remuneração de recursos no mercado de trabalho local (FIBRA, 2017). O setor de Serviços concentra a atividade econômica do DF, desde a inauguração de Brasília, em 1960.

Os programas de promoção e atração de novos empreendimentos industriais disponibilizados na Capital Federal, a partir da década de 90, tiveram como principal objetivo o desenvolvimento econômico e social, sustentável e

integrado. A meta era ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e a efetiva geração de emprego, renda e receita tributária. O que se observa hoje é uma enorme concentração espacial das empresas industriais na região central do DF e a falta de sintonia entre as suas necessidades e a infraestrutura das áreas criadas para abrigar os estabelecimentos fabris.

As Figura 17 e

Figura 18 representam as concentrações de 61% dos estabelecimentos e dos empregos industriais nas Regiões Administrativas (RAs) do DF, em 2014. Brasília, Taguatinga, Guará, Ceilândia e Samambaia reuniam 70,32% das indústrias e 83,58% dos empregos. As demais Regiões participam de forma pouco expressiva nas atividades industriais – ressalva àquelas institucionalmente residenciais, como o Plano Piloto e a Candangolândia. Este fato cria uma matriz de origem-destino altamente concentrada na movimentação da mão de obra, com impacto imediato na precarização da mobilidade urbana (FIBRA, 2017) e causa o esvaziamento das atividades econômicas nas demais regiões.

Figura 17 - Concentração dos estabelecimentos do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)

Fonte: Microdados RAIS/TEM (2013).

Figura 18 - Concentração dos empregados do Setor Industrial por Região Administrativa no DF (2014)

Fonte: Microdados RAIS/TEM (2013).

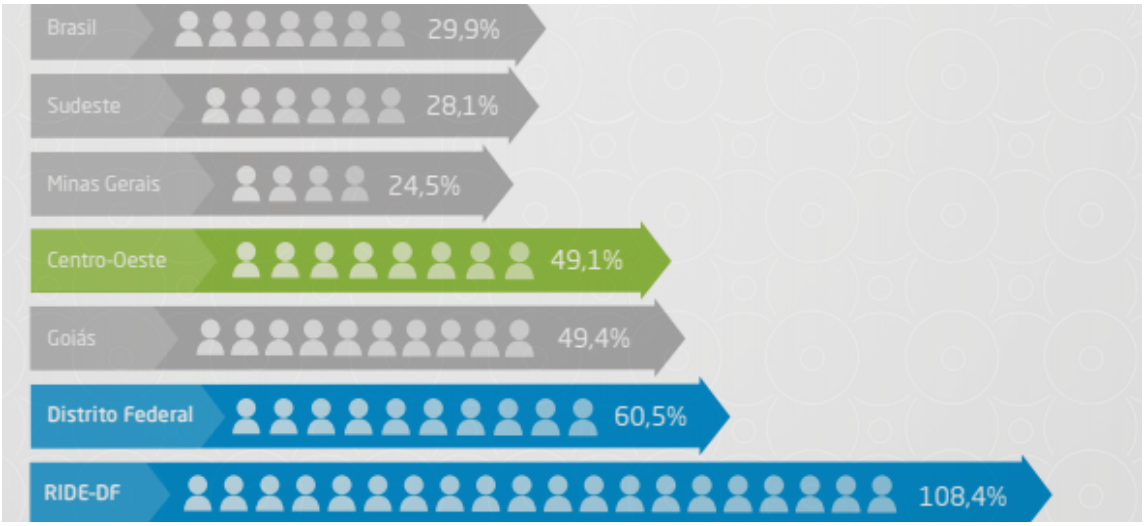
Nota-se, com isso, que as políticas públicas de promoção da atividade empresarial na Capital tiveram foco maior na atração de novos empreendimentos, em vez de no planejamento e implantação de áreas com características de polos empresariais e industriais. As baixas urbanização e disponibilidade de infraestrutura adequada ao adensamento do tecido industrial não é capaz de estabelecer conexões com o sistema de transportes, a disponibilização de energia elétrica e a proximidade com a mão de obra. Faz-se necessária a revisão, nos instrumentos de política urbana do DF, do papel e das características das áreas destinadas à atividade industrial para adequá-los ao atendimento às especificidades de produção e logísticas de distribuição.

A necessidade de preservar o Plano Piloto, tombado como patrimônio cultural da humanidade é uma das diretrizes observadas no horizonte imediato no estudo da FIBRA (2017). O grande desafio é buscar alternativas capazes de impulsionar o crescimento econômico na Capital Federa e que atendam às demandas por emprego, renda e qualidade de vida, sobretudo nas regiões administrativas mais afastadas do Plano Piloto e nos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

Entre os anos de 1991 e 2010, a taxa de crescimento da população do DF, embora apresente tendência de queda, é a 5ª. maior entre as unidades da

federação e a maior entre os estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste - 60,5%. No Brasil, esta taxa foi de 29,9% (Figura 19).

Figura 19 - Taxa de crescimento da população entre 1991 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/FJP/IPEA)

Embora se observe ao longo dos anos um declínio na taxa de fecundidade no DF, é elevada a taxa de crescimento populacional. Este fato se deve ao tradicional e constante movimento migratório, que atrai populações de praticamente todas as regiões para o DF, cuja concentração, em grande medida, é nos municípios da RIDE-DF (CODEPLAN, 2015).

4.2.4 Sindicatos no DF

O SINDIMAM-DF – Sindicado das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do DF, fundado em 1986 por iniciativa de alguns empresários que, à época, integravam o Sindicato da Construção Civil do DF, foi a primeira ação formal encontrada na literatura. O entendimento entre os pioneiros do setor da madeira e do mobiliário – apenas 6 empresas, associadas à FIBRA - foi de que o segmento precisava ser reconhecido formalmente no DF para tornar-se competitivo, melhorar os investimentos e emancipar a indústria no DF (SINDIMAM, 2018).

Ao longo dos anos, o SINDIMAM-DF promoveu visitas a eventos e feiras no exterior (Salão Internacional do Móvel de Milão, na Itália), firmou parcerias com entidades de fomento (Sebrae, Senai, Fibra, Apex-Brasil, Abimóvel, MDIC, CNI) e fortaleceu as exportações do setor no DF. Outras ações para a promoção do

mobiliário produzido no DF ganharam palco na Capital, como o Salão do Móvel de Brasília e parcerias com instituições de ensino (UnB, Católica e Instituto Euvaldo Lodi – IEL do DF). Ao longo de 30 anos, o SINDIMAM defende os interesses do setor de madeira e móveis junto ao poder público e entidades representativas, inclusive quanto à legislação trabalhista, tributária e de meio ambiente. Remonta uma trajetória para o fortalecimento e o empreendedorismo contínuo dessa indústria do DF, baseada no desenvolvimento social, cultural e tecnológico (SINDIMAM, 2018).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília - STICOMBE é outra relevante representação desse setor no DF. Foi fundado em 1958 como a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Luziânia, Planaltina e Formosa, com sede em Planaltina-GO, quando os primeiros movimentos de trabalhadores da construção e do mobiliário iniciaram na nova Capital, reconhecida como Sindicato em 1959. A missão da entidade busca resguardar os direitos dos trabalhadores, melhorar os níveis de remuneração e as condições de saúde e segurança no trabalho, assim como contribuir para a melhoria dos índices de qualificação e capacitação profissional (STICOMBE, 2018).

4.2.5 Fomento e promoção

No apoio financeiro à inovação e cultura, os recursos financeiros à inovação e ao design no Brasil veem sendo disponibilizados por mecanismos de financiamento e subvenção econômica, incentivos fiscais, capital de risco e bolsas, com destaque para BNDES, Banco do Brasil, Centro Cultural da Caixa e Itaú Cultural. Há, ainda, fundos privados de diversas empresas nacionais. Outras entidades privadas e de interesse público como o Sebrae e Senai são considerados agentes de fomento de projetos na área do design.

Em especial o BNDES, sabe-se que os recursos destinados ao setor de móveis vêm crescendo. Durante o período de 1995 até agosto de 2006, o valor total dos desembolsos ao setor moveleiro pelo BNDES somou R$ 751 milhões. Os financiamentos se destinam, principalmente, a aquisições de novas máquinas e capital de giro para micro, pequenas e médias empresas. Cabe destacar que o número de operações quanto ao porte das empresas concentra-se acima de 90% às MPMEs (BNDES, 2007).

No cenário local, existem outras iniciativas que auxiliam a atividade do design de forma mais abrangente. Dentre elas, políticas públicas locais, materializadas em editais do FAC (Fundo de Apoio de Cultura) e do FAP (Fundo de apoio à Pesquisa). Recentemente a Setul (Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer) e a UNESCO, desde a chancela da Cidade Criativa do Design, em 2017.

O design de mobiliário no DF ganhou força nos últimos 5 anos graças a ações, como eventos e exposições de design, que deram oportunidade a novos profissionais. Eles se unem de forma independente em prol do desenvolvimento da cadeia, como o grupo de jovens designers que formaram o coletivo de mobiliário Entre Eixos, em 2015, que se destacou em exposições em São Paulo com reconhecimento pela crítica e mídia - embora o grupo tenha se dissolvido logo depois, seus componentes continuam atuantes. No mesmo ano, Brasília sediou o primeiro Salão Brasil Criativo, organizado pelo Instituto Brasil de Economia Criativa, que promoveu reuniu nomes do design de produtos e a produção de mobiliário autoral da cidade.

A Casa Cor é outro evento de relativa importância para o cenário, que anualmente conta com a participação de arquitetos e designers. No primeiro semestre de 2018, outros dois acontecimentos tiveram relevância para design local: doze designers do DF - de mobiliário, joalheria e design gráfico - foram selecionados para participarem da feira Wanted Design, na Design Week de New York; e a exposição "BSB Cidade Design", na Torre de TV, que deu destaque à produção da cidade e mostrou a diversidade da produção de novos talentos.

Da “velha guarda”, desde os 1970, a produção de Tunico Lages continua a conquistar mercados em todo o mundo. Presente em mais de 40 países, as peças de Tunico em geral foram levadas por diplomatas que as comercializaram lá pelo forte apelo que encontram no exterior as peças produzidas a partir da madeira de árvores caídas do cerrado. Ele se propõe ao não desmatamento e a capacitação de mão de obra não especializada, inclusão produtiva. De alto valor comercial, as peças são adquiridas pela classe alta, embaixadas e diplomatas.

4.2.6 Desafios da Indústria Moveleira

Segundo UNICAMP (2007) os desafios a indústria moveleira são: capacidade de inovação e de diferenciação de produtos, principalmente de

design próprio; aperfeiçoamento do processo produtivo, associados à incorporação de novas máquinas e equipamentos e ao incremento da escala e escopo da produção; incorporação de novos insumos e matérias-primas ao processo produtivo; adoção de inovações organizacionais que visem a modernização e a racionalização dos processos produtivos e comerciais das empresas; e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Uma série de ações orientadas à melhoria do ambiente de negócios e ao aumento da competitividade das indústrias situadas no DF estão propostas pela FIBRA (2017). Dentre elas estão a promoção do intercâmbio com redes de negócio para o desenvolvimento industrial no DF, a redução da dependência dos serviços de administração pública, o fortalecimento dos arranjos produtivos, a implantação de empreendimentos de base tecnológica e a atração de empreendimentos âncoras para o DF e entorno. As ações individuais de empreendedores locais demostram proatividade em relação à expansão de novos mercados, seja em âmbito nacional ou internacional.

Some-se a isso, que a produção de mobiliário autoral contemporânea carrega em si a representatividade da cultura material local, num momento (atual) de amadurecimento técnico e estético para um setor que busca por identidade. As referências mais visíveis têm base arquitetura da cidade – aspecto comum na história do mobiliário. Como referencial único neste quesito, a arquitetura de Brasília confere certo destaque ao trabalho dos designers, porém não deve ser a única inspiração ao design de mobiliário no DF. Apesar de valorizado pelo público consumidor, o desafio aos designers é encontrar perseguir outras inspirações para a produção de qualidade, genuíno e inovador.

4.3 Panorama do design de joias no Distrito Federal

A história da joalheria acompanha o desenvolvimento da humanidade - seus valores materiais e culturais são características estéticas e simbólicas de diferentes épocas e lugares. É uma fonte de pesquisa rica e importante para o conhecimento sobre a vida coletiva e os hábitos de uma sociedade. O conceito de joia foi se modificando ao longo do tempo, mas, de maneira geral, sempre esteve ligado a artefatos de materiais preciosos, mas não unicamente, usados com a finalidade de enfeitar e adornar (GUERRA, 2015).

> [...] joias são entendidas como adornos que contemplam novas categorias de produtos e de usos, [sic] tendo hoje ampliado a tipologia e a extensão de seus parâmetros conceituais para novas formas de ornamento, novas possibilidades de uso de materiais e novos propósitos, ratificando o papel da joia como meio de expressão das dinâmicas sociais e individuais elaborados por aqueles que as criam, possuem e usam. [...] refere-se a qualquer ornamento corporal feito em metal, precioso ou não, que utilize em sua confecção materiais como gemas orgânicas e inorgânicas e outros materiais, que apresentem aspecto diferenciado e ou inovador (GUERRA, 2015).

O setor joalheiro no Brasil abrange uma grande diversidade de fazeres e diferentes formas de atuação, mais ou menos formais, que tornam o setor joalheiro de difícil mapeamento. A profissão se caracteriza por inúmeras técnicas, materiais, linguagens, mercados, entre outros aspectos que a tornam rica e complexa. A riqueza mineral do País, tanto em quantidade quanto em diversidade, o situa como um grande player nesse setor. O mapeamento da cadeia produtiva no Brasil é uma tarefa complexa, agravada pelas especificidades de cada região, o que indica que as análises dos segmentos de gemas, joias e metais preciosos devem ser cada vez mais regionalizadas (RIBEIRO, 2011).

O recorte deste estudo busca observar uma parcela do setor joalheiro alinhado ao design[22], entendida como joalheria contemporânea, uma prática abrangente que estabelece diálogos e relações com campos da arte, artesanato, design e moda. O contemporâneo não é apenas existir em determinado tempo, senão sustentar linguagens, elementos e atitudes que traduzam esse tempo por meio da experimentação, seja pela inovação em materiais, técnicas ou forma (MERCALDI & MOURA, 2017). Os materiais tradicionalmente usados na joalheria envolviam o emprego de metais e pedras preciosos e raros e gemas naturais. A joalheria contemporânea admite o emprego de biomateriais, como fibras, sementes e outros.

4.3.1 Panorama geral do setor joalheiro no Brasil

[22] Aqui relaciona-se o conceito de joalheria ao design no sentido de pesquisa, criação, autoria, experimentação, contemporaneidade e linguagem.

O setor de gemas, joias e metais preciosos é um dos mais tradicionais da economia brasileira, com grande atenção internacional, e dos mais complexos, precisamente pelo elevado grau de informalidade nos segmentos de extração e comercialização de pedras preciosas, bem como (RIBEIRO, 2011).

A produção de gemas, joias, bijuterias, folheados ou artefatos de pedra são vocações de muitas regiões brasileiras, cuja informalidade é estimada aproxima a 50% (SEBRAE, 2006). Algumas razões que explicam tal quadro são falhas no processo produtivo; insuficiência na escala para lapidação; baixa capacidade de gestão e de mão de obra qualificada; tecnologia inadequada; baixa escolaridade; falta de crédito; concorrência desleal; e segurança, em face dos materiais valiosos (RIBEIRO, 2011).

Mesmo diante dos obstáculos, a indústria joalheira vem incorporando novas tecnologias e design e se tornando mais competitiva e lucrativa (RIBEIRO, 2011). É um setor que cresceu 250% nas exportações, em 2015, movimentou US$ 100 milhões e é responsável por mais de 500 mil postos de trabalho diretos e indiretos (SEBRAE, 2006). Dados do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos - IBGM (principal fonte de informações sobre o setor) revelam que as exportações de joias brasileiras atingiram US$ 530,5 milhões no primeiro semestre de 2006 - 48% a mais que o mesmo período de 2005, ano em que a joalheria brasileira faturou US$ 6 milhões. Os resultados confirmam a tendência dos nove anos anteriores, quando o setor apresentou crescimento de 129% nas exportações, resultados do reconhecimento da joia brasileira alcançado por sua promoção em mais de 20 feiras no exterior (SEBRAE, 2006). Escondidos sob o “glamour” do produto, o setor de gemas e joias é composto basicamente por micro e pequenas empresas - 95% do universo de empresas (DUARTE, 2011).

Dentre os associados do IBGM estão as 50 maiores empresas de joias do País e as associações de classe estaduais ligadas ao setor de pedras preciosas, joias, bijuterias, metais preciosos e afins (MORAIS, 2018). Apoiado por órgãos governamentais e de apoio à indústria e comércio, especialmente o Sebrae, o IBGM investe no desenvolvimento de um sistema de inteligência competitiva setorial.

> Em 1991, o IBGM já havia assumido a posição de coordenador do setor joalheiro. [...] apresentou o “Diagnóstico do Setor de Gemas, Joias e Bijuterias e suas Tendências Nacionais e Internacionais”. [...]. Nele,

> três áreas foram destacadas por sua importância: qualidade, produtividade e design. O design apareceu como o mais importante diferencial a ser incorporado ao produto joias (MORAIS, 2018).

O IBGM (2010 *apud* RIBEIRO 2011) indica alguns fatores a ser validados e analisados para aprimorar o desenvolvimento do setor:

> - Impacto da crise no comércio de ouro e prata;
> - Aumento do uso de gemas no lugar de peças só de ouro;
> - Estagnação relativa da produção de pedras preciosas no Brasil, com a participação crescente de concorrentes externos (África);
> - Redução, nos países europeus (Itália, por exemplo), da produção e do consumo de joias, este em menor escala, inclusive transferindo parte da produção e/ou de seu acabamento para países com menor custo, a exemplo da China, Turquia e Vietnam. Houve decréscimo acentuado, também, no consumo e nas importações dos Estados Unidos e do Japão;
> - Tendência de crescimento mais acelerado do consumo de joias em países produtores/exportadores de petróleo, como os países árabes, Rússia, Nigéria, Indonésia, além da China;
> - Participação crescente de bijuterias e folheados com desenhos inovadores nos mercados interno e externo;
> - Manutenção da tendência do mercado interno ser crescentemente atendido por ateliers/oficinas de designers/ourives, bem como pela produção das próprias lojas;
> - Vendas de joias pela internet, como uma nova tendência no Brasil;
> - Redução da informalidade em toda a cadeia produtiva de gemas e joias no Brasil;
> - Preocupação crescente com os aspectos éticos e de sustentabilidade. (RIBEIRO, 2011, pp. 25-26 apud IBGM, 2010).

Há, ainda, outros pontos a serem destacados:

> - O mercado é altamente competitivo e o Brasil deve apresentar produtos inovadores e diferenciados;
> - A imagem do Brasil ainda não é associada à fabricação de joias, e sim ao de fornecedor de pedras preciosas;
> - O Brasil não tem capacidade instalada, nem mecanismos de apoio, que permitam a rápida montagem de infraestrutura para competir na produção de joias de massa; e
> - Já existe no país um forte movimento de design, tanto de profissionais autônomos quanto nas indústrias, que pode ser mais bem estimulado e orientado para uma estratégia de formação de imagem. (RIBEIRO, 2011, pp. 27 apud IBGM, 2005)

4.3.2 Panorama no Distrito Federal

Embora existam estudos voltados para o setor de design de joias de abrangência nacional, o mesmo não ocorre no contexto local. A atividade teve mais destaque na década passada e, recentemente, faltam estudos.

Entre as décadas de 1990 e 2000, o cenário da joalheria no DF se expandiu com o auxílio de ações de fomento de entidades como Sebrae, APEX Brasil e IBGM. A atuação é em diversos nichos de mercado, desde os mais artesanais aos tecnológicos, voltados para a produção em série; a diversidade no uso de materiais, que distingue o valor agregado e a formação de mercado.

As ações do setor atualmente são isoladas, como o Museu de Gemas, que até 2015 encontrava-se no mezanino da torre de TV em Brasília, quando passou aos cuidados do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília. Aberto em 1996, o Museu foi uma iniciativa conjunta do Sebrae e da Secretaria de Turismo do GDF. O Sebrae e o IBGM são as principais organizações de promoção, bem como de fomento e de representação do setor joalheiro no DF, respectivamente.

No DF, há entidades privadas de ensino de joalheria, ateliês, espaços de *coworking* e lojas colaborativas. No ensino da joalheria, os cursos de ensino de técnicas de joalheria são em grande parte temporários (cursos e oficinas livres, sazonais) ou em escolas estabelecidas. Os destaques são a Escola de Joalheria, Arte e Design Fernando (Cassio) Mundim, desde 1997, e o Curso de Joalheria (e design) Olivieri, ambas na Asa Norte (Plano Piloto), responsáveis pela formação de grande parte dos designers contemporâneos ativos. O recém fundado NoSSo Ateliê, no Lago Norte, é um espaço destinado a cursos, espaço de *coworking* e oficina aberta para seus associados. Há também profissionais que atuam no ensino em seu próprio espaço, como o Ateliê Andrea Tibery. No departamento de Design da UnB, foi realizada uma reforma, entre 2004 e 2005, de duas salas para abrigar um laboratório de joias, solicitada pelo Instituto de Artes (IDA) e executado pela Prefeitura do Campus da UnB. Há notícia de um grupo de pesquisa no Laboratório de Desenvolvimento em Design em Acessórios de Moda, que também aborda do tema, mas não conseguimos mais informações sobre seu funcionamento.

De modo geral, o mercado de design de joias no contexto local do DF segue em transformação e crescimento constantes. O conhecimento multiplica-se devido à ampliação de rede de escolas e cursos livres do setor, especialmente na área de joias contemporâneas. A joia artesanal tem se destacado no DF nos últimos 15 anos para um público consumidor que busca e valoriza o fazer artesanal aliado ao design.

O processo produtivo comumente é solitário e autônomo. O designer de joias normalmente desenvolve e gerencia todo o projeto da coleção, desde o conceito e esboço criativo - usando técnicas manuais, digitais, ou a combinação de ambas -, para definir um conceito e produzir uma coleção, até a fabricação. Além das competências de design, acumula cultura em design, moda e arte, o que lhe permite interpretar tendências, estilos, necessidades de mercado e do consumidor e desenvolver propostas de design criativas e inovadoras. O conhecimento de diferentes técnicas industriais e de estratégias de marketing ou comunicação são necessárias para que possa interagir adequadamente com o mercado e compreender toda a cadeia produtiva.

A RIDE/DF previa APLs (arranjos produtivos locais) – que tinham o objetivo de criar e fortalecer vínculos de articulação, cooperação e aprendizado entre empresas do mesmo setor, aumentando a capacidade de negociação com o governo local, financiadores, ensino, pesquisa e sociedade (CODEPLAN, 2008). No município de Cristalina, um APL de joias, previa a capacitação e o desenvolvimento em design para a produção de artefatos a partir de matérias-primas minerais locais. No Novo Gama – GO, um APL de vestuário para o aperfeiçoamento da produção. Em Valparaíso-GO, um APL moveleiro para capacitação na produção e design para melhoria da produção e expansão do potencial de mercado aumento. O principal mercado foco destes APL's é Brasília, principal catalisador do desenvolvimento destes municípios do entorno do DF, devido ao alto poder aquisitivo da população e sede de instituições financiadoras e formadoras de mão de obra qualificada.

Há uma forte presença deste setor no mercado de luxo, devido à alta concentração de renda, com peças executadas a partir do uso de pedras e metais preciosos. A designer Carla Amorim é uma referência que se destaca neste cenário, produzindo e comercializando peças de alto luxo para clientes de Brasília e além dessas fronteiras, para todo o Brasil e mercados internacionais.

Atualmente, devido a crises no mercado e às mudanças de paradigma, a joalheria local tomou outros rumos e se expande para uma linguagem e valor agregado mais acessíveis. O cenário profissional contemporâneo se caracteriza por duas realidades distintas: o trabalho pessoal *versus* o design para uma

empresa, dois aspectos que demandam a mesma importância. No DF, grande parte dos profissionais atuantes se autodeclaram como autônomos e adotam meios próprios de fabricação. São produções de pequeno e médio porte, com estilo próprio. As indústrias de joias locais, quando detectadas, se caracterizam por assumirem um perfil voltado para a produção massificada de peças não autorais, como alianças, cordões, pingentes e outros (CHAVES, 2018).

Um terceiro perfil de produção, relativamente recente, envolve a utilização de softwares de renderização e modelagem para projetar peças através de corte a laser e tecnologias de impressão 3D, uma cadeia produtiva que utiliza os Fab Labs[23] como suporte. Há, ainda, designers multidisciplinares que atuam com joalheria, mas também desenvolvem outros tipos de produtos, e não se autodeclaram designers de joias (CHAVES, 2018).

5. DIAGNÓSTICO ECONÔMICO PARA O DESIGN NO DF

Por ser jovem para uma cidade, e ao mesmo tempo o centro político do País, a vocação para o crescimento econômico do DF ainda se estabelece e mostra tendência de expansão territorial para a região sul. Os índices de criatividade e a formação multicultural do DF se revelam um ambiente propício para a economia criativa, que parece florescer de modo especial na Capital do País.

A economia criativa gira em torno de US$ 8 trilhões por ano no mundo, o que representa de 8 a 10% do PIB mundial. Entre 2002-2011, o crescimento do comércio mundial de produtos e serviços criativos saltou de U$ 62 bilhões (2002) para US$ 172 bilhões (2011), mais que o dobro, numa taxa média anual de 8,8% no período. Nos países em desenvolvimento, a taxa de crescimento das

[23] "A rede Fab Lab iniciou há 10 anos, quando Neil Gershenfeld, professor do MIT e diretor do Centre of Bits and Atoms, começou a lecionar o curso "How To Make (almost) Everything" [Como fazer quase de tudo, em tradução livre]. A princípio as aulas eram direcionadas apenas para um pequeno grupo de alunos, mas, para a surpresa de Neil, centenas deles apareceram.[...] Hoje são mais de 200 laboratórios pelo mundo, 2 deles já estão operando no Brasil (o Fab Lab SP e o Garagem Fab Lab) e vários outros estão por vir. Cidades como Curitiba, Belém, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis já estão planejando os seus Fab Labs." Fonte: https://fablabfloripa.wordpress.com/2013/11/28/afinal-de-contas-o-que-e-um-fab-lab/, acesso em 25/08/2018.

exportações de produtos e serviços criativos foi maior que a média, de 12,1% 2002-2011, alcançando o volume de US$ 227 milhões, em 2011. No Brasil, a entrada de riqueza pelos setores criativos na economia brasileira foi de R$ 155,6 bilhões, em 2015 (GDF Setul, 2017; FIRJAN, 2016b; ACCO, 2016).

Com registro de 22 mil pessoas atuando em economia criativa (EC), o setor de serviços no DF é responsável por 71% de toda atividade econômica da Capital. Isto representa a contribuição de 1,5% da EC ao mercado local e de 3,7% do setor serviços a toda a riqueza produzida no DF (R$ 6,2 bilhões anuais) (GDF Setul, 2017).

Apesar dos talentos promissores e da abertura da população do DF para o desenvolvimento da economia criativa e do design, se confirma nesta pesquisa a suspeita de que o DF, em relação a outros estados, é tímido na captação de recursos para inovação e design. A aplicação em projetos nas fontes de recursos locais permanece a principal prática de captação de recursos pelas empresas de design no DF, sendo praticamente inexpressivo o acesso a instrumentos nacionais.

Neste documento, é apresentado um levantamento de algumas linhas de financiamento e fomento oferecidos por entidades nacionais a todo o País e aquelas exclusivas para o DF e região. Com recursos reembolsáveis ou não, estas fontes são uma amostra dos recursos atrativos disponíveis tanto para empresas como para Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) para o fomento às vocações criativas para a sustentabilidade do DF no século XXI.

5.1 Investimentos e linhas de financiamento do design no Brasil

No Brasil, o investimento em design tem linhas de financiamento direcionado a empresas, a institutos de ensino e pesquisa e de cultura. Em face do baixo índice de captação dos recursos disponíveis, especialmente no nível nacional, no DF - de instrumentos de financiamento e fomento para o design, recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis - o intuito desta seção é sinalizar que não será por falta de recursos que bons projetos de design ficarão na gaveta.

O investimento e linhas de financiamento exclusivamente para design no Brasil são embrionárias, se comparadas a outros países (BRASIL MDIC, 2014), embora tenham crescido visivelmente nos últimos anos. Se considerarmos as

disponíveis para inovação que podem ser utilizadas para o design – nem todas o contemplam -, se amplia a disponibilidade de recursos. Por esta razão, esta seção irá tratar de linhas de fomento à inovação e ao design.

Os financiamentos no País a empresas se apresentam de diferentes formas a depender do tamanho da empresa. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Sebrae (Serviço Nacional de Apoio às Pequenas e Microempresas) estão entre os principais fomentadores nacionais. As regras e limites são distintos para as empresas de acordo com seu porte (Quadro 12). O BNDES e a Finep adotam a mesma nesta classificação utilizada pelo Mercosul (ANPEI, 2009-2010).

Uma outra modalidade de apoio a ações de design é via incentivos fiscais, muito utilizada nas linhas de apoio à cultura. Os principais destinos destes recursos são para eventos técnicos ou de promoção e para estudos e pesquisas.

Especificamente para região Centro-oeste, também estão disponíveis linhas de financiamento e fomento (Quadro 13).

5.2 Financiamento e fomento

No Brasil, se encontram linhas de financiamento, subvenções econômicas e de fomento para o atendimento técnico ou tecnológico em inovação e em design. Empresas e instituições de ensino e pesquisa podem obter apoio financeiro para investir em inovação em instituições ligadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), como a Finep e o CNPq, bem como nas Fundações de Apoio à Pesquisa (FAP) em cada estado. Para as empresas, existem linhas de crédito especificas para a inserção do design e para inovação no BNDES, ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Para empresas, o acesso a consultorias, programas gratuitos ou subsidiados e a capacitação é ofertado por entidades privadas de interesse público de apoio ao setor, notadamente do sistema “S” - como o Sebrae, o Senai e o Senac.

Entre 2002 e 2015, o Brasil viveu um momento muito propício a inovação, com diferentes linhas de financiamento disponíveis a empresas, institutos de ensino e pesquisa e outros. Muitas das linhas ainda estão disponíveis ou foram

renovadas, e outras extintas. Naquele período, se constatou que o País respondia com uma grande demanda por recursos para inovação, revelando que a economia brasileira mudara de patamar de investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Os fundos de cultura e os financiamentos aplicáveis a economia da cultura passaram a ser fontes de financiamento de estudos e ações de promoção do design, desde que passou a integrar os setores da cultura, em 2010. Um exemplo é a Lei Rouanet, disponíveis a pessoas físicas (PF) ou jurídicas (PJ), que contemplou, entre outros, os projetos das Bienais Brasileiras de Design.

A subvenção econômica é um instrumento de concessão financeira para a inovação em empresas largamente utilizado em políticas dos países desenvolvidos, que é operado de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), que é largamente utilizado em políticas dos países desenvolvidos. Em agosto de 2006, foi a primeira vez que um instrumento desse tipo foi disponibilizado no País – o Programa de Subvenção Econômica, da Finep. O objetivo foi promover um aumento significativo das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do País. Atualmente, é uma modalidade disponível por outros órgãos financiadores além da Finep, como o BNDES.

> Essa modalidade de apoio financeiro consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades. O marco-regulatório que viabiliza a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei 10.973, de 02.12.2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 11.10.2005 (LEI DA INOVAÇÃO), e da Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto no. 5.798 de 07 de junho de 2006 (LEI DO BEM)". (BRASIL, MDIC *apud* BRASIL Finep, 2014).

O Sebrae, desde 2006, vem contribuindo para o fortalecimento, sustentabilidade e competitividade dos negócios criativos, por meio de apoio à produção cultural da música, da dança, do teatro, do audiovisual, das artes visuais, das artes gráficas, das artes plásticas e das artes cênicas (SEBRAE, 2015b, p. 14). Atualmente, o Sebrae é um dos mais importantes sensibilizadores dentre as entidades de apoio ao setor produtivo sobre a importância do design para pequena e microempresas.

O levantamento a seguir é resultado de vasta pesquisa, não exaustiva, com amostragem no nível nacional e regional de uma série de fontes de financiamento que podem ser captadas por empresas, órgãos públicos, associações, cooperativas, academia e outros para inovação e design.

Quadro 12 - Amostra de linhas de financiamento nacionais para o design e inovação

FINANCIAMENTO NACIONAL					
FONTE DO FINANCIAMENTO	**LINHA DE FINANCIAMENTO**	**TIPO DE FINANCIAMENTO**	**VALOR**	**PÚBLICO ALVO**	**CONTRAPARTIDA**
BNDES	BNDES Pilotos de IoT (Internet of Things)	Financiamento (até 50% não-reembolsáveis)	Mínimo de R$ 1 milhão por projeto-piloto	Instituições tecnológicas (IT) e Instituições de Apoio (IA) - Cidades, Saúde e Soluções p/área rural	Não especificado
Senai, Sesi e Sebrae	Edital de Inovação para a Indústria	Apoio técnico e infraestrutura tecnológica para inovação	R$ 55 milhões. Aportes de até R$ 400 mil	Grandes e médias empresas; MPEs; MEI; Startups de base tecnológica	Não especificado
APOIO A INOVAÇÃO					
BNDES	BNDES I – Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro e incentivo à cadeia produtiva da cultura	Não reembolsável	Fluxo contínuo. Financiamento de até 100% do valor dos itens financiáveis	- Entidades e órgãos públicos; e - Instituições privadas sem fins lucrativos sediadas no País -p/ sítios arqueológicos, heranças arquitetônicas do período colonial, bibliotecas, teatros e museus tecnológicos	Se envolver patrimônio cultural de propriedade de entidades ou órgãos públicos, ou sob sua gestão, haverá necessidade de contrapartida financeira ou não financeira.
	BNDES - Procult	A taxa de juros depende da forma de apoio, do porte do cliente e de cada item financiado. Prazo de carência de 4 a 5 anos.	A partir de R$ 1 milhão para investimentos e planos de negócio	Empresas das cadeias produtivas da economia da cultura	A partir de 20% do valor dos itens financiáveis.
	BNDES Automático – projetos de investimento	O prazo de carência não poderá ultrapassar 3 anos e o prazo total não poderá ultrapassar 20 anos.	Até R$ 20 milhões	Empresas sediadas no País; produtores rurais (pessoa física); empresários individuais com CNPJ regularmente inscrito; entidades e órgãos públicos; fundações, associações e cooperativas; consórcios e condomínios que exerçam atividade produtiva.	- MPE: até 100% dos itens financiáveis. Grandes empresas: - incentivadas (setores prioritários): até 80% total do projeto, limitada a 100% dos itens financiáveis. - padrão: até 60% total do projeto, limitada a 100% itens financiáveis.

FINANCIAMENTO NACIONAL					
FONTE DO FINANCIAMENTO	**LINHA DE FINANCIAMENTO**	**TIPO DE FINANCIAMENTO**	**VALOR**	**PÚBLICO ALVO**	**CONTRAPARTIDA**
	BNDES Automático – Emergencial	Até 90 meses, carência de até 36 meses. Acima de R$ 200 mil (incluído o valor da Comissão de Garantia), o prazo total é até 5 anos, incluídos carência de 3 a 24 meses.	R$ 2,5 milhões por cliente a cada período de 12 (doze) meses para capital de giro isolado, até R$ 5 milhões	MPMEs individuais de responsabilidade limitada, MEI, produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas); e cooperativas.	Não especificado
	Cartão BNDES	Prazo para pagamento de até 48 meses, em prestações fixas e iguais	Limite de R$ 2 milhões por banco emissor do Cartão	Médias empresas, MPEs, MEI e clubes, sindicatos e associações	
	BNDES Microcrédito – Empreendedor	Prazos e taxa administrativa (até 3% sobre o valor financiado) negociados com o agente operador na abertura de crédito	Até R$ 20 mil	MEI formais e informais	
	Fundo Tecnológico – BNDES Funtec	No ano de 2018, Os focos de atuação para 2018 são atendidos por meio do BNDES Pilotos IoT.			
	BNDES MPME Inovadora	Investimentos em geral, até 10 anos, carência de até 4 anos Capital de giro isolado, até 5 anos, carência de até 2 anos	R$ 20 milhões. Para capital de giro, o limite é de R$ 10 milhões.	Empresas com sede e administração no País, de todos os setores, e empresários individuais com CNPJ devidamente registrado, ambos com faturamento ou renda anual de até R$ 300 milhões.	Até 90% dos itens financiáveis.
BNDES Finem	Design e fortalecimento de marcas	Até 5 anos, com até 18 meses de carência.	Entre R$ 10 e R$ 30 milhões por Grupo Econômico, por cada período de 2 anos	Empresas sediadas no País; Fundações, associações e cooperativas; e Entidades e órgãos públicos.	MPEs, 100% dos itens financiáveis. Demais clientes, 80% do valor do projeto, limitada a 100% dos itens financiáveis. Financiamento de capital de giro associado, até 30% dos itens financiáveis
	Infraestruturas culturas	Até 20 anos	A partir de R$ 10 milhões		
	Conteúdos culturais e editoriais				
	Inovação	Até 20 anos (taxas mais atrativas que os anteriores)	Entre R$ 10 e R$ 100 milhões, até 80% do projeto - 100% dos itens financiáveis		Até 80% do valor total do projeto, limitada a 100% dos itens financiáveis.

FINANCIAMENTO NACIONAL					
FONTE DO FINANCIAMENTO	**LINHA DE FINANCIAMENTO**	**TIPO DE FINANCIAMENTO**	**VALOR**	**PÚBLICO ALVO**	**CONTRAPARTIDA**
OUTRAS FORMAS DE APOIO DO BNDES					
BNDES, Finep e outros	Plano Inova Empresa	Crédito, subvenção econômica e recursos não reembolsáveis	Conforme o edital.	Parceria entre ICTs e empresas e investimento de forma direta em empresas ou pelos fundos setoriais foco	Não especificado
BNDES	Renda variável	- Subscrição de Valores Imobiliários - Participação em Fundos de Investimento - Aquisição de Ações Pregão Bolsa de Valores - Aquisição de Certificados de Investimento	Variável	Fortalecimento de empresas brasileiras	Operação na bolsa de valores
Finep – Não reembolsável					
Finep e Sebrae	Tecnova	Subvenção econômica	Entre R$ 120 e R$ 400 mil - Regiões SE e Sul: até 75 projetos, R$ 15 milhões por UF - Demais regiões: até 45 projetos, R$ 9 milhões por UF	Inovação conjunta de MPEs para um rápido crescimento	De acordo com a Carta de Salvador
Finep	Inovacred	96 meses para pagamento com até 24 meses de carência	Entre R$ 150 mil e R$ 10 milhões	Empresas com receita operacional bruta de até R$ 90 milhões e ICTs	Não especificado
	Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec)	Subvenção econômica	De acordo com o edital	Empresas brasileiras. Atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.	De acordo com o edital
	Finep Startup	Subvenção econômica e financiamento reembolsável	Até R$ 1 milhão	Empresas de base tecnológica, com receita bruta anual de até R$ 3,6 milhões, associadas à ICTs	Capital semente. Contrato de Opção de Subscrição de Participação no Capital Social ou instrumento conversível.
Finep – Reembolsável					
Finep	Finep Conecta	De 15% a 50% do valor, 100% financiado. Até 192 meses	Disponibilidade de R$ 500 milhões	Cooperação ICT-Empresa	Indicação da ICT pela empresa captadora

FINANCIAMENTO NACIONAL					
FONTE DO FINANCIAMENTO	LINHA DE FINANCIAMENTO	TIPO DE FINANCIAMENTO	VALOR	PÚBLICO ALVO	CONTRAPARTIDA
	Finep Telecom	80% do Plano Estratégico de Inovação (PEI), carência - 12 meses, prazo - 36 meses	Entre R$500 mil até R$ 630 milhões	Empresas brasileiras. Adquirir produtos de telecomunicações	Não especificado

FONTE DO FINANCIAMENTO	LINHA DE FINANCIAMENTO	TIPO DE FINANCIAMENTO	VALOR	PÚBLICO ALVO	CONTRAPARTIDA
Lei Orçamentária Anual	Cultura Viva	Orçamento Estatal operado por editais e/ou apoio direto a projetos específicos direcionados da Lei da Cultura	De acordo com edital/Termo de Compromisso Cultural	Grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural.	Prestação de contas
	Emenda Parlamentar	Termo de Fomento de autoria de um membro do Poder Legislativo, reservado a projeto específico, operado por órgão do executivo. de recursos para despesa governamental. No DF são 2% da receita corrente líquida, dividida entre os 24 parlamentares da Câmara Legislativa, que podem apresentar até 25 emendas por ano.	De acordo com estado e natureza da Emenda.	Projeto e Instituição (OSC) com mediação da secretaria responsável. - Promoção e Difusão Nacional e Internacional da Produção de Design do DF; Brasília Capital Criativa; Fomento a Empreendimentos e Territórios Criativos; Desenvolvimento de micro e pequenas empresas; etc.	Não especificado
MinC	Lei de Incentivo à Cultura – LIC (Lei Rouanet)	Benefício fiscal. Apresentação proativa, benefício concedido por carta de captação.	Benefício fiscal de desconto de ICMS ou ISS PJ sobre o lucro real de 1% a 3% do imposto devido. Desconto de 6% para PF e 4% para PJ no IR.	PJ e PF com experiência comprovada em cultura. Patrocínio a projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)	Ações educativas, culturais e outros definidos em projeto
MINISTÉRIO DO TRABALHO Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT)/ Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)	PROGER Todas as modalidades	Financiamento dos programas do FAT (seguro-desemprego, ações de pagamento de benefício, qualificação e requalificação profissional e orientação e intermediação do emprego e programas de geração de emprego e renda. Investimento a longo prazo,	A depender do programa e do operador.	Trabalhador registrado nas leis trabalhistas vigentes, microempreendedores formais ou informais, pequenas empresas e negócios, médias e grandes empresas, cooperativas e associações de produção interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade	Não especificado

Fonte: Diversas, elaborado pelas autoras.

Quadro 13 - Linhas de financiamento disponíveis no Centro-oeste para inovação e design

FINANCIAMENTO ESPECÍFICOS PARA O CENTRO – OESTE/DF					
FONTE DO FINANCIAMENTO	**LINHA DE FINANCIAMENTO**	**TIPO DE FINANCIAMENTO**	**VALOR**	**PÚBLICO ALVO**	**CONTRAPARTIDA**
FAC	Fundo de apoio à cultura	Não reembolsável	De acordo com o edital	Pessoas físicas ou jurídicas do DF, titular do Certificado de Ente e Agente Cultural (Ceac); Projetos Culturais	Facultativo ao edital
FAP	Fundo de apoio à pesquisa	Subvenção econômica	De acordo com o edital	Pesquisadores e Profissionais em CTI, instituições de ensino ou pesquisa, instituições governamentais atuantes em CTI do DF	Não especificado
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO Empresarial e FCO Rural	Financiamento de até 100% dos bens, reembolsável, até 20 anos	Até 100% dos bens a depender do porte da empresa e região.	Empresas de vários portes, cooperativas, produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas.	
FDCO	Fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste	Financiamento de até 80% do investimento total do projeto, limitado a 90% do investimento fixo, reembolsável até 20 anos para projetos de infraestrutura e 12 anos para demais.	Investimento igual ou superior a R$ 20milhões	Projetos, ações e serviços prioritários no Plano de desenvolvimento do Centro-Oeste	Taxa de juros de acordo com Conselho Monetário Nacional

Fonte: Diversas, elaborado pelas autoras.

5.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES é uma empresa pública federal, fundada em 1952, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que fornece às empresas brasileiras de todos os segmentos da economia financiamentos para projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Trata-se de um dos maiores bancos de investimento do mundo e o principal instrumento do Governo Federal para financiamento de longo prazo dos segmentos da economia brasileira. As modalidades de financiamento do Banco são em programas (de caráter transitório), produtos e fundos, alguns destinados a setores específicos da atividade econômica. Cada um desses mecanismos tem suas regras próprias, de acordo com os objetivos a que se destinam (BRASIL BNDES, 2018).

O BNDES internalizou o tema da economia da Cultura em 2006, sob a ótica do desenvolvimento econômico, e equiparou os setores culturais aos já apoiados na área industrial. Naquele ano, foram criados o Decult (Departamento de Economia da Cultura), na área industrial do Banco, e o Procult – Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura, que até 2009 esteve dedicado exclusivamente a cadeia de audiovisual. Em 2013, o Procult já abrangia todas as cadeias produtivas da economia da cultura, com condições de crédito mais atrativas a projetos inovadores e o financiamento de planos de negócios, em vez de projetos. A inovação foi reconhecida como fator de competitividade das empresas nesta linha de fomento e equiparada aos investimentos intangíveis de P&D. Os setores de design, fortalecimento de marcas e moda estão entre os beneficiados por financiamento, cujas adequações bancárias a setores criativos se valeram de mecanismos não convencionais (MESSIAS F. B., 2017).

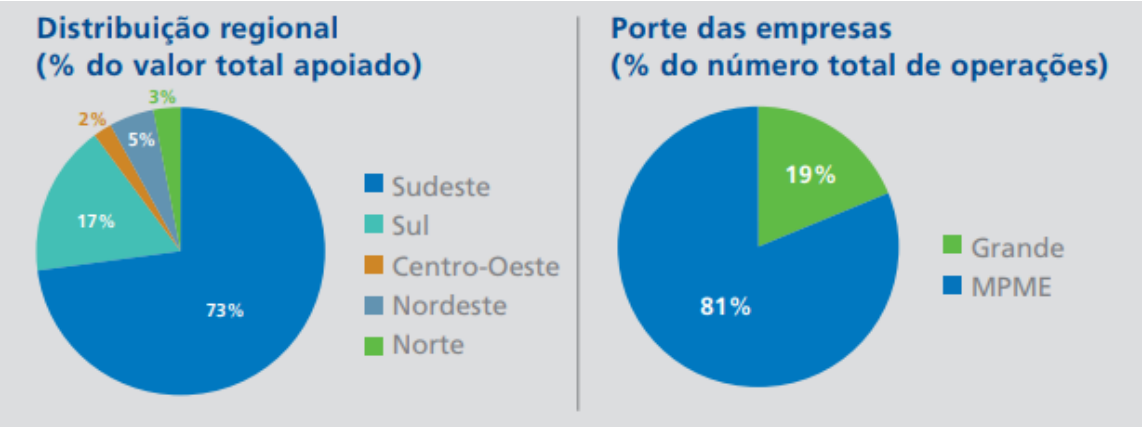
Além do Procult, o BNDES diversificou e disponibilizou outros mecanismos de fomento aos setores criativos O Fundo Tecnológico (Funtec) promove parcerias entre empresas e institutos de pesquisa tecnológica; os investimentos da Linha BNDES Inovação; o Programa BNDES Prodesign, atual BNDES Finem – Design e fortalecimento de marcas, que financia gastos em design, moda e fortalecimento de marcas como incentivo ao desenvolvimento de novos produtos; e o Cartão BNDES, para os casos de operações indiretas, inclusive para estúdios de design e empresas que queiram contratar serviços externos design (MESSIAS F. B., 2017).

Rumores recentes na imprensa (julho/2018) dão conta de que a atual direção do BNDES irá extinguir o departamento de Economia da Cultura, uma volta a meados do século XX do ponto de vista de tendências internacionais de desenvolvimento. A inegável tendência a desmaterialização da economia vem ao encontro da reconhecida criatividade brasileira, um diferencial do País que não deve ser ignorado pelas autoridades como fator diferencial de competividade e inclusão produtiva.

5.3.1 Apoio à Inovação

Os Programas e Fundos de apoio à inovação (Quadro 12) são voltados a um determinado segmento de atividade econômica, com condições financeiras próprias, caráter transitório, dotação orçamentária limitada e prazo de vigência definido. A operação é por meio de um ou mais produtos de financiamento disponibilizados pelo Banco. Alguns dos programas têm impacto direto para o segmento do design e outros, indireto, bem como o DF pouco se utiliza desses mecanismos, a saber: BNDES Fundo Cultural – Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro e BNDES Procult.

Gráfico 26 - Distribuição regional e por porte de empresas dos investimentos do BNDES Procult entre 2007 e 2016



Fonte: (BRASIL BNDES, 2018).

O

Gráfico 26 ilustra a distribuição regional dos investimentos realizados pelo Procult, entre 2007 e 2016. Embora não haja detalhes sub-regionais, se confirma a baixa participação da região Centro-Oeste, a menor dentre as regiões do País.

Os produtos do BNDES definem regras gerais de condições financeiras e procedimentos operacionais do financiamento. São os mecanismos mais básicos e de mais fácil acesso de crédito a longo prazo do Banco. Dentre eles, destacam-se: BNDES Automático, BNDES Automático - projetos de Investimento, BNDES – Emergencial, Cartão BNDES, BNDES Microcrédito – Empreendedor, BNDES Finem – Design e fortalecimento de marcas, BNDES Finem – Inovação, BNDES Finem – Conteúdos culturais e editoriais.

Os Fundos de Apoio à Inovação são fontes de recursos, estatutárias ou legais, criado com objetivos, condições e procedimentos operacionais específicos. Dentre os fundos que apoiam a inovação e que contemplam o design, estão: Fundo Tecnológico – BNDES Funtec, e BNDES MPME Inovadora.

5.3.2 Outras formas de apoio do BNDES

O BNDES prevê, ainda, duas outras formas de apoio: o Plano Inova Empresa e a Renda Variável, que investe em setores tradicionais da economia, porém financia a empresas desses setores o design como diferencial de inovação (

Gráfico 27 e Gráfico 28).

Gráfico 27 Histórico de apoio às empresas BNDES Renda Variável 2007-2018

Gráfico 28 - Demonstrativo de ativos e setores de investimento do BNDES Renda Variável 2007-2018

Fonte: (BRASIL BNDES, 2018).

5.4 Financiadora de estudos e projetos (FINEP)

A Finep, vinculada ao MCTIC[24], é uma das principais agências no suporte à inovação de produtos, processos e serviços no País. A Finep investe em três modalidade e clientes: 1) Pesquisa básica nas universidades; 2) Pesquisa aplicada nos institutos de pesquisa; e 3) Atividades de inovação nas empresas. Sua missão é "promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por intermédio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação" (C, T&I) nesses clientes. A Finep financia o Sistema de C, T&I com a oferta de recursos na modalidade de empréstimos reembolsáveis, não reembolsáveis (subvenção econômica) e capital de risco – como sócia do empreendimento. Sua atuação é em parceria com empresas, institutos, centros de pesquisa, organismos governamentais, investidores e entidades do terceiro setor (BRASIL MDIC, 2014).

[24] Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A Finep vem investindo no desenvolvimento do design de diferentes formas, desde editais TIB (Tecnologia Industrial Básica), de gestão, para *startups* e outras formas tanto em pesquisa aplicada, que consideram o design como parte do processo produtivo, quanto em estudos e como mecanismo de desenvolvimento.

5.4.1 Finep Financiamento Reembolsável

São créditos concedidos a instituições que demonstrem condições para desenvolver projetos de PD&I[25] e capacidade de pagamento. Há prazos de carência e amortização, que são calculados pela combinação de prazos de execução dos projetos, geração de caixa e capacidade de pagamento da empresa (BRASIL MDIC, 2014). Dentre os principais estão: Tecnova e Inovacred Empresa e ICTs.

Existem, ainda, outras linhas de financiamento da Finep focadas no fomento à inovação em setores específicos. Cada linha tem sua especificidade, mas de forma geral buscam atender às necessidades de desenvolvimento de inovações. Entre estas estão as linhas Inova: Inova Saúde, Paiss (processamento da biomassa da cana de açúcar), Inova Aerodefesa, Inova Agro, Inova Energia e Inova Petro (FINEP, 2018).

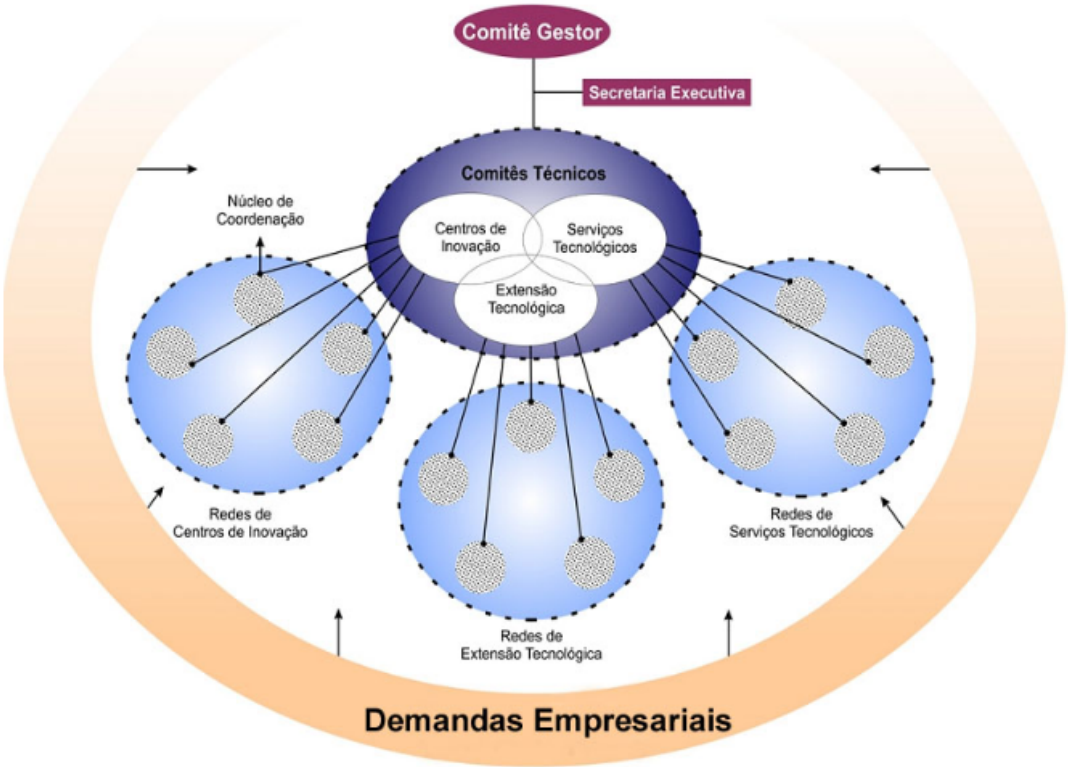
5.4.2 Finep Financiamento Não Reembolsável

A Finep, desde 2006, disponibiliza subvenção econômica a empresas brasileiras, a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (custos e riscos inerentes às atividades compartilhados com a empresa beneficiada) no custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. As concessões são por meio de chamadas pública com valores, prazos e exigências específicas em cada uma. Por serem sazonais, os editais são disponibilizados no site da Finep, onde podem ser consultados (FINEP, 2018). Em 2017, foram duas chamadas públicas para empresas, institutos de ciência, tecnologia e inovação (ICTs) associadas a empresas e instituições

[25] Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

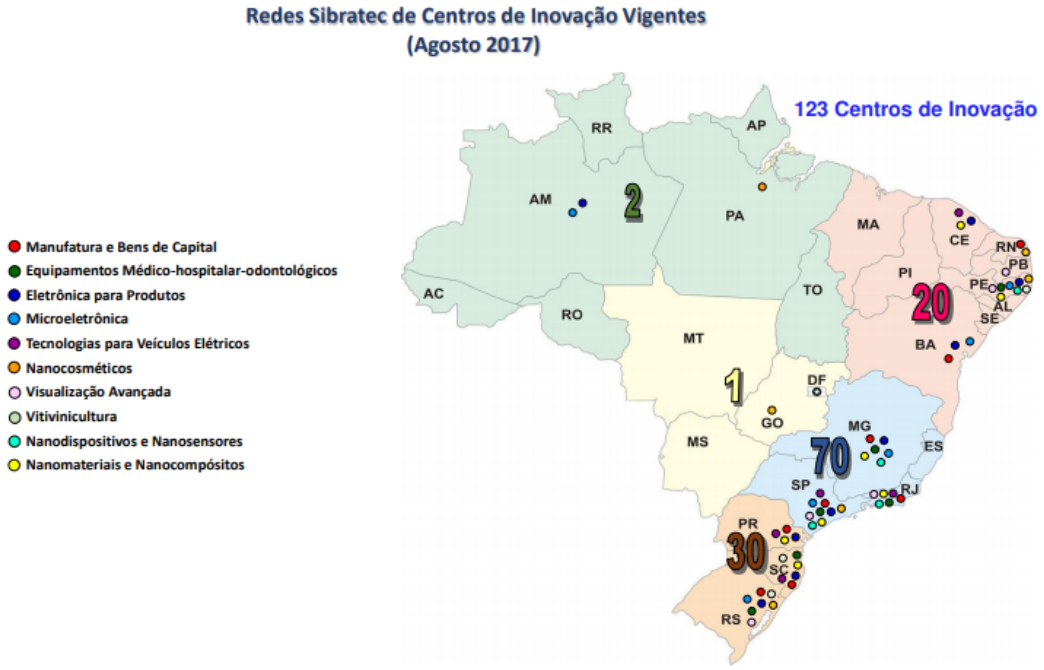
de pesquisa que beneficiaram iniciativas do DF, inclusive. As modalidades que mais afetam a atividades de design são: Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) (Figura 20), Finep Conecta e Finep Telecom.

Figura 20 - Esquema de governança do Sibratec



Fonte: REDETIC, 2018 *apud* MCTI.

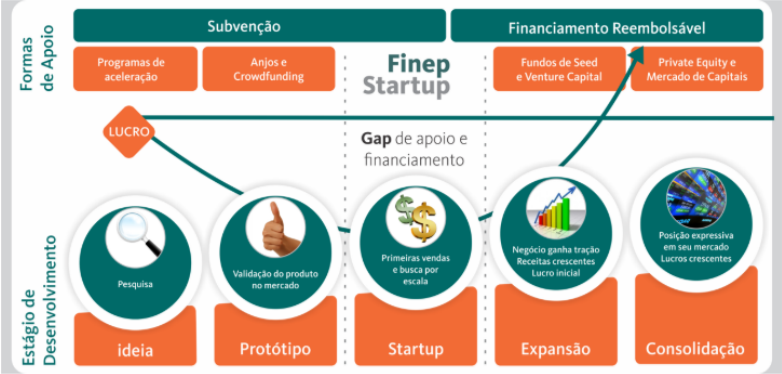
Figura 21 - Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos (2017)



Fonte: MCTIC, 2018.

Em 2017, a Finep anunciou o primeiro Escritório da Regional da Finep no Centro-oeste, em Brasília. O objetivo é atender a demandas da região e de segmentos como agronegócios e os grandes parques industriais, bem como a região de Anápolis, que abriga cerca de 30 indústrias de fármacos. Na ocasião, foram anunciados três programas de inovação para o DF (FIBRA, 2017), a saber: Finep Startup, cujo objetivo é apoiar a inovação em empresas nascentes, intensivas em conhecimento, por meio de recursos financeiros para cobrir o *gap* entre o aporte de programas de aceleração, investidores-anjo e ferramentas de financiamento coletivo (*crowdfunding*) e os Fundos de Seed Money e Venture Capital, cujo o fluxo encontra-se ilustrado na Figura 22.

Figura 22 - fluxo de recursos e fase do programa Finep Startup



Fonte: (FINEP, 2018).

Os temas habilitados para o aporte financeiro e financiamento são Agritech, Building Information Modeling (BIM), Cidades Sustentáveis, Defesa, Economia Criativa, Educação, Energia, Fintech, Healthtech, Mineração, Petróleo e Química. As tecnologias habilitadores são Biotecnologia, Blockchain, Inteligência Artificial, Internet das Coisas (IoT), Manufatura Avançada, Microeletrônica, Nanotecnologia e Realidade Aumentada, Realidade Virtual e Realidade Mista (FINEP, 2018).

5.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

O Sebrae produziu, desde o início do programa Via Design, em 1996, uma série de estudos e ampliou significativamente sua atuação em design, que hoje é parte de sua política de inovação para MPE e MEI. Para que estas empresas tenham acesso aos serviços, o Sebrae criou uma série de estratégias de capacitação, tanto destinadas aos empreendedores quanto aos prestadores de serviços para lidar com pequenas empresas, bem como mecanismos de acesso aos serviços a custos relativos viáveis às MPE e MEI (SEBRAE, 2018).

O Sebrae é atualmente um dos mais importantes sensibilizadores dentre as entidades de apoio ao setor produtivo sobre a importância do design para pequena e microempresas. Desde 2006, vem contribuindo para o fortalecimento, sustentabilidade e competitividade dos negócios criativos, por meio de apoio à produção cultural da música, da dança, do teatro, do audiovisual, das artes visuais, das artes gráficas, das artes plásticas e das artes cênicas (SEBRAE, 2015b, p. 14).

O principal apoio atualmente oferecido pelo Sebrae às empresas para a inserção do design é o Programa SebraeTEC – Serviços em Inovação e Tecnologia, um instrumento para o acesso de MPE aos serviços. O Programa seleciona, organiza e classifica a oferta de serviços e capacita o prestador de serviço, de um lado, e os oferece às empresas, de outro. Os serviços de design que fazem parte do programa são para design de ambiente, design de comunicação, design de produto e design de serviço. O custo para as empresas é de 30% do valor da consultoria, que pode ser divido em até 10 vezes no cartão (SEBRAE, 2013; SEBRAE, 2018).

Em 2010, uma parceria do Sebrae com a Adegraf, por meio do SebraeTEC, viabilizou cerca de 36 projetos de design gráfico em MPEs, entre os quais embalagens, que muitas vezes são o único recurso de marketing que este porte de empresa dispões no ponto de venda.

5.6 MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTB)

O MTb, órgão da Administração Federal Direta, entre suas competências, está o financiamento à inovação, com prioridade aos micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais. A principal fonte de recursos é o FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), criado em 1990[26], para fomentar ações ligadas ao Seguro-Desemprego e Abono Salarial. A partir de 1991[27], os recursos do FAT puderam ser destinados a financiamento sob quatro premissas básicas: 1) Geração de emprego e renda, envolvendo projetos produtivos economicamente viáveis; 2) Descentralização setorial e regional; 3) Compatibilidade com a política pública e as prioridades socioeconômicas do Governo Federal; e 4) Regularidade com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte dos tomadores de crédito. Entre janeiro e dezembro de 2017, as linhas de crédito

[26] Lei 7.998, de janeiro de 1990.

[27] Lei nº 8.019/90, alterada pela 8.352/91.

do FAT alcançaram 194.952 contratos, com a disponibilidade R$ 4.740.246.258,00 (BRASIL MTb, 2018).

Dentre as linhas de financiamento do FAT, estão as diferentes modalidades do Programa de Geração de Emprego e Renda FAT- PROGER, instituído em 1994[28] para promover a geração de renda e sua operação, desde 1995, é por meio de agentes financeiros autorizados (atualmente Banco do Estado da Amazônia – BASA, Banco do Brasil S/A – BB, Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – CAIXA e Financiadora de Estudos e Projetos – Finep). O MTb monitora, supervisiona e avalia o Programa, não atua na análise ou na concessão dos financiamentos. As linhas de crédito disponíveis (Quadro 14) são a partir de R$ 30 mil, destinadas a investimentos de longo prazo a setores específicos. Estão disponíveis para microempreendedores, formais ou formais, pequenas empresas e negócios, médias e grandes empresas, cooperativas e associações de produção interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade – à época, foi uma abertura a essas unidades que disponham de pouco, ou nenhum, acesso ao sistema financeiro convencional. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o PROGER atua de forma complementar aos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO). A Secretaria do Trabalho/SINE do DF foi uma das instituições que serviram como referência na revisão do Programa, em 1998 (PORTAL DO EMPRÉSTIMO, 2018; BRASIL Mtb, 2016; BRASIL MTE FIPE, 2012; BRASIL MTb, 2018).

Além do FAT Inovacred, operado pela Finep, as modalidades disponíveis no Proger Urbano foram consideradas as de maior importância estratégica e com maior repercussão em termos de linhas de crédito, com crescimento acentuado no número de contrações desde sua instituição. Especialmente entre 2003 e 2007, foram criadas novas

[28] Resolução n. 59 do CODEFAT, em 25 de março de 1994.

linhas nesta modalidade, o que ampliou os tipos de beneficiários – MPEs, grandes empresas, empreendedores do setor informal, profissionais liberais, professores, consumidores -, os destinos dos créditos - investimento, capital de giro, exportações, inovação tecnológica, política industrial, melhoria da infraestrutura e habitação - e os setores atingidos - comércio, serviços, agropecuária, indústria, agroindústria, construção civil, agricultura familiar e turismo (BRASIL MTE FIPE, 2012).

Quadro 14 - Divisão dos Programas/Linhas de Crédito do Proger por Setor de Atividade

Setor de Atividade Programas/Linhas	Setor de Atividade Programas/Linhas
Pequenos Empreendimentos	**Exportação**
Proger Urbano Investimento — MPE	FAT Exportar
Proger Urbano Capital de Giro — MPE	Proger Exportação
Proger Turismo Investimento — MPE	**Inovação e Difusão Tecnológica**
Proger Turismo Capital de Giro — MPE	FAT Pró-Inovação (Finep)
Proger Urbano Investimento — Cooperativas e Associações	Proger Professor
Proger Urbano Investimento — Profissional Liberal	FAT Inclusão Digital
FAT Empreendedor Popular; PCPP e PNMPO	**Política Industrial**
FAT Eletrodomésticos	FAT Fomentar
Proger Urbano Investimento — Jovem Empreendedor	FAT Integrar
Infraestrutura	FAT Giro Setorial
Proemprego	**Área Rural**
Protrabalho	Proger Rural
FAT Infraestrutura Econômica	Pronaf
FAT I. E. — Insumos e Bens de Capital sob Encomenda	FAT Integrar — Rural
Construção Civil	FAT Giro Rural
FAT Habitação — imóveis residenciais	FAT Giro Cooperativo Agropecuário
FAT Material de Construção	**Iniciativas Específicas**
FAT Revitalização	FAT Moto-Frete
FAT Vila Panamericana	FAT Taxista

Fonte: (BRASIL MTE FIPE, 2012, p. 22).

Vale destacar, no âmbito dos financiamentos disponíveis com recursos do FAT a modalidade FAT Cultura, instituída em 2016[29], para pessoas jurídicas, inclusive MEI, da cadeia produtiva da Cultura com faturamento bruto anual de até R$ 3,6 milhões. Apesar da cadeia do design não estar entre as beneficiárias do financiamento, os serviços de design são itens financiáveis, o que impulsiona a atividade associada à cultura. O teto para financiamento é de R$ 400 mil reais (BRASIL Mtb, 2016).

5.7 Financiamento exclusivamente para o DF

O financiamento do design no DF segue uma lógica parecida com o restante do País, com os investimentos inseridos no contexto da inovação ou da cultura. As principais fontes de investimento e fomento ao design e à inovação no DF são a FAP-DF (Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal), gerido pela Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal (GDF); o FAC-DF (Fundo de Apoio à Cultura do DF), gerido pela Secretaria de Cultura do GDF; o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), operado principalmente pelo Banco do Brasil; e o FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste), cujo financiamento é aprovado pela SUDECO (Superintendência de Financiamento do Centro-Oeste) e a operação é por meio de agente financiador autorizado, no caso do DF. Os investimentos do FCO contemplam contratação de serviços de design por empresas e estão, aos poucos, migrando para o FDCO, que em breve deverá extinguir o primeiro.

O BRB fez um convênio para a ser operadora de recursos da Finep, desde a abertura do escritório em Brasília, em agosto de 2017. O BRB também é um dos patrocinadores da Casa Cor Brasília, com o Lounge BRB Design. Em 2018, realizou uma

[29] Resolução CODEFAT no. 761, de 2 de maio de 2016.

Seleção Pública de Projetos para Patrocínios Culturais e de Entretenimento[30], via BRBCard, que entre os itens financiáveis, contemplava o design.

Pró-DF é uma concessão de benefícios econômico, fiscal e de Financiamento Especial para o Desenvolvimento – FIDE - ao empreendimento produtivo do DF. O objetivo é de implantação, realocação, expansão, modernização e reativação de empreendimentos produtivos nos setores econômicos. O mesmo benefício referente ao ICMS também se aplica ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), o que favorece os prestadores de serviços da capital (GDF SDE, 2012).

6. REUNIÃO DO GRUPO FOCAL – RESULTADOS

No dia 26 de junho de 2018, das 14h às 18h, na sede do IBICT, em Brasília, realizou-se a I Reunião da temática de Economia Criativa no âmbito do Projeto Brasília 2060, com o Grupo Focal de Design no Distrito Federal - ação Descoberta Empreendedora, Especialização Inteligente. Participaram da atividade representantes de entidades públicas e privadas, membros da academia, empreendedores e governanças locais. O grupo contou com 19 representações institucionais (Quadro 15 - Entidades participantes e representadas no Grupo Focal de , o que permitiu o intercâmbio de conceitos para a metodologia da pesquisa e articulação entre eles.

Quadro 15 - Entidades participantes e representadas no Grupo Focal de Design

ENTIDADE	ENTIDADE	ENTIDADE
ABRADI	Danilo Vale Design	NOUS/Força Criativa
ADEPRO	Grupo AG	ONI Design
ADEGRAF	IESB	SEBRAE

[30] Seleção Pública de Projetos para Patrocínios Culturais e de Entretenimento pela BRBCARD - 2018 PROCESSO Nº 2017.00007.000512-62

BSBFAB LAB	IFB	SETUL DF
CODEPLAN	Mercado Sul Taguatinga	Tunico Lages Design
Comoequetala	NOSSO	UnB
IEL/FIBRA		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Foram apresentados os primeiros resultados do Diagnóstico do Design do Distrito Federal, onde o design se relaciona com economia criativa numa interface entre tecnologia e cultura. Se trata de um entendimento de design como processo para sociedade, empresas e governanças.

Foi escolhida a aplicação da metodologia da SWOT – também conhecida como FOFA – para identificação de possíveis cenários. O objetivo foi detalhar o sistema, registrá-lo e, em seguida, priorizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças – abaixo - do setor como um todo, e não somente um segmento específico do design.

Tem relevo alguns dos debates que tiveram palco naquela Reunião. Em primeiro lugar, a questão da educação e de formação de público e de uma cultura local de design, sob consenso acerca de uma certa invisibilidade do design pela sociedade. Entre as sugestões, observar outras cidades-membro da Rede de Cidades Criativas da Unesco, como Buenos Aires e Bogotá, que incluíram a criatividade no currículo escolar, inclusive o design. Iniciativas locais recentes neste sentido existem, a exemplo da primeira turma de técnicos em design de móveis do DF que irá se formar em breve no campus Samambaia do IFB (ver Anexo 2). Mesmo a formação acadêmica no design é relativamente recente no DF, tornando-se uma disciplina ainda jovem no contexto geral.

O segundo ponto é sobre a capacidade de produção em uma cidade com baixo desempenho fabril, especialmente para o design de produtos, o que dificulta, inclusive, o acesso a matéria prima. Outras características, como o distanciamento entre os meios de produção, a baixa instrução técnica, as dificuldades de importação e de exportação de insumos, a escassez de políticas públicas, os problemas de escoamento da produção e a carência de fornecedores fizeram parte desta narrativa. De outro lado, jovens e

talentosos designers associam o design de produtos vinculado a produção criativa, que não necessariamente está conectada à grande indústria. Pequenos negócios estão no mercado com uma produção mais autoral e artesanal, uma tendência descentralizadora em que não há a necessidade exclusiva do designer trabalhar somente para a indústria. A produção atual se caracteriza por possuir diferentes escalas sob demandas específicas, com alto valor agregado e maior autonomia. Em Brasília, já se identifica o pensamento pós-industrial, e com isso o desenvolvimento econômico no DF não deve se espelhar em localidades com passado industrial no País.

O terceiro ponto, relacionado ao anterior, é com o design pode ser um veículo para soluções de questões relacionadas à absorção de potenciais de trabalho e contribuir para incluir produtivamente a massa de desempregados do DF. A indústria local pode ser repensada com foco em termos de pequenas produções e empresas de menor porte, descentralização e economias colaborativas. Diante deste debate, se questiona sobre como o design pode, em diferentes e inovadoras cadeias produtivas. Pensar uma estrutura que não precisa ser gigantesca, mas descentralizada, pequena e incentivada.

Ao design gráfico e outros segmentos que envolvem tecnologia, esta problemática não se aplica da mesma forma. O DF possui estrutura mais ordenada, como é o caso do Setor de Indústrias Gráficas, que oferece um bom suporte para o desenvolvimento da cadeia produtiva. O movimento de *startups* e outros modelos de negócio nascentes, que unem design e tecnologia, trouxe novos paradigmas para análise.

O quarto ponto é o alto poder aquisitivo de Brasília, visto tanto como oportunidade quanto ameaça. Como poderia o design atrair este potencial para o consumo interno? O fluxo de pessoas do serviço público e os altos salários também influenciam no padrão de consumo no DF. Cita-se, especialmente, a estabilidade econômica e de empregos e a demanda por novos produtos, ao menos, de 4 em 4 anos, quando novos servidores públicos transitam no DF, e quando da posse espalhada ao longo do ano de concursados.

Por outro lado, é consenso que o setor privado está mais conectado com o design do que o governo, que ainda pouco compreende o design como estratégia[31]. Uma ação recente que pode contribuir para mudar este quadro, foi o preparo da candidatura de Brasília para a sua candidatura a rede de cidades criativas da Unesco, liderada pela Setul. Se de um lado gera perspectivas ao setor, por outro gera questionamentos, como, por exemplo, até que nível é a atuação do design local e suas intersecções com outras áreas, como o artesanato? E com a tecnologia? Brasília pode ter uma vocação para *todo tipo de* design? Focar em produtos que necessitem de suprimentos de uma indústria específica? Um exemplo citado foi a cidade de Toronto, no Canadá, que também é integrante das redes criativas da Unesco e, no entanto, não possui uma produção de design embasada em produtos tridimensionais, mas sim, digitais. Deve-se analisar que fator é suficiente para uma cidade de design, como fazer para preservar esta ação e quais serão os impactos no setor a longo prazo.

[31] Uma excessão, notadamente, são os órgãos de controle interno (ver subseção 'Laboratórios de Governo' na seção DESIGN E INOVAÇÃO, deste documento), para os quais, provavelmente, a qualidade da informação é mais importante do que aos órgãos de comando e de prestação de serviço.

Quadro 16 – Matriz SWOT – Aspectos e abordagens

	Forças	Fraquezas	Ameaças	Oportunidades
Mercado	Poder aquisitivo alto e estável	• Ainda não entendemos que há oportunidades e mercados locais / população não conhece potencial do setor	• Concorrências públicas e privadas que só consideram orçamento	• Consumidor de alto poder aquisitivo / 1ª geração de brasilienses como mercado de consumo
Cultura	• Arquitetura de Brasília reconhecida mundialmente • Ambiente cosmopolita - bom acesso à informação internacional • Universo cultural sofisticado de Brasília	• Baixa cultura do Design (Formação de público para o design)	• Pouco conhecimento por parte do serviço público do potencial do design	• Brasília na Rede de Cidades Criativas da UNESCO
Produção	• Setor em desenvolvimento - motivação para somar recursos criativos e produtivos • Atividades afinadas com vocação de Brasília - ações pioneiras locais • Espaços de encontro e colaboração (*coworking*) • Atividade de design requer pouco espaço físico (favorece PMEs)	• Custo da produção local (Carga tributária / Especulação imobiliária)	• Custos elevados • Instabilidade econômica	• Crescimento da soft indústria / Corridas tecnológicas • Design de Serviços
Política		• Distância entre academia, empresas e governos / Não existem parcerias entre público e empresas • Falta de Conexão entre regiões do DF / Marginalização das cidades satélites • Ausência de um plano estratégico de desenvolvimento do setor (corresponsabilidade de todos os elos da cadeia produtiva)	• Ausência de práticas públicas para inovação • Crises politicas • Políticas de governo de desindustrialização	• Design como potencializador social para inclusão produtiva • Exposições e feiras de design no DF • Brasília *Smart City* • Design *thinking* nas políticas públicas
Setorial		• Empacotamento do Design em setores / Falta de comunicação entre profissionais, entre setores e entre os vários projetos e lideranças	• Iniciativa segmentada do design / Tendência de pulverização	

Fonte: Grupo Focal, elaborado pelas autoras.

O potencial criativo não se restringe a um único território e o design não deve se posicionar exclusivamente como um item de luxo. Para o fortalecimento do setor, não se deve perder de vista os desafios e necessidades do mercado e da população do DF. A expansão do diálogo com a população de fora do Plano Piloto, e com outras cidades em desenvolvimento na região e no País, pode ser muito profícuo.

Embora existam diversas políticas públicas de incentivo local, em forma de financiamentos diretos ou indiretos para o setor, a comunidade de design cita a falta de apoio para o desenvolvimento de projetos. Neste sentido, é desejável maior interlocução entre entidades, academia, empreendedores, lideranças e outros membros do setor criativo. Conectar os grupos - de designers, entidades, governo e representatividades - é uma proposta[32]. Como é recente o desenvolvimento do design no DF, é compreensível a necessidade de amadurecimento no diálogo e na articulação.

A regulamentação da profissão foi outro tema polêmico, considerada uma política complexa que pode gerar bloqueios e poucas soluções, mas também pode ser interessante precisamente para o DF, no regimento de editais e concursos. Algumas normas vigentes estão em construção ou se mostram ultrapassadas, como é o caso do conflituoso das atribuições de arquitetos *versus* profissionais de design de interiores.

Os levantamentos identificam caminhos para o desenho de cenários futuros. Os resultados da dinâmica proposta no encontro construíram a matriz SWOT para o design no ambiente em questão. A listagem de todas as sugestões e as prioridades que constituíram a matriz SWOT estão no Anexo 3. Com base no Quadro 17, Anexo

[32] A partir desta reunião do Grupo Focal, as entidades representativas de profissionais do setor chegaram ao entendimento sobre se articularem em torno de interesses comuns. Resultados começam a aparecer rapidamente, como o site bsbdesign, a exposição expo Brrasília Design, no Teatro Nacional, cuja abertura foi em 30/08/2018, e o selo_brasília//design, uma construção coletiva que conta com o reconhecimento de todas as associações.

3, classificamos cada campo da matriz SWOT nos aspectos de mercado, de produção, política, cultura e de organização do setor, que permite algumas análises.

Observa-se que na autopercepção do setor não se identifica nenhuma Força política nem Oportunidades de organização setorial como ator no processo de desenvolvimento do setor neste cenário (Quadro 16). Este fato vem ao encontro da percepção de necessidade de amadurecimento pelo dialogo do setor.

Observa-se que na autopercepção do setor não identificam nenhuma Força política nem Oportunidades de organização setorial como ator no processo de desenvolvimento do setor neste cenário. São indicados como principais empecilhos à falta de legislação (regulação), as altas cargas tributárias e a falta de incentivos fiscais, reforçando o que foi identificado no diagnóstico sobre a inexpressiva captação de recursos disponíveis no DF. O baixo conhecimento dos profissionais que atuam no setor de design sobre fundos é um obstáculo a ser observado com relativo cuidado neste cenário, se isto se dá por falta de informação ou por excesso de precaução em assumir riscos.

Entre as sugestões, destacamos a indicação de criar um plano de design integrado para que se ampliem os espaços entre as diferentes ações em design. É desejável estabelecer diálogo com outras questões que foram levantadas, como mobilidade, emprego e especulação imobiliária, dada a transversalidade do design como elemento capaz de contribuir em todas essas temáticas.

Conclui-se que as Forças ou Fraquezas do design são questões do Brasil, e não somente do DF. A percepção do seleto público que esteve representado no Grupo Focal, indica carência de reconhecimento do design de Brasília e no DF – mais uma vez corroborando com a percepção de necessidade de amadurecimento do diálogo intersetores.

Recomenda-se fortemente a elaboração de um plano de design para Brasília Cidade Criativa do Design, construído a várias mãos e com responsabilidades e governança definida para sua gestão. O governo, a academia e a sociedade civil organizada (leia-se, setor organizado) devem se reconhecer como atores protagonistas e trabalhar juntos na construção de uma identidade que reflita a pluralidade do potencial do design no DF. A sociedade só irá reconhecer o design feito

no DF a partir do próprio reconhecimento e articulação do setor que, como demonstrado no cenário apurado a partir das discussões frutíferas do Grupo Focal, ainda é incipiente.

Tem relevo o entusiasmo e comprometimento de todos os participantes da reunião na continuidade das discussões e no endereçamento das iniciativas em eventos consecutivos que reúnem e consolidam as conexões iniciadas naquela oportunidade.

7. ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

A II Reunião deste projeto foi o Descoberta Empreendedora, Especialização Inteligente, realizada nos dias 24 e 25 de julho de 2018, no Hotel Imperial, em Brasília. A Reunião mobilizou os setores de design e de audiovisual que estiveram juntos durante palestras e plenárias de apresentação de resultados, e reunidos em separado durantes os trabalhos setoriais.

O grupo de design reuniu 32 pessoas nas atividades, inscritas por adesão espontânea pelo site do IBICT. Reunidos em quatro grupos, os participantes elegeram entre as propostas de todos os membros aquela que julgaram mais importante para o setor do design no DF atualmente. As ideias priorizadas nos dois setores receberam votos de representantes dos dois grupos, motivo que explica a votação superior ao número de participantes do grupo de design.

A seguir, estão apresentadas as ideias, que foram construídas por meio da ferramenta CANVAS, em ordem de prioridade, de acordo com a votação que receberam de todos os participantes da reunião. Note-se que é possível pensar as ideias inovadoras de modo integrado e articulado. A principal percepção do setor, acerca do desenvolvimento do design no DF, está centrada na articulação e facilitação da comunicação e trabalho conjunto entre todas as partes interessadas. Uma ação sistêmica e continuada é capaz de endereçar todas as iniciativas abaixo.

7.1 Ideia Inovadora I - Distrito Design (44 Votos)

A proposta do Distrito Design é formar um polo de design onde se concentram os mais diversos tipos de atividades para a promoção, desenvolvimento e fomento ao design. Se trata de um espaço para concentrar a troca de conhecimentos, com

espaços de *coworking*, concentração de profissionais criativos e troca de ideias. O objetivo do projeto um local voltado para o comércio criativo, com polo de negócios especializado para a integração entre indústria, comércio, e serviços em design. Este polo poderia ser descentralizado, instalado em espaços a serem revitalizados, bem como expandidos para as periferias da cidade para, assim, incrementar a interação da cultura e dos profissionais de design com a sociedade, inclusive por meio de atividades de laser.

Para viabilizar o Distrito Design, se pensou em parceria entre o governo local, associações de design (ADEGRAF/ABRADI/ADEPRO), Sebrae, Fibra, academia, FAC, CIEE, além de empresas. Esta parceria deverá pensar e articular projetos conjuntos para a inserção do design de modo transversal, em setores produtivos, governo, meio urbano, escolas e sociedade em geral. As funções dos parceiros são viabilizar o espaço físico e a estrutura, disponibilizar e viabilizar o acesso a linhas de financiamento específicas, fornecer apoio na divulgação, bem como de estimular a capacitação e pesquisa de toda a cadeia do design do DF nestes espaços.

As forças e oportunidades desta proposta são relativas à concentração das atividades em um só espaço para facilitar a integração dos subsegmentos do design, inclusive um núcleo de orientação e informação dos profissionais com novas oportunidades de emprego. Com isso, tem-se a partilha de experiências, a troca de serviços entre empresas, o estímulo, promoção e educação do público em geral para o consumo do design. A utilização da arte e cultura no fomento do setor é um fator favorável, além da partilha de experiências, troca de serviços entre empresas, descentralização e desenvolvimento da economia criativa, não somente no DF, mas também no entorno.

Como fragilidades e ameaças, está o receio de baixa adesão à ideia, falta de apoio governamental, de disponibilidade de recursos financeiros e de informações para que se implemente o projeto. A dependência de apoios públicos e privados, o baixo consumo de bens e produtos de design, devido à sazonalidade dos servidores públicos, também são pontos vulneráveis.

Os recursos necessários para que esta ideia seja implementada são a elaboração de políticas públicas para o fomento deste polo/distrito criativo e a criação

de um selo institucional de reconhecimento do design[33]. São necessárias também a formação de equipes técnicas e gestoras capacitadas para tal, a ocupação e revitalização de espaços que possam ser considerados degradados e suporte financeiro de modo geral.

Para colocar em prática esta ação, em primeiro lugar deve-se identificar os possíveis locais de instalação, por meio do mapeamento dos segmentos criativos para formação de polos em Brasília e nas cidades-satélites. Deve-se prospectar os investidores e empreendedores-alvo, priorizar ações e captar recursos para o projeto em editais e outras linhas de fomento.

As estratégias para atingir os objetivos são abarcar os vários setores do design, conectando-os com diferentes eventos para estimular o consumo dos produtos e serviços e assim atrair a população também pelo lazer e educação. A multidiversidade de segmentos com empreendimentos criativos, aliada a atuação na periferia em parceria com a economia solidária também são indicativos

Como sugestões externas, tem-se o estímulo à participação dos estudantes e de pessoas que não são designers nestes espaços, além de configurá-los com a atração de laboratórios de fabricação digital para o público em geral.

CANVAS GRUPO DE TRABALHO

a. Título da ideia inovadora
Distrito Design
b. Descrição da ideia
- Troca de conhecimentos - Coworking - Concentrar criativos - Local de comércio criativo - Local de troca de ideias - Polo de negócios criativos - Indústria, comércio, serviço em design concentrado em uma região

[33] Este já em andamento por iniciativa das associções de profissionais.

- Usar espaço a ser revitalizado - Interação do design com a sociedade por meio de atividades de lazer - Levar esses polos para as periferias
c. Parceiros e papeis
- GDF (local e estrutura) - ADEGRAF/ABRADI/ADEPRO (apoio e divulgação) - SEBRAE (capacitação) - Universidades (pesquisa e capacitação) - FAC e CIEE - Interação do setor produtivo com os profissionais do design - FIBRA (produção)
d. Forças e oportunidades
- Usar arte e cultura no fomento - Novas oportunidades de emprego - Integração dos subsegmentos do design em um só lugar - Investir na economia local / público alvo - Núcleo de orientação e informação dos profissionais de design - Estimular/promover/educar o público para o consumo - Partilha de experiências - Troca de serviços entre empresas - Descentralizar a economia - Desenvolvimento da economia criativa no entorno
e. Fragilidades e ameaças
- Baixa adesão à ideia - Falta de apoio governamental - Disponibilidade de recursos financeiros - Depende de apoios públicos e privados - Falta de informação - Baixo consumo / sazonalidade - Acesso com vulnerabilidade
f. Recursos necessários
- Espaços degradados - Elaboração de políticas públicas para fomentar o polo/distrito criativo - Criação de um selo institucional de reconhecimento do design - Equipe bem formada - Capacitações técnicas e de gestão empresarial - Verba para infraestrutura
g. Primeiros passos

- Tirar da mente e transforma em gente
- Identificar local
- Prospectar empreendedores-alvo
- Mapeamento geográfico dos segmentos criativos para formação de polos nas cidades-satélites
- Divulgação de panfletos informativos
- Realizar edital

h. Opção estratégica

- Atuar na periferia
- Abarcar os vários setores do design
- Usar e aplicar educação ambiental
- Captar recursos
- Fazer parceria com a economia solidária
- Atrair a população pelo lazer e educação
- Criar eventos para estimular o consumo dos produtos/serviços
- Multidiversidade de segmentos
- Empreender com criatividade

Sugestões Externas:

- Criar neste espaço aluguel de ferramentas (softwares, impressoras 3D etc.)
- A participação dos estudantes poderia contar como estágio curricular ou formativo
- Retroalimentação a partir de pessoas que não são designers

7.2 Ideia Inovadora II - Hub Design (27 Votos)

O conceito do HUB DESIGN é estabelecer um espaço físico e digital de visibilidade para negócios inovadores - como uma plataforma que une diversas disciplinas tecnológicas com o design -, para estimular a criação de uma identidade do design de Brasília. Como principais parceiros, estão elencados o apoio da UNESCO, como integração das cidades da Rede de Cidades Criativas; do Governo Federal e do GDF, para elaboração de políticas públicas; das instituições de ensino, para promover a capacitação e a pesquisa; da rede de designers e do setor privado, para movimentação da economia; e do Sebrae e sistema “S”, na formação de empreendedores.

As forças e oportunidades desta proposta são o título concedido a Brasília como cidade criativa do design, e o seu posicionamento como capital federal e centro político.

As fragilidades e ameaças são o baixo engajamento e a pouca articulação por parte da comunidade do design e da sociedade em geral, bem como a falta de diversificação na produção de bens e serviços.

Para que se implemente esta ideia são necessários espaços físico e digital, além de voluntários para atuarem no desenvolvimento. Um mapeamento de atores é o primeiro passo para a aplicação preliminar do projeto, tendo como estratégia principal o diagnóstico das micro identidades de Brasília.

Como sugestões externas, visa-se inserir esta plataforma em portais de renome, como o site designbrasil.org.br, e incluir a participação de estudantes como colaboradores da ação.

CANVAS GRUPO DE TRABALHO

a. Título da ideia inovadora
- HUB Design
b. Descrição da ideia
- Espaço físico e digital de visibilidade; - Diversas empresas que necessitam de algo específico (“Novo”), anuncia sua necessidade no HUB; - Criação de identidade do design de Brasília (DF); - Designer e empreendedor - faz e entrega; - Unir quem necessita com quem faz; - A plataforma é um algoritmo que une as partes;

- Várias disciplinas da UnB (tecnológicas) com design.
c. Parceiros e papeis
- UNESCO – Integrar as cidades da Rede de Cidades Criativas; - Governo – Federal/GDF – Elaborar políticas públicas; - Instituições de ensino- capacitação; - Designer (profissionais) – Movimentar a economia; - Setor Privado – empresas, profissionais liberais; - Empreendedorismo – Sebrae – formação empreendedora
d. Forças e oportunidades
- Título Brasília cidade criativa do design - Capital Federal- centro político
e. Fragilidades e ameaças
- Não engajamento; - Homogeneização do design; - Falta de articulação;
f. Recursos necessários
- Espaço físico; - Espaço digital; - Voluntários.
g. Primeiros passos
- Mapeamento de atores
h. Opção estratégica
- Territorialidade – Diagnosticar as micro identidades de Brasília
Sugestões Externas:
- Inserir esta plataforma no site designbrasil.org.br - A colaboração dos estudantes poderia servir de estágio obrigatório do curso.

7.3 Ideia Inovadora III - Capital Design (25 Votos)

O Capital Design é uma plataforma de design de fomento para startups. Seu foco se situa entre análise de mercado e educação empreendedora, com abordagem sobre o viver de design e a articulação entre os atores da cadeia do design na cidade. É uma ideia que visa revitalizar locais como W3 Sul e áreas nas cidades satélites e reprojetar a cidade sem prejuízo ao projeto original, mas a adequando a prioridades atuais, em linha com a construção de identidade do DF.

Os principais parceiros desta ideia são os institutos de educação, os governos locais e federais, as associações de design, microempreendedores e instituições do sistema “S”, além dos parceiros internacionais: UNESCO, ONU e Instituto Internacional de Moda e Design. Os papéis dos parceiros são estabelecer maior troca entre design e o público, fomentar a educação empreendedora e promover palestras, workshops, além da formação de coletivos.

As forças e oportunidades aqui são o título concedido a Brasília como cidade criativa e do design pela UNESCO, o momento atual de articulação entre os atores, o design de produtos que vem se desenvolvendo com mais identidade e engajamento na cadeia produtiva do DF e, por fim, a própria cidade com seu ar contemporâneo e diverso.

As fragilidades e ameaças que podem afetar esta ideia são a descontinuidade pela gestão do governo, a falta de políticas públicas, adequação contínua das demandas às premissas culturais e sustentabilidade do mercado e a escassez de captação de recursos para atrair parceiros financiadores. Ainda, foram citadas a evasão de profissionais e a falta de iniciativa de novos designers, no ato de empreender.

Para que o projeto seja posto em prática, investimentos em educação e capacitação, além do apoio da iniciativa privada e de políticas públicas se fazem necessários.

Os primeiros passos para a implementação deste conceito seriam promover ações na base educacional do design; e a criação de uma plataforma para gestão e promoção de eventos do setor, a fim de promover maior articulação entre os atores envolvidos, e para elencar e concorrer aos editais nacionais e internacionais.

Como estratégia tem-se a geração de uma plataforma única com um forte plano de comunicação para valorização e fomento do design, estimulando continuamente a adesão de novos atores e fortalecendo políticas públicas.

As sugestões externas a estas estratégias são o fortalecimento do design na sociedade para que o projeto se fortaleça. Unir a nova plataforma a outras já existentes, promover inserção e inclusão social por meio do mapeamento de profissionais informais e agregá-los a este sistema, além de estudantes. Por fim, construir conexões entre produtos locais com grandes redes como: C&A, Zara e Tok&Stock.

CANVAS DO GRUPO DE TRABALHO

<table>
<tr><td colspan="2">a. Título da ideia inovadora</td></tr>
<tr><td colspan="2">CAPITAL DESIGN</td></tr>
<tr><td colspan="2">b. Descrição da ideia</td></tr>
<tr><td>- Plataforma de design
- Fomento para startups
- Análise de mercado
- Viver design na cidade
- Educação empreendedora
- Articulação da pesquisa entre os atores da cadeia do design</td><td>- Revitalizar W3 Sul / cidades satélites
- Criar identidade do DF
- Reprojetar a cidade sem perder o projeto original, mas adequar ao Séc. XXI, “mudar por dentro”</td></tr>
<tr><td colspan="2">c. Parceiros e papeis</td></tr>
<tr><td>- Instituto Educação
- Governo local e federal
- Associações de design
- Microempreendedores
- Sistema S
- Universidades públicas e privadas
- Design e o público</td><td>- Educação empreendedora
- Palestras, workshops e coletivos
- Parceiros internacionais: UNESCO, ONU, Instituto Internacional de Moda e Design (Dar respaldo e visibilidade)</td></tr>
<tr><td colspan="2">d. Forças e oportunidades</td></tr>
<tr><td>- Reconhecimento da UNESCO
- Sustentabilidade
- Articulação entre os atores
- Design com mais identidade (produto)</td><td>- A própria cidade contemporânea e diversa
- Envolvimento de toda a cadeia: da educação ao produto</td></tr>
<tr><td colspan="2">e. Fragilidades e ameaças</td></tr>
</table>

- Descontinuidade - Nova gestão (governo) - Evasão - Zona de conforto - Falta de políticas públicas	- Adequação contínua das demandas às premissas culturais e sustentabilidade do mercado - Captação de recursos e atrair parceiros financiadores
f. Recursos necessários	
- Educação - Capacitação	- Iniciativa privada - FAC $$$
g. Primeiros passos	
- Promover ações na base (educação) - Gestão e promoção de eventos - Elencar e concorrer aos editais nacionais e internacionais	- Promover articulação entre os atores envolvidos - Elencar e articular os participantes (instituições e pessoas) - Criar plataforma
h. Opção estratégica	
- Plataforma única polo design - Reativar economia local - Valorizar e fomentar o design - Estímulo contínuo e permanente à adesão	- Plano de comunicação forte (fazer a cidade defender e pedir pela plataforma) - Política pública para design
Sugestões Externas:	
- Fortalecer o design na sociedade para comprarem o projeto - Seria ideal também fazer pontes e produtos específicos para o setor com: C&A, Zara, Tok&Stock - Inserir esta plataforma no site designbrasil.org.br - Unir com a outra ideia da plataforma - Promover inserção e inclusão social	- Mapear profissionais informais e agrega-los na plataforma - Produzir conteúdo EAD - A participação dos estudantes poderia servir como estágio formativo obrigatório - Desenvolvimento do design universal com estrutura da tecnologia assistida

7.4 Ideia Inovadora IV - Instituto de Negócios Criativos (22 Votos)

Esta proposta consiste na criação de um ambiente para co-criação e coprodução de projetos voltados ao desenvolvimento do design. Se trata de um banco de ideias com enfoque em ações como captação de investimentos para projetos culturais e de inovação, aproximação entre criativos e empreendedores e criação de novos negócios. Estes ambientes visam o envolvimento da comunidade local de cada polo, que seria “adotado” por uma das embaixadas presentes na Capital como cooperadora, o que tem o potencial de atrair intercâmbios com experiências nesses países.

Os principais parceiros deste conceito seriam entidades governamentais, tais como como Ministérios, GDF e agências de fomento e promoção, como Embaixadas, IBICT, Embrapa; academia e instituições de ensino, como Universidades Nacionais e Internacionais, Institutos Federais, SESI Nacional, Senai Nacional, IEL Nacional; e entidades privadas como bancos de desenvolvimento e empresários.

As principais forças e oportunidades identificadas são o título de Brasília como Cidade Criativa da Unesco e a vocação do DF para o design; a diversidade cultural local; o ensino de qualidade das Universidades; e os altos IDH e renda *per capita*.

Em contrapartida, as fraquezas e ameaças se situam nas esferas políticas e burocráticas: o cenário econômico desfavorável, a falta de políticas públicas, a burocracia de modo geral, dificuldade em captação de recursos e a escassez de infraestrutura e segurança para desenvolvimento de negócios. Outros aspectos abordados foram relativos a questões jurídicas, tais como proteção legal e propriedade intelectual.

Para que a ideia seja implementada, os recursos necessários são um planejamento de divulgação e difusão do projeto e um espaço físico devidamente equipado, com equipe especializada em projetos e capacidade de articulação.

Os primeiros passos são a estruturação do projeto, agregar parceiros e definir do espaço físico. Como estratégias a serem aplicadas, se sugere a incorporação das *expertises* existentes e disponíveis no DF, fortalecer parcerias locais e aproveitar espaços, estruturas e instituições já existentes - como é o caso do BioTIC.

As sugestões externas a esta ideia são sua descentralização, o que significa implementar este conceito também fora do Plano Piloto, e incluir o intercâmbio tecnológico e cultural, por meio das embaixadas, no plano de desenvolvimento do projeto.

CANVAS DO GRUPO DE TRABALHO

<table>
<tr><td colspan="2">a. Título da ideia inovadora</td></tr>
<tr><td colspan="2">INSTITUTO DE NEGÓCIOS CRIATIVOS</td></tr>
<tr><td colspan="2">b. Descrição da ideia</td></tr>
<tr><td>- Ambiente de co-criação/coprodução;
- Banco de ideias;
- Desenvolvimento;
- Captação de investimento;
- Fundo de Investimento;
- Projetos Culturais;</td><td>- Criador + Empreendedor;
- Banco de Ideias Criativas;
- Criação de novo negócio;
- Projetos de Design e Inovação;
- Envolvimento da comunidade local de cada polo;
- Cada polo produtivo terá uma embaixada como Cooperadora.</td></tr>
<tr><td colspan="2">c. Parceiros e papeis</td></tr>
<tr><td>- SESI Nacional
- Senai Nacional
- Universidades Nacionais e Internacionais;
- Embaixadas;
- IBICT;
- Embrapii;
- Ministérios;</td><td>- GDF;
- Bancos de Desenvolvimento;
- Embrapa;
- IEL Nacional;
- Institutos Federais;
- Empresários;
- Agências de Fomento.</td></tr>
<tr><td colspan="2">d. Forças e oportunidades</td></tr>
<tr><td>- Brasília Distrito Criativo da Unesco;
- Diversidade Cultural;</td><td>- Vocação do DF para Design;
- Boas Universidades;
- IDH e renda per capita altos;</td></tr>
<tr><td colspan="2">e. Fragilidades e ameaças</td></tr>
<tr><td>- Cenário econômico desfavorável;
- Políticas Públicas;
- Burocracia;
- Captação de recursos;</td><td>- Proteção legal;
- Infraestrutura e segurança;
- Propriedade Intelectual;
- Lei de patentes;
- Concorrência desleal.</td></tr>
<tr><td colspan="2">f. Recursos necessários</td></tr>
<tr><td>- Divulgação e difusão;
- Equipes de pessoal;</td><td>- Espaço físico;
- Equipamentos</td></tr>
</table>

g. Primeiros passos	
- Desenvolvimento do projeto; - Identificar e agregar parceiros;	- Escolha do espaço
h. Opção estratégica	
- Incorporar expertises existentes; - Parceria local; - Espaço no BioTIC;	- Aproveitamento de espaços existentes; - Aproveitamento das estruturas / Instituições existentes.
Sugestões Externas:	
- Descentralizar: implementar fora do plano piloto; - Adoção das embaixadas deverá incluir intercâmbio tecnológico e cultural;	

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as considerações deste documento, a formulação de políticas públicas de design como oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal não deve passar desapercebido. Autoridades públicas e privadas são convidadas a olharem cuidadosamente para o grande potencial do design no território. A comparação de Mapas da Introdução denuncia o cenário pronto para ações de planejamento com vistas a apropriação pelo DF de seu visível potencial criativo.

As trocas de experiências possíveis por meio da Rede de Cidades Criativas da Unesco são potenciais catalizadores de um ciclo virtuoso de desenvolvimento com base em valores intangíveis da cultura e da criatividade.

O *Manual de Diseño Urbano de Buenos Aires,* criado pelo *Centro Metropolitano de Diseño* na primeira cidade-membro na categoria Design da Rede da Unesco, por exemplo, não encontra similar no DF nem para área tombada pela Unesco. A qualificação do meio urbano por meio de mobiliário adequado, passeios com acessibilidade a portadores de necessidades especiais, iluminação adequada, entre outros, não somente são oportunidades capazes de dinamizar a economia e o uso do espaço público, como também devem ser pensados como referências culturais e urbanas de cada localidade.

As paradas de ônibus onde é comum se perder algum tempo de espera, além de oferecerem poucas referências à cidade e ao transporte público, são precárias e inadequadas aos usuários, e frequentemente estão desconectadas do comércio e das estações de bicicletas não proprietárias, por exemplo. Estas desconexões ocasionam tanto o visível acúmulo de ambulantes no entorno das paradas como desfavorece a acessibilidade sistêmica modais de transporte. Com tantas referências naturais, culturais e arquitetônicas, o sentido de “tudo igual” que Brasília passa ao turista e aos moradores de outras regiões administrativas e do entorno poderia ser minimizada se as paradas de ônibus, bem como outros mobiliários urbanos, ampliassem a referência aos pontos turísticos, comerciais ou naturais próximos a cada uma. Um bom projeto de design é capaz de acomodar melhor a população e os serviços que se desenvolvem em torno das paradas de ônibus, bem como ressignificar o transporte público com uma experiência. Ações positivas podem atrair a população de maior

renda que, apesar de grande parte habitar em áreas com maior infraestrutura de transporte, está fortemente arraigada a cultura do automóvel.

Pequenas ações sinérgicas, que aliam o desenvolvimento urbano e territorial ao industrial de pequeno porte, incentivado e ordenado. Somados à agenda cultural gratuita da cidade, são ativos que podem transformar o potencial da cidade em destino turístico acessível, criativo, cultural e de design.

Além de potenciais produtos, que inclui a moda, é atuando em design gráfico que está a maior quantidade de profissionais no DF. O design gráfico está inserido nas cadeias produtivas dos setores criativos - alguns típicos como comunicação, audiovisual, arquitetura, gráfico, publicitário e editorial, e os da cultura -, mas também encontram-se profissionais de design atuando em interiores, produtos e processos, naas esferas itação pública e privada e até laboratórios de inovação para a melhoria da gestão do conhecimento e a formulação de políticas públicas. Com os resultado desta pesquisa, observa-se que os maiores investimentos em design no âmbito governamental são para a melhor comunicação com seu público, seja por publicações ou sites dos órgãos de governo. chama a atenção que estão em órgãos de controle do governo, onde a informação é mais valiosa para o órgão em vez do usuário. que os , bem como nas publicações e meios de comunidades das instituições públicas com o público são exemplos a serem aprofundados.

Por fim, não poderia deixar de sinalizar o potencial de inserção do design para além das fronteiras do DF, incluindo os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)[34] e outros munícipios próximos. Anápolis, por exemplo, conta com um parque industrial de fármacos, e nenhuma escola de design. Outro exemplo é a Embrapa, que é sabido o

[34] A RIDE – Distrito Federal e Entorno é constituída por 23 municípios: Abadiânia (GO), Água Fria de Goiás (GO), Águas Lindas de Goiás (GO), Alexânia (GO), Brasília (DF), Buritis (MG), Cabeceira Grande (MG), Cabeceiras (GO), Cidade Ocidental (GO), Cocalzinho de Goiás (GO), Corumbá de Goiás (GO), Cristalina (GO), Formosa (GO), Luziânia (GO), Mimoso de Goiás (GO), Novo Gama (GO), Padre Bernardo (GO), Pirenópolis (GO), Planaltina (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), Unaí (MG), Valparaíso de Goiás (GO) e Vila Boa (GO).

desenvolvimento de tecnologia aplicada a diferentes fins, em trabalhos no campo, de onde surgem muitas oportunidades identificadas pelos pesquisadores para o desenvolvimento de produtos - a exemplo do potencial do algodão colorido, apresentado na segunda reunião deste projeto.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCO, M. (2016). No limiar do novo: desafios para o financiameno da Economia Criativa no Brasil. Em L. C., & A. MACHADO, *Por um Brasil Criativo: significados, desafios e perspectivas da Economia Criativa Brasileira* (pp. 149-214). Belo Horizonte: Código.

ADG Brasil. (2014). *ADG Brasil*. Fonte: Censo ADG do Design Gráfico no Brasil: http://www.adg.org.br/institucional/censo-adg

ADG Brasil. (2017). *Relatório 12ª Bienal Brasileira Design Gráfico.* Brasília-DF: ADG Brasil.

ANPEI. (2009-2010). Guia Prático de Apoi à Inovação - Onde e como conseguir apoio para promover a inovação em sua empresa. *102*. Brasília: ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras. Acesso em 19 de 06 de 2018, disponível em http://www.ipdmaq.org.br/Portal/Principal/Arquivos/Downloads/Documentos/DETI/Guia%20Pr%C3%A1tico%20de%20Apoio%20a%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20-%20ANPEI.pdf

ANPROTEC. (2008). *POrtfolio de Parques Tecnológicos no Brasil.* Acesso em 18 de 06 de 2018, disponível em http://docplayer.com.br/2068354-Portfolio-dos-parques-tecnologicos-no-brasil.html

AUSTRÁLIA. (Outubro de 1994). *Creative Nation: Commonwealth Cultural Policy.* (G. d. Austrália, Ed.) Acesso em 13 de novembro de 2016, disponível em http://pandora.nla.gov.au/pan/21336/20031011-0000/www.nla.gov.au/creative.nation/contents.html

BENDASOLLI, P., & BORGES-ANDRADE, J. (mar/abr de 2011). Significado do trabalho nas indústrias criativas. *RAE*, 143-159. Acesso em 02 de 03 de 2017, disponível em http://www.pedrobendassolli.com/textos/stic.pdf

BEST, K. (2012). *Fundamentos de gestão do design.* Porto Alegre: Bookman.

BNDES. (2007). *O Setor de Móveis na Atualidade: Uma Análise Preliminar Setorial.* Acesso em 20 de julho de 2018, disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2469/1/BS%2025_O%20setor%20de%20m%C3%B3veis%20na%20atualidade_P.pdf

BNDES Cartão. (06 de 2017). Cartão BNDES - para sua micro, pequena e média empresa ir mais longe. Acesso em 20 de 06 de 2018, disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/4a582aaf-72ce-47df-938b-e7b8c5cb2a6f/Folheto-cartao-bndes-junho-2017.pdf?MOD=AJPERES&CVID=lTO3rcr

BOND, J. (14 de 10 de 2015). *GraphicsRCA: Fifty Years makes an impression in Brasilia*. Fonte: RCA 'News & Events: https://www.rca.ac.uk/news-and-events/news/graphicsrca-fifty-years-makes-impression-brasilia/

BORGES A.; HERKENHOFF P.; CARDOSO R. (2013). *Móvel brasileiro contemporâneo.* Rio de Janeiro: Aeroplano: FGV Projetos.

BRADESCO. (2017). *Indústria de móveis.* Acesso em julho de 2018, disponível em https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_industria_de_moveis.pdf

BRASIL BNDES. (17 de 06 de 2018). *Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social*. Fonte: BNDES: https://www.bndes.gov.br

BRASIL CNPq. (20 de 07 de 2018a). *www.cnpq.br*. Fonte: http://dgp.cnpq.br/planotabular/grupos/grupo_detalhe.jsp?detail=GR&pagina=1&variavel=NME_UF&anocenso=2010&filtro=NME_UF;%27Distrito%20Federal%27&filtro2=NME_AREA_ESTAT;%27Desenho%20Industrial%27

BRASIL CNPq. (20 de 07 de 2018b). *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes*. Fonte: Lattes CNPq: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area2

BRASIL MCTI. (2014). Estudo de Projetos de Alta Complexidade. *Indicadores de Parques Tecnológicos - Apoio Financiamento*. Brasília: CDT/UnB. Acesso em 18 de 06 de 2018, disponível em

http://www.cdt.unb.br/pdf/programaseprojetos/parquetecnologico/Estudo_PNI_Completo.pdf

BRASIL MCTI. (2016, estimado). Apresentação. *Programa Nacional de Apoio aos Parques Tecnológicos e às Incubadoras de Empresas – PNI*. (J. M. CAMPAGNOLO, Ed.) Brasília, DF. Acesso em 18 de 06 de 2018

BRASIL MCTIC. (2018). *Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação do Brasil*. Fonte: Sistema de Informações Estratégicas do SIBRATEC: http://sibratec.mctic.gov.br

BRASIL MDIC. (2014). *Diagnóstico do Design Brasileiro.* Brasília: Ministperio do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

BRASIL MEC. (2004). Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior - Resolução Nº5. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design.*

Brasil MinC. (2018). *Ministério da Cultura do Brasil*. Fonte: Chamamento Público Ministério da Cultura/Apex-Brasil nº 01/2018 - Mercado de Indústrias Criativas do Brasil (MICBR 2018): http://micbr.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/41/2018/05/Edital-MicBR-2018-28-05.pdf

BRASIL Mtb. (26 de 02 de 2016). *Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil*. Acesso em 21 de 06 de 2018, disponível em Fundo de Amparo ao Trabalhador: http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programas-de-geracao-de-emprego-e-renda-proger/historico-proger/

BRASIL MTb. (2018). *Informações Gerenciais do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER.* INFORME 2017, Ministério do Trabalho, Coordenação-Geral de Fomensto à Geração de Emprego e Renda, Brasília. Acesso em 21 de 06 de 2018, disponível em http://trabalho.gov.br/images/Proger/INFORME_2017.pdf

BRASIL MTE FIPE. (2012). *Avaliação do PROGER: Resultados e Perspectivas.* Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, São Paulo. Acesso em 21 de 06 de 2018, disponível em

http://trabalho.gov.br/images/Proger/AVALIACAO_PROGER_FIPE_RESULTADOS_PERSPECTIVAS.pdf

BROWN, T. (2010). *Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias.* Rio de Janeiro: Elsevier.

CAPES. (2017). *Relatório de Avaliação Quadrienal de Arquitetura, Urbanismo e Design.* CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação.

Cara, M. S. (2008). *Do Desenho Industrial ao Design - Uma crítica para disciplina.* FAUUSP.

CDT. (2018). *Programas e Projetos*. Fonte: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico/UnB: http://cdt.unb.br/programaseprojetos/index/programaseprojetos/

CEAG/ UnB. (2014). Inovação no setor público:uma reflexão a partir das experiências premiadas no concurso inovação na gestão pública federal. *Enap Cadernos 38*.

CHAVES, R. (2018). *Mapa Design Brasilia.* Brasília.

CNPq. (20 de julho de 2018). *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Fonte: http://dgp.cnpq.br/planotabular/grupos/grupo_detalhe.jsp?detail=LP&pagina=1&variavel=NME_UF&anocenso=2010&filtro=NME_UF;%27Distrito%20Federal%27&filtro2=NME_AREA_ESTAT;%27Desenho%20Industrial%27

CODEPLAN. (2008). Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em A Experiência da RIDE: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/A-Experi%C3%AAncia-da-Regi%C3%A3o-Integrada-de-Desenvolvimento-do-Distrito-Federal-e-Entorno.pdf

CODEPLAN. (2011). Acesso em junho de 2018, disponível em http://www.anuariododf.com.br/economia/economia-3

CODEPLAN. (2015). *Panorama da Economia Criativa no Distrito Federal.*

CODEPLAN. (2017). Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em Atlas do Distrito Federal 2017: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf

CORREIO BRAZILIENSE. (14 de junho de 2018). Lei agrega 12 novos municípios à Ride-DF. Brasília, DF.

COUTO, R. M. (2008). *Escritos sobre o ensino do Design no Brasil.* Rio de Janeiro: Rio Book's.

CUNHA, P. (2013). *Palestra sobre SIBRATEC* . Acesso em 20 de 06 de 2018, disponível em http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/46/004/46004097.pdf

DUARTE, G. A. (2011). A transferência da informação em arranjos produtivos locais de gemas e joias. *Dissertação de Mestrado*. Brasília, DF: UnB.

ESBRASIL. (29 de 05 de 2018). BioTIC - o parque tecnológico de Brasília. Brasília, DF. Acesso em 06 de 06 de 2018, disponível em esbrasil.com.br/parque-tecnologico-de-brasilia

FECOMÉRCIO. (2012). *Fercomércio-SP.* Acesso em 20 de 05 de 2018, disponível em Conselho de Criatividade e Inovação: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_04_2012_17.43.59.94e7e758050da332ccbf8f2329c4dcfb.pdf

FIBRA. (22 de 08 de 2017). *Finep chega à Brasília com foco em fomento à inovação e tecnologia*. Acesso em 20 de 06 de 2018, disponível em Federação das Indústrias de Brasília - FIBRA: https://www.sistemafibra.org.br/fibra/sala-de-imprensa/noticias/1483-finep-chega-a-brasilia-com-foco-em-fomento-a-inovacao-e-tecnologia

FIBRA. (2017). Proposta para o Desenvolvimento Industrial do DF : agenda – 2017 – 2018. Brasília.

FINEP. (2018). *Financiadora de Estudos e Projetos*. Fonte: Finep Startup: http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/finep-startup

FIRJAN. (dezembro de 2014). *Mapeamento da Indústria Criativa.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Acesso em 12 de novembro de 2015, disponível em FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro: http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx

FIRJAN. (2016a). *Indústria Criativa - Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Acesso em junho de 2018, disponível em http://www.firjan.com.br/economiacriativa/pages/default.aspx

FIRJAN. (2016b). *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*. Acesso em 27 de 05 de 2018, disponível em Economia Criativa: http://www.firjan.com.br/economiacriativa/

FIRJAN. (2016b). *Mapeamento da Indústrias Criativa no Brasil.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Acesso em 16 de 02 de 2017, disponível em http://www.firjan.com.br/economiacriativa/download/mapeamento-industria-criativa-sistema-firjan-2016.pdf

FLORIDA, R. (2002). *A Ascenção da Classe Criativa.*

FLORIDA, R. (4 de 2008). Ascenção da Classe Criativa. (e. USA, Ed.) *O Capital de Risco Encontra a Alta Tecnologia, 13*, 30-32. Acesso em 20 de 11 de 2016, disponível em http://www.america.gov/publications/ejournals.html

GARCIA, A. d. (2005). *Estudo de mercado e pesquisa de benchmarking para o setor moveleiro do DF.* Brasília: SEBRAE.

GDF SDE. (2012). *INVISTA EM BRASÍLIA: Capital do Brasil, Cidade Criativa e Sustentável do Século XXI.* Fonte: http://wbrasilia.com/investimentos/gdf.pdf

GDF Setul. (2017). *Dossiê da Candidatura de Brasília a cidade criativa do Design.* Secreataria de Turismo, Esporte e Laser do GDF. Brasília: Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do DF.

GNova. (2018). *GNova Laboratório de Inovação em Governo*. Acesso em 24 de 08 de 2018, disponível em https://gnova.enap.gov.br

GUERRA, M. L. (2015). joalheria de côco e ouro: Registros da tradição do design de joias no município de Diamantina/MG.

Hunt, J. (2012). Letter from the editor. *The Journal of Design Strategies, 5*(1).

IESB. (20 de 06 de 2018). *Graduação Curso Design Gráfico*. Fonte: Instituto de Educação Superior de Brasília: http://www.iesb.br/graduacao/curso/design-grafico

IFB . (2015b). Plano de Curso Técnico de Nível Médio em Design de Móveis.

IFB. (2015). *Plano de Curso Produção Cultural e Design*. Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em Técnico Integrado em Design de Móveis: http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6007/CSAM%20-%20T%C3%A9cnico%20Integrado%20Design%20de%20M%C3%B3veis%20-%202015.pdf

INEP. (2015). *ENADE*. Acesso em 15 de 6 de 2018, disponível em Relatório do resultado da Avaliação do Ensino Superior : http://enadeies.inep.gov.br

INEP. (2015). *ENADE 2015.* Fonte: Relatório de Desempenho Design de Produto UnB: http://enadeies.inep.gov.br/enadeResultadoPDF/2015/relatorio/cursos/00260000253001080000026978.pdf

INEP. (2016). *Censo da Educação Superior*. (Ministério da Educação) Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

INPI. (2010). *A caminho da inovação- Proteção e negócios com bens de propriedade intelectual.* Fonte: http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/guia_empresario_iel-senai-e-inpi.pdf

INPI. (2014). *Proteção da criatividade e inovação- Entendendo a Propriedade Intelectual.* Fonte: http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/guia_jornalista_iel-senai-e-inpi.pdf

INPI. (2018). *Instituto Nacional de Propriedade Intelectual*. Fonte: www.inpi.gov.br

IPEA. (2013). *Panorama da Economia Criativa no Brasil - 1880 texto para discussão.* Brasília, Rio de Janeiro, Brasil: IPEA. Acesso em 20 de 10 de 2015, disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf

IZEL, A. (10 de 06 de 2017). *Brasília disputará título de cidade criativa da Unesco na categoria design*. Fonte: Correio Braziliense: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/10/interna_cidadesdf,601575/brasilia-disputara

LAS-CASAS, L. F., & MAASS, M. C. (2014). Brasília em cartaz: o design gráfico no panorama cultural da cidade. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 1*(1), pp. 53-67.

MATSUNAGA, C., & MAASS, M. C. (2015). Gráficos RCA: 50 anos e além - ações integradas museu, escola e universidade. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2*(2), pp. 83-91.

MDIC. (2014). *Diagnóstico do design brasileiro.* Acesso em junho de 2018, disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1435234546.pdf

MDIC. (2014). Diagnóstico do Design Brasileiro. Fonte: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1435234546.pdf

MDIC. (2014). *Mapeamento estratégico para a inserção do design nos grandes eventos esportivos no Brasil.* Acesso em junho de 2018, disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1417631487.pdf

MEC. (2016). *Catálago Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.* Brasília: Ministério da Educação.

MERCALDI, M., & MOURA, M. (2017). Definições da joia contemporânea. *Moda Palavra E-periódico*. Acesso em junho de 2018, disponível em file:///Users/raquelchaves/Downloads/8811-28508-1-PB.pdf

MESSIAS, F. (2013). *Programa Brasileiro do Design - Relatório de Gestão 2001-2012.* Brasília: Indenpendente. doi:issu.com

MESSIAS, F. B. (11 de 12 de 2017). O Pentagrama da Sustentabilidade na Visão da Economia Criativa - um estudo da economia criativa na Austrália, Reino Unido, Argentina, Colômbia e Brasil. *Dissertação de Mestrado*, 242. Brasília. Acesso em 10 de 06 de 2018, disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/31461

MEZZOMO, G., & BIANCO, H. (2017). Formalize: um serviço prático utilizando o MEI - Microempreendedor Individual - para o designer empreendedor. *TCC de graduação em Design*, 135. Curitiba: Univesidade Positivo.

MORAIS, É. (2018). *Tendências Contemporâneas e o Design de Jóias no Brasil.* Acesso em junho de 2018, disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10365/10365_5.PDF

MOZOTA, B. B. (2010). *Gestão do Design: usando o design para construir valor de marca e invação corporativa.* Porto Alegre: Bookman.

MURPHY, D., & MURPHY, G. (2015). *Paraná Inovador pelo Design - Indicadores do Design na Indústria Paranaense.* Curitiba: Centro Design Brasil.

NOCKO, L., & SCHLABITZ, C. J. (2018). *Microempreendedores da Cultura no Distrito Federal.* Companhia de Planejamento do Distrito Federal, DIEPS. Brasília: CODEPLAN. Acesso em 05 de 06 de 2018

OLIVEIRA, I. M. (2010). *O ensino de projeto na graduação em design no Brasil: o discurso da prática pedagógica*. Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em PUC-RIO: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=15439@1

ONU Pnud. (2013). *CREATIVE ECONOMY REPORT 2013 SPECIAL EDITION - Widening Local Development Pathways.* New York: Unesco/UNDP. Acesso em 03 de

02 de 2016, disponível em http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf

PORTAL DO EMPRÉSTIMO. (2018). *Como obter Créstio do PROGER para Empresa*. Fonte: https://www.portaldoemprestimo.com/como-obter-credito-do-proger/

PORTO, B. (2015). Criatividade e inconformismo. Em J. ARAÚJO, & L. (. PREDABON, *Retrato Brasília* (pp. 114-115). Brasília: Correio Braziliense.

PORTO, B. (10 de 11 de 2017). *Brasília é a nova Cidade Criativa da UNESCO no campo do Design. Mas o que exatamente significa isso?* Fonte: Portal Design Brasil: http://www.designbrasil.org.br/entre-aspas/brasilia-e-a-nova-cidade-criativa-da-unesco

PORTO, B., AZEVEDO, H. N., & ABREU, I. d. (2014.). *10ª Bienal Brasileira de Design Gráfico.* São Paulo: Blucher.

PORTO, B., LOBO JÚNIOR, M. A., & CRUZEIRO, V. L. (2017). *12ª Bienal Brasileira de Design Gráfico.* São Paulo: Blucher.

REDETIC. (2018). *Sobre o SIBRATEC*. Acesso em 20 de 06 de 2018, disponível em REDETIC: http://www.redetic.rnp.br/sobre-o-sibratec/

RIBEIRO, H. M. (2011). *Caracterização do setor de gemas, jóias e metais preciosos no Brasil: perspectivas para inovação e desenvolvimento setorial .* Brasília: SENAI.

Santos, E. S. (2017). *A Abordagem do Design em um laboratório de inovação: o caso Colab-i.* Brasília: Universidade de Brasília.

SANTOS, F. A., VIRGÍNIA, T. S., & GARROSINI, D. F. (2014). *A importância da alfabetização artística e sensível para a formação de designer no Brasil*. Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em Educação Gráfica: http://www.educacaografica.inf.br/wpcontent/uploads/2011/05/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Direito-Autoral.pdf

SEBRAE. (2006). *Lapidando a imagem da jóia brasileira.* Acesso em junho de 2018, disponível em

http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/AA0CDFB4C6BDF0B083257279004756C2/$File/NT00035016.pdf

SEBRAE. (2007). *Produção de jóias.* São Paulo. Acesso em 20 de junho de 2018

SEBRAE. (08 de 2013). *Sebrae Nacional.* Acesso em 22 de 06 de 2018, disponível em Manual do Programa SEBRAEtec - Versão 1.0: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Manual%20SEBRAEtec%20v1.pdf

SEBRAE. (2015a). *Entenda a diferença entre incubadora e aceleradora*. Acesso em 15 de Agosto de 2018, disponível em http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-a-diferenca-entre-incubadora-e-aceleradora,761913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD

SEBRAE. (2015b). *O Design no Contexto da Economia Criativa - panorama geral do segmento do design no Brasil.* Fonte: Sebrae Nacional.

SEBRAE. (2015c). *Guia do Empreendedor Criativo.* Fonte: Sebrae Nacional: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/$File/5442.pdf

SEBRAE. (2018). *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. Fonte: www.sebrae.com.br

SENAC. (15 de 06 de 2018). Oferta de cursos em design no DF. (E. Sabino, Entrevistador)

SENAI. (2018). *Portal da Indústria*. Fonte: Edital de Inovação para a Indústria: http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/edital-de-inovacao-para-industria/

Silva, G. H., & Buvinich, D. P. (2017). FÁBRICA DE IDEIAS: a experiência da Anvisa como estratégia para fomentar e incorporar a inovação como método de trabalho no ambiente institucional. Em M. C. Pedro Cavalcante, *Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil* (p. http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_no_setor_publico_capitulo_10.pdf). Brasília: IPEA.

SIMON, H. (2001). *Science of the artificial.* Cambridge, MIT Press.

SINDIMAM. (2018). *Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do Distrito Federal*. Acesso em junho de 2018, disponível em http://www.sindimam.org.br/

Steelcase. (2013). *How workspace Design Fosters Innovation*. Acesso em 15 de Agosto de 2018, disponível em https://www.steelcase.com/research/articles/how-place-fosters-innovation/

STICOMBE. (2018). *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do mobiliário de Brasília*. Acesso em 2018, disponível em http://sticmb.org.br/novo-site/

UCB. (2018). *Universidade Católica de Brasília*. Acesso em 17 de 06 de 2018, disponível em http://www.catolicadomeujeito.com.br

UnB. (20 de 09 de 2017). *Workshop propõe avanços para Parque Científico e Tecnológico da UnB*. Acesso em 18 de 06 de 2018, disponível em https://www.noticias.unb.br/publicacoes/117-pesquisa/1796-workshop-propoe-avancos-para-parque-cientifico-e-tecnologico-da-unb

UnB DESIGN. (2018). (D. UnB, Produtor, & UNB) Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em Universidade de Brasília: http://design.unb.br/

UnB PCTec. (s.d.). *Parque Científico e Tecnológico - PCTec-UnB.* Acesso em 18 de 06 de 2018, disponível em cdt.unb.br: http://cdt.unb.br/pdf/programaseprojetos/parquetecnologico/portfolio_pctec_final_portugues.pdf

UNESCO UCCN. (2016). *Creative Cities Network.* (F. Messias, Trad.) Paris, França: Unesco. Acesso em 28 de 12 de 2016, disponível em https://fr.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/creative%20cities%20for%20web.pdf

UNICAMP. (2007). *Relatório de acompanhamento setorial Indústria moveleira.* Acesso em julho de 2018, disponível em https://www.eco.unicamp.br/Neit/images/stories/arquivos/RelatorioABDI/moveleira_vol-I_junho2008.pdf

UNIPLAN. (2017). *PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DESIGN DE INTERIORES*. Acesso em 15 de 06 de 2018, disponível em CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL: http://www.uniplandf.edu.br/instituto/arquivos/PPC_design_interiores.pdf

VASCONCELOS, F. (07 de 01 de 2013). Sinalização de Brasília exposta no Museu de Nova York. Brasília, DF. Acesso em 20 de 05 de 2018, disponível em http://www.fernandovasconcelos.com/1970/Noticias/SinalizacaoDeBrasiliaExpostaNoMuseuDeNovaYork_197435/

10. ANEXOS

10.1 Anexo 1 - Matriz SWOT e registros do grupo focal

Quadro 17 – Matriz SWOT consolidada com o resultado da votação

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Setor em desenvolvimento - motivação para somar recursos criativos e produtivos • Arquitetura de Brasília reconhecida mundialmente • Ambiente cosmopolita - bom acesso à informação internacional • Poder aquisitivo alto e estável • Atividades afinadas com vocação de Brasília - ações pioneiras locais • Atividade de *design* requer pouco espaço físico (favorece pequenas e micro empresas) • Espaços de encontro e colaboração (*coworking*) • Universo cultural sofisticado de Brasília	• Custo da produção local (Carga tributária / Especulação imobiliária) • Ausência de um plano estratégico de desenvolvimento do setor (corresponsabilidade de todos os elos da cadeia produtiva) • Baixa cultura do *Design* (Formação de público para o *design*) • Empacotamento do Design em setores / Falta de comunicação entre profissionais, entre setores e entre os vários projetos e lideranças • Ainda não entendemos que há oportunidades e mercados locais / população não conhece potencial do setor • Distância entre academia, empresas e governos / Não existem parcerias entre público e empresas • Falta de Conexão entre regiões do DF / Marginalização das cidades satélites
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
• Custos elevados • Concorrências públicas e privadas que só consideram orçamento • Ausência de práticas publicas pra inovação • Instabilidade econômica • Pouco conhecimento por parte do serviço público do potencial do *design* • Crises Políticas • Iniciativa segmentada do *design* / Tendência de pulverização • Políticas de governo de desindustrialização	• Brasília na Rede de Cidades Criativas da UNESCO • *Design* como potencializador social para inclusão produtiva • Exposições e feiras de *design* no DF • Brasília *Smart City* • Crescimento da soft indústria / Corridas tecnológicas • *Design* de Serviços • *Design thinking* nas políticas públicas

Fonte: Elaborado pelas autoras

Todas as contribuições recebidas na reunião do Grupo Focal para a construção da Matriz SWOT:

10.1.1 Forças:

Aqui foram elencadas as forças do setor, entendidas como vantagens internas no contexto do design local - quais as melhores atividades, processos, produtos, recursos e vantagens competitivas:

- Poder aquisitivo alto e estável;
- Comércio forte - design inovador para alta renda;

- Ambiente cosmopolita - Espaço criativo e sensível à mudança - bom acesso à informação internacional;
- Universo cultural sofisticado;
- Arquitetura de Brasília reconhecida mundialmente;
- Setor em desenvolvimento - Motivação para somar recursos criativos e produtivos;
- Atividades afinadas com vocação de Brasília - Ações pioneiras locais;
- Requer pouco espaço físico (possibilita pequenas e microempresas);
- Espaços de encontro e colaboração (coworking);
- Ferramentas e tecnologias aliadas à demanda;
- Necessidade de criação de empregos - mão de obra/recursos humanos abundantes;
- Profissionais talentosos e altamente capacitados - Qualidade dos produtos e serviços de design;
- Rede institucional e acadêmica;
- Observatório de economia criativa UnB.

10.1.2 Fraquezas:

As questões internas que interferem ou prejudicam o desenvolvimento do design no DF são consideradas pontos fracos. Aspectos como mão-de-obra capacitada, lacunas de treinamento, possível concorrência e nível de engajamento, foram abordados e pontuados:

- Despreparo para o empreendedorismo;
- Baixa cultura do Design (design nas escolas, pouca formação de professores na educação básica, Formação de público para o design);
- Mercado não conhece a diferença de um produto elaborado com design e outros (reclamam do preço);
- Entendimento cultural do Design apenas como ferramenta / Confusão em definir os setores e parâmetros do design;
- Ainda não entendemos que há oportunidades e mercados locais / população não conhece potencial do setor;

- Design "importado" para alta renda / Pouca valorização do que é produzido no DF;
- Financiamentos escassos / Ignorância sobre fundo de capital (financiamento);
- Custo da produção local (Carga tributária / Especulação imobiliária);
- Distância dos meios de produção / Parque Industrial fraco;
- Falta de Conexão entre regiões do DF / Marginalização das cidades satélites;
- Falta de políticas públicas para o setor / Ausência de uma agenda unificada para o setor;
- Escoamento da produção / Canais de venda / Falta de apoio e espaços para comercialização;
- Pouca conexão com o comércio local / Mercado pobre ou incipiente;
- Ausência de um plano estratégico de desenvolvimento do setor (corresponsabilidade de todos os elos da cadeia produtiva);
- Distância entre academia, empresas e governos / Não existem parcerias entre público e empresas;
- Empacotamento do Design em setores / Falta de comunicação entre profissionais, entre setores e entre os vários projetos e lideranças;
- Dependência de economia e capital público / Predominância de empregos públicos;
- Pouca mão de obra especializada / Formações acadêmicas com foco prioritariamente técnico;

10.1.3 Oportunidades:

As oportunidades são fatores externos identificados que influenciam positivamente o desenvolvimento do setor e, por isso, não são passíveis de controle, mas podem ser potencializadas:

- Brasília na Rede de Cidades Criativas;
- Estabelecer o Centro Criativo no DF;
- Espaços públicos disponíveis para ações comunitárias;
- Demanda crescente por inovação por parte do governo e velha economia / Mudança de paradigmas;
- Brasília Smart City;
- Setor produtivo e tecnológico no DF;

- Parque tecnológico BioTIC;
- Crescimento da soft indústria / Corridas tecnológicas;
- Indústria fora de Brasília;
- Potencial do Design para os negócios / Pequenos estúdios de design com trabalhos autorais;
- Padrões mínimos de inovação;
- Exposições e feiras de design no DF;
- Identidade de Brasília - ainda por fazer;
- Marca Brasília (Fecomércio);
- Design como potencializador social para inclusão produtiva / Alto desemprego / Treinamento de mão de obra qualificada;
- Design como estratégia / Democratizar o acesso ao design - classes excluídas / Descentralização do design;
- Cidades em desenvolvimento fora do plano - Descentralização - Cidade em formação/ oportunidades não exploradas;
- 1ª geração brasiliense como mercado de consumo;
- Atrair o consumidor de alto poder aquisitivo para o consumo local;
- Movimento de valorização e consumo de produtos locais / Movimento empreendedor;
- Plano de ação;
- Mapeamento de instituições de ensino / de profissionais;
- Políticas de apoio / incentivo a empresas / Financiamento público;
- Proximidade do Governo Federal;
- Design *thinking* nas políticas públicas;
- Design de Serviços;
- Design como mediação entre público e privado.

10.1.4 Ameaças:

As ameaças identificadas também dependem de fatores externos. São eventos que exercem influência negativa sobre o panorama geral do design e devem ser observadas com cautela e buscar minimizar seu impacto:

- Insuficiência de cursos técnicos;

- Crises Políticas;
- Instabilidade econômica;
- Custos elevados;
- Políticas de governo de desindustrialização;
- Falta de conhecimento/divulgação de recursos e mercado;
- Concorrências públicas e privadas que só consideram orçamento;
- Ausência de práticas políticas para inovação;
- Lojas estrangeiras; produção chinesa;
- Globalização;
- Pouco conhecimento do serviço público do potencial do design;
- Parceria governo local com empresas de outros estados que forneçam serviços existentes no DF;
- Órgãos e entidades de outros estados acessando o nosso mercado;
- Corrida tecnológica/mudanças de paradigmas/ rápidos avanços;
- Falta de regulamentação da profissão;
- Iniciativa segmentada do design / Tendência de pulverização;
- Um "modismo" do design thinking sem o conhecimento adequado da disciplina.

10.2 Anexo 2 - Design e políticas públicas – Percepções e perspectivas no DF

Por Isabella von Mühlen Brandalise[35]

A proposta deste ensaio é destacar a relação entre práticas de design e políticas públicas no Distrito Federal, evidenciada aqui por meio da emergente existência de laboratórios de inovação em governo. Trata-se de uma tentativa não exaustiva de compreensão de características comuns a laboratórios em governo a partir de experiências práticas, identificando o papel do design como forma de pensar e fazer, bem como levantando de resultados e futuros possíveis.

É cada vez mais comum encontrarmos designers interagindo com sistemas educacionais, organizações de direitos humanos, e até mesmo órgãos de governo – áreas em que era raro qualquer tipo de interação semelhante, há poucos anos. As práticas de design vêm ganhando relevância em temas de interesse público, refletindo o papel estratégico que se identificou no design para lidar com os chamados problemas traiçoeiros (*wicked problems*). Quando designers passam a dar forma não apenas a objetos, sites e roupas, mas aplicam seus conhecimentos para impulsionar processos de inovação e mudança, eles passam a reconsiderar os limites de sua prática e repensar as regras do jogo e suas formas de engajamento em problemas (Hunt, 2012). Os laboratórios de inovação em governo são um exemplo disso.

Laboratórios em governo?

Tendência no contexto internacional e nacional, a explosão de criação de laboratórios de inovação em unidades de governo ilustra a necessidade do setor público de se aproximar da sociedade e se reinventar em diferentes níveis. Laboratórios de inovação são espaços (entendidos em sentido amplo) para trabalhar problemas públicos de forma colaborativa, desafiando formas tradicionais de operação de estruturas governamentais. Em geral, os laboratórios são um ponto de

[35] Isabella Brandalise atua desde 2016 como consultora do laboratório dinamarquês MindLab junto ao GNova, laboratório de inovação em governo da Escola Nacional de Administração Pública – Enap. O presente texto surgiu de experiências vividas na interação com os dois laboratórios e com o ecossistema de inovação do setor público brasileiro.

referência em pequena escala para mudanças na cultura organizacional com foco nas pessoas e suas experiências concretas.

Há uma infinidade de possibilidades de configuração de um laboratório, uma vez que cada um é único e responde a um contexto específico. Podem variar em suas metodologias, arranjo institucional, equipe, tipos de projeto, nível de autonomia, e cada elemento influencia na sua capacidade de atuação e resultados possíveis.

Apesar das diferenças, é possível levantar algumas características compartilhadas por laboratórios de uma maneira geral. a) Existe permissão para agir diferente: os laboratórios criam situações seguras em que é permitido (e até incentivado) adotar práticas experimentais que diferem dos modelos tradicionais, o que leva a políticas e serviços públicos mais ressonantes com a realidade e com as pessoas envolvidas. b) Criam um espaço simbólico de exceção dentro de um sistema fechado: os laboratórios rompem com o sistema dominante, tanto em questões estéticas quanto organizacionais e metodológicas. c) Alimentam a coragem coletiva para pensar e agir de outras formas: os laboratórios abrem precedentes ao adotar práticas que muitas vezes desafiam a estrutura estabelecida, inspirando servidores com mentalidades semelhantes e incentivando um movimento de mudança de cultura. d) Desafiam quem participa das tomadas de decisão e quais histórias e dados são levados em conta nessas decisões: as metodologias usualmente adotadas nos laboratórios trazem dados gerados a partir de interações diretas com cidadãos e atores envolvidos na política ou serviço público, gerando conhecimento complementar a dados quantitativos e contribuindo para tomadas de decisão mais inteligentes. e) Por fim, contribuem para um projeto de governo relevante, explorando possibilidades da democracia: a partir de discussões e ações vivas sobre participação, transparência e equidade, os laboratórios experimentam novos modelos de governança e prototipam como um governo pode ser.

Por que design?

Via de regra, laboratórios em governo estão associados à palavra inovação. Trata-se de um conceito amplo, escorregadio, muitas vezes relacionado apenas a novidades tecnológicas. No entanto, podemos dizer que inovação em governo se manifesta pela adoção de práticas e modelos mentais que focam na geração de valor

público, de acordo com o contexto de atuação. Práticas inovadoras representam uma ruptura em pequena escala com as práticas dominantes, criando condições e pontos de referência para mudança de cultura e estruturas organizacionais.

Como dito anteriormente, nem todos os laboratórios de inovação em governo tem o design como principal abordagem e metodologia de trabalho. Entretanto, por ser uma área diretamente relacionada à criação de valor e ao conceito de inovação, é muito comum experienciarmos pensamentos e práticas de design[36] em unidades de inovação. Design é entendido aqui de forma abrangente, como uma prática de criar "planos de ação visando mudar situações existentes para situações preferíveis" (SIMON, 2001). Curiosamente, por também ser uma atividade projetual e de criação, a mesma definição pode ser aplicada a políticas públicas.

Há alguns fundamentos gerais do design que o torna "especial" e possibilitam, de fato, gerar valor e transformação social frente a contextos incertos e nebulosos, como o serviço público. a) Atuação contextual: para que um projeto seja bem-sucedido nas suas especificidades, é essencial o delineamento do foco de atuação, tendo compreensão do contexto maior, mas definindo um escopo claro a ser trabalhado. Portanto, é importante o exercício de pensamento crítico e sistêmico, fazendo perguntas adequadas, mapeando as inter-relações de atores (humanos e não-humanos) e recortando a situação de envolvimento. b) Foco nas pessoas e suas necessidades reais: o design, por trabalhar com situações específicas, foca na realidade das pessoas envolvidas - além de pesquisas secundárias e análises de literatura, os designers pesquisam as experiências concretas das pessoas para entender suas reais necessidades, expectativas, dificuldades. Em muitos projetos, e principalmente em abordagens participativas, as pessoas são convidadas a interagir diretamente com o processo criativo, contribuindo para melhor entender a questão e gerar possibilidades de solução com ressonância na vida real. O pensamento aqui é regido pela curiosidade,

[36] O termo utilizado costuma ser "design thinking" e, apesar de conter "pensamento" no nome, às vezes é aplicado de maneira limitada e limitante, apenas como um conjunto de ferramentas em etapas determinadas. Por isso, optou-se por usar a palavra design sem qualificativo ao longo do texto.

empatia e desafio de suposições. c) Dar forma às ideias: um projeto de design, acima de tudo, dá forma a ideias – é um exercício de síntese para tornar tangíveis conceitos abstratos. Trata-se de uma prática propositiva e experimental, voltada para a ação. A sua concretude é importante, porque coloca “coisas” no mundo, cria soluções provisórias que indicam outros mundos possíveis e possibilitam testar, repensar, refazer. Além disso, dentro da sua atividade de materialização de conceitos, existe a preocupação fundamental com diferentes funções dos artefatos (entendidos aqui em sentido amplo), a saber: prática - como as pessoas vão de fato usar determinado artefato, quais suas necessidades fisiológicas; estética - como esse artefato vai se apresentar ao mundo, quais aspectos sensoriais ele envolve; e simbólica - qual é a relação psicológica, cultural e social que está envolvida. E, para dar forma a ideias, é preciso trabalhar o pensamento criativo, fazer conexões inesperadas a partir de diferentes referências, rabiscar ideias constantemente e conectar elementos de cada uma.

Como design?

Usualmente em combinação com outras áreas do conhecimento, com destaque para pesquisa social e para a própria administração pública, a aplicação das formas de fazer e pensar do design pode ser usada em diferentes situações e momentos do ciclo das políticas públicas.

O que o design pode de fato “fazer”, levando em consideração os fundamentos levantados e os contextos tão diferentes dos quais historicamente fez parte, é: dar visibilidade a necessidades e expectativas de cidadãos e pessoas afetadas por políticas a partir do mapeamento das suas experiências; reformular problemas públicos para que se consiga focar naquilo que é de fato importante, com efeitos reais na vida das pessoas; envolver atores relevantes cedo no processo, para que as ações façam sentido para os envolvidos; desenvolver e testar conceitos antes de alocar recursos e ganhar escala; e ensaiar futuros possíveis, em uma atitude proativa, abrindo possibilidades de imaginação pública.

Por ser um trabalho de natureza muito diferente dos trabalhos desenvolvidos de maneira geral no setor público, tem sido um desafio identificar o valor gerado e encontrar formas adequadas de comunicar os seus efeitos. Uma das dificuldades se

dá pelo fato de que, para além das entregas de projetos, há resultados diferentes e incomuns que os laboratórios trazem para a administração pública e a sociedade.

Uma forma de dividir os resultados de um projeto de inovação pode ser em termos de serviço, entrega e comportamento. O serviço é o processo desempenhado pela equipe de projeto, assim como o emprego de ferramentas, recursos e tempo contribuindo para a entrega final. A entrega é o produto do projeto, algo tangível com o objetivo de gerar os efeitos propostos ainda na fase de escopo e demanda. Por último, o comportamento diz respeito às mudanças de atitude na equipe (demandante) que participou do projeto, observadas durante e após a conclusão do projeto. Tais mudanças de comportamento são elementos chave para a proposta de mudança de cultura – focada na geração de valor público – que os laboratórios se propõem a impulsionar. Elas demonstram que nenhum trabalho de laboratório deve ser um fim em si mesmo – cada um é, na verdade, uma plataforma ou ponto de referência para demonstrar que é possível agir de maneira diferente.

Diante da dificuldade de mensuração de resultados, há algumas tentativas em curso, como a identificação de sinais de sucesso, que são evidências observáveis de que houve algum tipo de mudança, esperada ou não. São particularmente úteis para avaliar resultados em termos de comportamento e mudança de cultura. Um sinal de sucesso pode ser tanto uma citação de um parceiro relevante quanto uma forma diferente de falar sobre determinado assunto, como a inclusão de pessoas afetadas por políticas no processo de concepção, a adoção de determinados métodos e ferramentas em projetos futuros.

O GNova, laboratório de inovação na Enap, acaba de completar dois anos de existência e trouxe resultados importantes nos três sentidos citados. Em um projeto com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, a respeito do aperfeiçoamento do Sistema de Cadastros de Fornecedores (Sicaf), o processo de pesquisa (design etnográfico) envolveu diferentes atores afetados pelo sistema e deu visibilidade às múltiplas necessidades a serem atendidas para uma solução efetiva de fato. Também em termos de processo, a materialização de conceitos, por meio de protótipos, contribuiu para que a equipe da Secretaria de Planejamento testasse de maneira rápida e específica um modelo de governança para o Plano Plurianual (PPA). Em termos de entrega, um mapeamento de *insights* sobre as necessidades,

expectativas e dificuldades de pacientes, médicos e gestores em relação ao agendamento de consultas, contribuiu diretamente com requisitos e recomendações para o desenvolvimento de um aplicativo do SUS[37] para agendamento não presencial de consultas médicas. E um exemplo de mudança de comportamento é o da equipe do Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil que, após participar de um projeto com o GNova, passou a valorizar trabalhos desenvolvidos em grupos, ter um olhar mais crítico para os problemas e inclusive falar de temas como planejamento financeiro, incluindo pontos de vista e linguagens de outras pessoas envolvidas com a questão (GNova, 2018).

E os futuros?

Por ser um fenômeno muito recente no Brasil e no DF, é difícil prever os próximos passos dos laboratórios de inovação. Há diversos futuros possíveis.

Quanto a desafios a se enfrentar, além da necessidade de avaliação e comunicação de valor mais refinadas, é essencial que os laboratórios de governo consigam dialogar com a estratégia organizacional de onde eles se encontram. Não se limitarem a realizar projetos pontuais, com pouco resultado em termos de narrativa e mudança de cultura, mas de fato trabalhar com projetos-chave para o órgão, envolvendo atores estratégicos e com potencial de reprodução e de incentivo a formas de trabalho inovadoras e de geração de valor público.

A partir de aprendizados com experiências mundo afora, nem sempre os laboratórios de governo têm vida longa, o que não é necessariamente um problema dada a natureza de suas estruturas. De alguma forma, os laboratórios são uma tentativa em pequena escala de testar novos modelos de governança em um contexto mundial muito oportuno. Eles quebram com as possibilidades dadas sobre como um governo é e pode ser. Como um metaprojeto de design, estamos gerando alternativas possíveis e testando conceitos para o setor público na prática. Justamente por isso, é importante que os

[37] Sistema Único de Saúde.

laboratórios mantenham vivas suas memórias e registros de processos e resultados alcançados.

10.3 Anexo 3 - Uma iniciativa para a capacitação de mão de obra em design de móveis no DF

(por Fred Hudson[38], adaptado do Plano de Curso para Técnico em Design de Móveis no IFB – Campus Samambaia pelas autoras)

A vocação do campus Samambaia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB se delimitou a partir de consultas públicas realizadas no ano de 2009, em função da demanda regional e local por formação profissional nas áreas de meio ambiente, segurança do trabalho, móveis e construção civil. Neste sentido, desde 2011, se oferta o curso de Técnico em Móveis na modalidade subsequente, no turno noturno.

> Ao observar o mercado moveleiro no Distrito Federal, aponta-se:
>
> **Foco do mercado de trabalho local em áreas de atuação ligadas à área projetual:** o mercado tem buscado especialmente projetistas de móveis ou desenhista de móveis com conhecimentos aprimorados no uso de softwares específicos da área projetual. Em pesquisa realizada em 2007 pelo SINDIMAN-DF (Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do Distrito Federal) os problemas quanto à qualidade e ao design dos produtos estavam entre as principais causas do não interesse e indecisão das empresas em comprar móveis produzidos no DF. Na mesma pesquisa estavam, dentre os fatores determinantes que fariam as empresas de comercialização de móveis comprarem de fornecedores de outros estados, o fato de não encontrarem no mercado local (52,6%), a qualidade e tecnologia dos produtos oferecidos (48,7%) e o design dos produtos (42,1%). Quanto aos fatores determinantes para o sucesso da comercialização dos móveis para o cliente final, novamente o design se destaca (40,8%), junto com a qualidade dos produtos (52,6%). Por fim, o design também se sobressai como um dos quesitos mais valorizados pelo consumidor final, segundo as empresas pesquisadas (71,1%) (SINDIMAN, 2007). Esse quadro indica a necessidade de formação e aprimoramento dos profissionais que atuem em áreas ligadas à atividade projetual, incentivando a inovação e criatividade;
>
> **Desconhecimento no mercado do profissional denominado "Técnico em Móveis":** o mercado procura profissionais com perfil ou de marceneiros ou

[38] Fred Hudson é designer, Doutor História da Arte, Professor do IFB de Produção Moveleira, e Coordenador de Estagio Extensão IFB e membro da Comissão de Curadoria dos palácios do Planalto e Alvorada da Presidência da República.

> projetistas, não utilizando a expressão “Técnico em móveis”. Ainda que o papel da instituição pudesse ser de construção e divulgação do profissional “Técnico em Móveis”, a indústria moveleira no DF ainda não está em um estágio de consolidação que permita a absorção desta categoria profissional. (IFB , 2015b, p. 9).

Considerados a experiência precursora no campus Samambaia com a abertura do curso integrado ao Ensino Médio de Técnico em Controle Ambiental em 2015 e os últimos dados da pesquisa distrital (CODEPLAN, 2013) relativos ao potencial etário da região, consideramos o potencial de demanda para os estudantes locais para o curso integrado Técnico em Design de Móveis.

Ademais, o profissional em Design de Móveis não é uma profissão regulamentada, cabendo destacar a oferta de cursos em diversas instituições particulares de ensino superior do DF na área correlata de Design de Interiores[39], que exigem comprometimento financeiro considerável dos estudantes. Como não havia curso técnico profissionalizante gratuito na área de design no DF, se fortaleceu o objetivo de aproveitar o enorme potencial para este nível de formação profissionalizante para atuação na região e entorno.

A opção pela modalidade Médio Integrado para o curso é uma estratégia para reduzir os indicadores de evasão e manter os estudantes pelo período de estudos. Soma-se ao exposto que o perfil do aluno do curso de Design de Móveis é mais condizente com a faixa etária dos alunos do Médio Integrado - 22,32% da população de Samambaia têm até 14 anos de idade (CODEPLAN, 2013) -, pois possibilita manter componentes que se adequam ao manuseio por adolescentes.

O acesso ao Curso foi presencial, realizado a partir de processo seletivo, para ingresso à primeira série do curso, exclusivamente para estudantes com Ensino Fundamental completo. A seleção da primeira turma foi em 2016, com o ingresso de 35 alunos, e se repete no início de cada ano letivo, seguindo os critérios institucionais

[39]Segundo pesquisa realizada no portal e-Mec no dia 08/06/2015 há no Distrito Federal cinco instituições particulares que ofertam o curso de Design de Interiores na modalidade presencial

estabelecidos. Os processos de ingresso nos cursos do IFB preveem ações afirmativas e de caráter inclusivo - 5% do quantitativo de vagas para alunos com necessidades específicas, cujos instrumentos de seleção:

• Questionários de trajetória de vida;

• Ações afirmativas;

• Sorteios públicos; e

• Testes de Habilidades Específicas.” (IFB , 2015b).

O perfil profissional do concluinte do Curso

> Deverá ser capaz de compreender e responder às necessidades do indivíduo e da sociedade, com ética e capacidade crítica, reflexiva e de visão humanística, relativamente à concepção, ao desenvolvimento e acompanhamento de projetos de móveis, bem como de sua produção, através da consideração estética em meio aos aspectos tecnológicos, formais e funcionais. Deverá atuar criativamente na identificação e resolução de problemas concernentes à área moveleira, considerando componentes políticos, econômicos, sociais, ambientais, históricos e culturais de um mercado específico e em constante transformação. A formação politécnica do profissional Técnico em Design de Móveis é uma das características que propõe a atuação de um indivíduo consciente e capaz de desempenhar suas atividades profissionais de forma crítica, fundamentadas nos conceitos de inovação e criatividade, fornecendo soluções de produtos, serviços e processos na área de móveis. (IFB , 2015b, p. 11).

No final deste (2018), vamos formar a primeira turma com aproximadamente 25 alunos. Esta evasão é multifatorial, incluindo desestimulo, falta de perspectiva, grau de dificuldade, mudança da família, entre outros, não é possível ter uma exatidão, ainda, do porquê desta alta evasão. Dentre os alunos concludentes, cerca de 10 se manifestaram interessados em dar seguimento a carreira ou afins, como arquitetura, artes ou outro. Alguns já se submeteram a prova especifica na UnB e passaram; outros farão agora e outros têm notas no ENEM para verticalizarem-se em outras carreiras que desejam, como medicina, veterinária, direito, relações internacionais, e outras.

Esta primeira turma nos dá subsídios para a fase de análise e ajustes do Plano original. Nosso próximo desafio é finalizar o Plano de Curso para Tecnólogo em Design de Produtos, com ênfase em moveis.